



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAMILA MOREIRA MAIA

**PARADOXOS DA MATERNIDADE: A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO IDEAL
MATERNO NO INSTAGRAM**

FORTALEZA

2023

CAMILA MOREIRA MAIA

PARADOXOS DA MATERNIDADE: A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO IDEAL
MATERNO NO INSTAGRAM

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Subjetividade e Crítica do Contemporâneo.

Orientadora: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M185p Maia, Camila Moreira.
Paradoxos da maternidade : a recontextualização do ideal materno no Instagram / Camila Moreira Maia. –
2023.
166 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano.
1. Maternidade. 2. Mídias. 3. Feminismos. 4. Análise de Discurso Crítica. I. Título.
- CDD 150
-

CAMILA MOREIRA MAIA

PARADOXOS DA MATERNIDADE: A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO IDEAL
MATERNO EM POSTAGENS NO INSTAGRAM

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia. Área de concentração: Subjetividade e Crítica do Contemporâneo.

Orientadora: Profa. Dra. Idilva Maria Pires Germano

Data de aprovação: 12/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Idilva Maria Pires Germano (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Márcia Stengel
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas)

Prof.^a Dr.^a Rita Sobreira Lopes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Prof. Dr. José Carlos Santos Ribeiro
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Alúcio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu filho Téo (6 anos) que, ao ler o título deste trabalho me perguntou o que era ‘paradoxo’ e eu disse: “*Filho, é algo que pode ser ruim e bom ao mesmo tempo.*”. Aí, ele falou: “*Ah, que nem suco de limão, né mamãe*”. Após risos, fiquei pensando que não poderia haver metáfora melhor para a maternidade... É que nem suco de limão, pode ser ruim ou boa, depende da quantidade de açúcar, ou melhor, de afeto envolvido.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho começou a ser realizado em 2018, no momento em que meu filho havia acabado de completar um ano de idade. Sua feitura teve, então, de conviver com as angústias de uma mãe de primeira viagem que atravessava a primeira infância de uma criança, conciliando com outras obrigações como casa, família e trabalho. Dessa maneira, ele jamais teria sido concluído sem o suporte de uma rede de apoio bem consistente. Gostaria, então, de agradecer, inicialmente, às pessoas que fazem parte dela. Agradeço:

Ao meu marido Rafael Parente, que, na contramão de uma cultura patriarcal, consegue assumir trabalhos domésticos, o cuidado com nosso filho e, inclusive, comigo. Obrigada pela dedicação incansável prestada ao longo desse tempo. Obrigada também pelos nossos momentos de conversa que tanto me ajudaram a refletir sobre as questões aqui trabalhadas.

À minha mãe, Marta Moreira, e ao meu padrasto, Assis Oliveira, que foram minhas mãos e meus pés, nos momentos difíceis de cansaço e adoecimento. Obrigada por sempre estarem disponíveis para nos apoiar e pelo amor e cuidado que têm pelo meu filho.

Ao meu pai, Sebastião Vieira, e à minha madrasta, Elizabeth Madeira, pelas frequentes palavras de incentivo e também por assumirem os cuidados com o Téo sempre que necessário. Vocês foram fundamentais.

Agradeço também ao meu amigo Filipe Jesuíno por seu apoio afetivo e intelectual ao longo desse tempo. Sem nossas conversas eu jamais teria compreendido o fundamento deste trabalho nem o lugar onde pretendia chegar.

Às minhas amigas Ximênia e Ially, pela torcida, preocupação e toda a ajuda prestada. Agora, podemos nos encontrar com mais frequência.

À minha orientadora Idilva Germano por sempre ter sido referência para mim desde a graduação. Nossa jornada juntas foi longa. Obrigada pela sua dedicação, respeito e compreensão na orientação deste trabalho. Fico feliz de que, por intermédio deste, você esteja concluindo suas atividades acadêmicas. Espero que tenha sido um bom fechamento para você também.

Aos professores Rita Sobreira, Márcia Stengel, José Carlos Ribeiro e Aluísio Lima por aceitarem fazer parte da Banca de Defesa desta Tese e pela solicitude em apreciar este trabalho em tão pouco tempo. Agradeço também à professora Jaileila Menezes pelas suas contribuições ao Projeto no Exame de Qualificação.

Ao colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia por todo o apoio prestado e por sempre atenderem às solicitações realizadas.

À Fundação Cearense de Apoio Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo financiamento concedido para a realização desta Tese.

E, por fim, a todas as mães que dedicam seu tempo, seu suor, seus afetos e seus recursos para exercerem uma das funções sociais mais importantes, mas também uma das menos reconhecidas.

Vivemos numa época em que as exigências de papéis definidos pelo sistema sexo-gênero têm criado generalizado mal-estar e resistência. Aspectos desse sistema estão em crise internamente e conflitam com as tendências econômicas. A mudança sem dúvida ocorrerá, mas o resultado ainda não está, nem de longe, garantido. (CHODOROW, 1978/2002, p. 271).

RESUMO

Este trabalho localiza-se na seara das Psicologias Sociais Críticas e tem como objetivo realizar uma análise de discurso de postagens sobre maternidade no Instagram. Pretende-se compreender as implicações da vivência em redes nas formas de representação e de interação social no âmbito da maternidade. A maternidade é vista, aqui, como um fenômeno biopsicossocial que agrega questões relativas às modificações biológicas que ocorrem no corpo da mulher, mas também aos sentidos oferecidos pela cultura para o entendimento dessa condição feminina. Enfatizamos a noção de ideal materno, uma ideologia construída a partir do final do século XIX, no seio da formação da família burguesa tradicional, para justificar o engajamento das mulheres na função de mãe, através de discursos científicos, religiosos, filosóficos e políticos. Esses discursos vêm sendo fortemente influenciados por transformações tecnológicas, econômicas e socioculturais. Destaca-se especialmente as críticas realizadas pelos *Feminismos*, pelos *Estudos de Gênero* e pelos *Estudos Maternos*; e os impactos das tecnologias reprodutivas e das mudanças no regime de conjugalidade e nos modelos familiares, durante o século XX. Os meios de comunicação sempre tiveram uma função importante no reforço ou no combate de padrões de maternidade. Explora-se, portanto, a história da relação entre maternidade e mídia, enfatizando as características de uma *Cultura da Conectividade* baseada, sobretudo, num capitalismo informacional e em valores como visibilidade e popularidade; e responsável por esmaecer as fronteiras entre o público e o privado. Interessa saber como essa cultura interage com as questões maternas na produção de discursos e interações nas redes sociais. A perspectiva teórico-metodológica utilizada é a Análise de Discurso Crítica, sobretudo nas versões da Escola Anglo-saxã. Essa abordagem compreende que as transformações sociais são parcialmente discursivas, de modo que propõe um modelo de análise de discurso para a identificação de processos de mudança ou de reprodução social. Como caminho metodológico, sugere, inicialmente, a identificação de um problema discursivo e a descrição da sua relação com os demais elementos da prática social, através de uma aproximação etnográfica. Em seguida, parte-se para a análise de discurso propriamente dita, realizada aqui através das estratégias desenvolvidas por Fairclough e Chouliaraki (1999) para a apreciação de textos e por Kress e Van Leeuwen (2006) para a apreciação de imagens. Como resultado, identificamos que o ideal materno tem sido recontextualizado no Instagram a partir de três principais tendências discursivas. A primeira seria a de *reprodução*, já que narrativas tradicionais sobre

maternidade continuam sendo reproduzidas através de discursos híbridos que unem gêneros científicos, pedagógicos e morais com gêneros discursivos característicos da internet. A segunda seria de *crítica* do ideal materno, na medida em que denunciam o caráter ilusório e subjugador desses modelos de maternidade e que apontam para a contestação de uma sociedade patriarcal que historicamente consagrou discursos ideológicos orientados para a manutenção da mulher numa posição subalterna. Por fim, a terceira tendência é de *transformação* desse ideal, pois hoje as mães podem narrar suas experiências em rede, reformulando discursos patriarcais e podem disseminar o discurso de uma maternidade menos extenuante e mais possível.

Palavras-chave: Maternidade. Mídias. Feminismos. Análise de Discurso Crítica.

ABSTRACT

This work is located in the area of Critical Social Psychology and aims to perform a discourse analysis of posts about motherhood on Instagram. It is intended to understand the implications of living in networks in the forms of representation and social interaction in the context of motherhood. Motherhood is seen here as a biopsychosocial phenomenon that adds questions related to the biological changes that occur in the woman's body, but also to the meanings offered by the culture for the understanding of this female condition. We emphasize the notion of maternal ideal, an ideology constructed from the end of the 19th century, within the formation of the traditional bourgeois family, to justify the engagement of women in the role of mother, through scientific, religious, philosophical and political discourses. These discourses have been strongly influenced by technological, economic and sociocultural transformations. Special emphasis is placed on the criticisms made by *Feminisms*, by *Gender Studies* and by *Mother Studies*; and the impacts of reproductive technologies and changes in conjugality and family models during the 20th century. The media has always played an important role in reinforcing or combating patterns of motherhood. Therefore, the history of the relationship between motherhood and the media is explored, emphasizing the characteristics of a *Culture of Connectivity* based, above all, on informational capitalism and on values such as visibility and popularity; and responsible for blurring the boundaries between public and private. It is interesting to know how this culture interacts with maternal issues in the production of discourses and interactions in social networks. The theoretical-methodological perspective used is the Critical Discourse Analysis, especially in the versions of the Anglo-Saxon School. This approach understands that social transformations are partially discursive, so it proposes a discourse analysis model for identifying processes of change or social reproduction. As a methodological path, it initially suggests the identification of a discursive problem and the description of its relationship with the other elements of social practice, through an ethnographic approach. Then, we move on to the analysis of discourse itself, carried out here through the strategies developed by Fairclough and Chouliaraki (1999) for the appreciation of texts and by Kress and Van Leeuwen (2006) for the appreciation of images. As a result, we identified that the maternal ideal has been recontextualized on Instagram based on three main discursive trends. The first would be that of *reproduction*, since traditional narratives about motherhood continue to be reproduced through hybrid discourses that unite scientific,

pedagogical and moral genres with discursive genres characteristic of the internet. The second would be a critique of the maternal ideal, insofar as they denounce the illusory and subjugating character of these models of motherhood and which point to the contestation of a patriarchal society that has historically enshrined ideological discourses aimed at keeping women in a subordinate position. Finally, the third trend is the transformation of this ideal, because today mothers can narrate their experiences in a network, reformulating patriarchal discourses and can disseminate the discourse of a less exhausting and more possible motherhood.

Keywords: Motherhood. Media. Feminisms. Critical Discourse Analysis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	IDEAL MATERNO, MÍDIAS E ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA: CONSTRUINDO A PROBLEMÁTICA.....	18
2.1	O ideal materno em disputa: uma história de construções e desconstruções.....	18
2.1.1	O ideal materno como uma construção patriarcal.....	19
2.1.2	Feminismos e a contestação do ideal materno.....	24
2.1.3	Transformações da maternidade nos últimos 50 anos.....	31
2.2	A maternidade nas mídias.....	37
2.3	A Análise do Discurso Crítica (ADC) no estudo das interações em redes sociais sobre maternidade.....	44
3	METODOLOGIA.....	53
3.1	O uso da Análise Crítica do Discurso na pesquisa em Psicologia Social Crítica.....	55
3.2	Aproximação etnográfica das interações sobre maternidade no Instagram.....	60
3.3	Formação do <i>corpus</i> de pesquisa.....	66
3.4	Operacionalizando a Análise de Discurso Crítica e a Gramática do Design Visual para a análise de postagens no Instagram.....	70
4	A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO IDEAL MATERNO NO INSTAGRAM (ANÁLISE E DISCUSSÃO DO <i>CORPUS</i>).....	75
4.1	O ideal materno reproduzido e intensificado.....	75
4.2	A contestação do ideal materno nas redes e o desvelamento de uma maternidade real.....	102
4.3	Maternidades possíveis e a transformação de uma cultura patriarcal.....	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
	REFERÊNCIAS.....	159

1 INTRODUÇÃO

Este estudo surge de minha experiência de maternidade. Até então, nunca havia sentido tão fortemente o poder da opressão sobre as mulheres nem o controle ultrajante sobre os corpos femininos. Mesmo sendo mulher proveniente de classes populares, não havia ainda me deparado de forma tão aguda com os constrangimentos que implicam em habitar um corpo feminino. Sempre consegui me sobressair através do estudo, não tive grandes impedimentos para frequentar curso superior nem para ingressar no mercado de trabalho. Até mesmo quando optei pelo casamento, quando geralmente o peso das obrigações domésticas recai sobre a esposa, não enfrentei tantos obstáculos advindos somente do fato de ser uma mulher. Até que engravidei e logo todos à minha volta se sentiram no direito de legislar sobre minha alimentação, opinar sobre o que eu poderia ou não fazer, que lugares deveria frequentar ou o quanto eu deveria trabalhar na condição de gestante. Ir a uma simples consulta médica passou a ser ameaçador e tenso, permeado pelo medo de más notícias e por uma culpa aterradora, caso algo não estivesse indo bem. Foi como se eu tivesse perdido o manto de invisibilidade que a normalidade oferece e passasse a ser mira de olhares curiosos, interessados e fiscalizadores.

Veio, então, o puerpério e a enxurrada de dificuldades, emoções e sentimentos que não encontravam abrigo na compreensão de ninguém, nem mesmo das mulheres mães ao redor que aparentavam ter sido muito mais fortes que eu nas suas vivências de maternidade. Dessa forma, só conseguiam naturalizar todos os incômodos e afirmar que tudo logo passaria. A sensação de estranheza, frustração e incapacidade só aumentava. O alento para esse isolamento vinha através de vídeos, sites e perfis publicados por outras mães na internet. Na companhia do celular, durante noites mal dormidas e horas a fio de amamentação, sentia-me acolhida na ressonância do relato de outras mães que compartilhavam experiências parecidas. O conteúdo dessas publicações variava desde dicas para facilitar o cotidiano materno, protestos contra as expectativas sociais que recaem sobre as mães, até a reivindicação de apoio tanto para a execução de tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, mas também emocional, na medida em que esse momento da vida reprodutiva encerra intensa mudança na autobiografia da mulher, cobrando uma série de resignificações e de lutos.

Por outro lado, impressionava-me o fato de que, para todas aquelas demandas, havia uma sorte de profissionais capacitados e de produtos milagrosos que eram oferecidos

em comerciais e *pop-ups* que frequentemente interrompiam os vídeos e os textos que consumia. Percebia também, ao longo dessa navegação pelo mundo virtual da maternidade que, tão logo a mulher engravidava, o foco de suas redes sociais era alterado. Dessa forma, sua *timeline* passava a ser composta por fotos de barriga, chás de revelação, vídeos de parto e de todos os momentos especiais da criança ao longo do seu desenvolvimento. Por outro lado, as redes pareciam abrir um espaço de troca, de denúncia e de expressão da angústia que, muitas vezes, o círculo familiar não era capaz de oferecer.

Eu observava, perplexa, como as práticas online e off-line convergiam para um processo de forte regulação da vida das mulheres grávidas e incitavam à consolidação de um ideal de mãe e maternidade bastante tradicional e opressor. Isso me fez questionar em função de que esse ideal materno ainda era mantido e constantemente atualizado, inclusive ganhando novas roupagens no universo da vida conectada. Por que as dificuldades e queixas relativas à maternidade, compartilhadas por tantas mulheres, eram um tabu, eram julgadas tão negativamente e, algumas vezes, sequer eram simbolizadas? É possível perceber o quanto eu ignorava todo o saber produzido até então sobre desigualdade de gênero (e provavelmente por conta disso, nunca havia me tornado consciente de qualquer forma de preconceitos que poderia já ter sofrido unicamente pelo fato de ser mulher, mesmo já tendo iniciado um percurso em estudos críticos). No entanto, após o divisor de águas da minha maternidade, a ignorância já não era mais uma opção.

Assim, fui buscar compreender a história da construção desse ideal materno e de sua função social. Por que e como é mantido e por que transformações tem passado? Fui entender também como as mulheres historicamente têm se relacionado com esse ideal, seja reproduzindo-o ou lhe oferecendo resistências. Além disso, procurei apreender como as transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas dos últimos 50 anos afetaram a vivência da maternidade bem como as expectativas sociais do que significa ser uma boa mãe.

As interações em redes sociais exercem papel importante em como as sociabilidades em geral têm ocorrido na vida contemporânea; não seria diferente no caso da maternidade, o que minha experiência já havia confirmado. Inclusive, as mídias sempre tiveram um papel em difundir modelos de maternidade, sejam os mais tradicionais ou mais alternativos. Figurou, ao longo do tempo, como instrumento importante tanto na reprodução como na transformação desses modelos. Interessou-me, portanto, compreender como as interações em redes sociais têm posto em cena o debate em torno dessa questão. O que

parece ser hoje esse ideal materno, guarda semelhanças com o que se esperava de uma mãe no início do século ou traz diferenças? Que possibilidades as redes oferecem às mulheres para questioná-lo e trazer à luz experiências ligadas à maternidade antes discutidas, apenas, em âmbito privado? Que formas de reivindicação e crítica social possibilitam? Que soluções são apresentadas para que as mulheres consigam viver sua maternidade de modo menos opressor? Que assuntos ainda não estão sendo discutidos e que permanecem à sombra de uma forma ideal de ser mãe, mesmo que repaginado?

Dessa maneira, no primeiro capítulo desta tese, destinado a delimitar a problemática de modo mais específico, discuto, inicialmente, sobre o processo de construção do ideal materno como uma categoria estruturada no seio de uma sociedade patriarcal para justificar o engajamento das mulheres na função de mãe, através de discursos que se valem da biologia, da filosofia, da religião e da ciência (todos formulados por homens). Na sequência, discorro sobre os movimentos de contestação desse ideal, especialmente os feminismos de segunda e terceira ondas, que, ora reivindicaram o reconhecimento desse papel como fundamental à manutenção social, ora se dedicaram a questionar a associação necessária entre o feminino e a maternidade, defendendo a ideia de que os processos reprodutivos não podem ser reduzidos à natureza, mas também são atravessados pelos sentidos e práticas sociais de determinado grupo e época. Além disso, apresento as transformações sofridas pela maternidade nos últimos 50 anos, considerando as mudanças socioculturais, políticas e tecnológicas desse período. A conquista de direitos políticos, a ocupação do mercado de trabalho, o desenvolvimento de tecnologias reprodutivas (contracepção, fertilização *in vitro*, etc.) e a mudança tanto dos modelos familiares como do regime de relacionamento entre os sexos afetaram intensamente a experiência da maternidade. No entanto, ainda persiste a reprodução das desigualdades de gênero.

Na segunda parte do capítulo, traço a história da relação entre maternidade e mídia, desde o surgimento dos manuais de puericultura do início do século XX até a disseminação das mídias sociais, destacando a função desses meios de comunicação na reprodução ou na transformação do ideal materno. Delimito, então, as principais características das sociabilidades em rede, apontando tanto o atravessamento de um capitalismo informacional, e de uma cultura da conectividade que põe em ênfase formas de interação baseadas na visibilidade, na popularidade e no esmaecimento da fronteira entre o público e o privado. Faço, por fim, um levantamento dos estudos que têm tratado da relação

entre maternidade e redes sociais, no sentido de delinear as principais temáticas trabalhadas, bem como as formas de abordagem do fenômeno que têm sido realizadas até então.

Na terceira parte, discorro sobre como a perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ADC), sobretudo os trabalhos desenvolvidos pela escola anglo-saxã de Norman Fairclough, Lilie Chouliaraki, Günther Kress e Theo Van Leeuwen, pode ser utilizada para o estudo das interações sobre maternidade no ambiente das redes sociais. Isso porque compreendo tanto o fenômeno da maternidade como as interações em rede como práticas sociais, conceito fundamental à ADC, uma vez que ambos são constituídos por diversos elementos, como sujeitos, materialidades, poder, valores, discurso, tecnologias, etc., que se articulam de modo a garantir determinada estabilidade ou instabilidade nas estruturas sociais mais amplas, dependendo do estado das forças políticas e ideológicas que lhe atravessam. Além disso, essa perspectiva auxilia na compreensão de fenômenos que estão em plena mudança social, uma vez que tem como base a ideia de que essas transformações são parcialmente discursivas. Dessa maneira, rastrear novos modos de interação e de utilização da linguagem nos leva ao entendimento de como ordens sociais, como as designações de gênero, podem ganhar novos contornos.

No capítulo destinado à metodologia, caracterizamos a Análise do Discurso Crítico (ADC) como uma área de estudo transdisciplinar interessada em compreender as diversas formas de semiose que compõem as práticas sociais e os investimentos políticos e ideológicos que os discursos realizam na reprodução ou na transformação social. Justificamos a utilização dessa perspectiva teórico-metodológica na realização de pesquisa em Psicologia Social Crítica. Em seguida, apresentamos o caminho de investigação proposto por Fairclough e Chouliaraki (1999) segundo o qual devemos partir, inicialmente, da identificação de um problema discursivo e da delimitação do contexto que o produz, para, então, descrever a prática social em que ele se inscreve e, por fim, realizar a análise de discurso propriamente dita. Após isso, discorremos sobre como se deu a aproximação etnográfica da prática social estudada (interações sobre maternidade no Instagram), como realizamos a formação do *corpus* de pesquisa e qual nosso modelo de análise, a partir das estratégias para o estudo de textos de Norman Fairclough e de imagens de Günther Kress e Theo Van Leeuwen.

Como resultado de nossas análises, identificamos que o ideal materno tem sido recontextualizado no Instagram a partir de três principais tendências discursivas. A primeira seria a de *reprodução*, no sentido de que narrativas tradicionais sobre maternidade

continuam sendo reproduzidas através de discursos híbridos que unem gêneros científicos, pedagógicos e morais com gêneros discursivos característicos da internet. Assim, reatualizam antigas prescrições sobre o corpo, os afetos, o comportamento e a subjetividade da mulher que vive a maternidade e criam novos imperativos resultantes do modelo de consumo digital e das novas sociabilidades típicas da vida conectada.

A segunda tendência seria de *crítica* do ideal materno, na medida em que denunciam o caráter ilusório e subjugador desses modelos de maternidade e que apontam para a contestação de uma sociedade patriarcal que historicamente consagrou discursos ideológicos orientados para a manutenção da mulher numa posição subalterna. Além disso, essa crítica passa pela denúncia de sofrimentos físicos, psíquicos e sociais advindos da maternidade (incômodos relativos às mudanças corporais e hormonais, dificuldades na amamentação, privação de sono e de liberdade, baby blues, transformação da identidade da mulher, violências obstétricas, etc.). Dessa maneira, essas mães podem expor sua sobrecarga mental e física e o adoecimento resultantes do trabalho intensivo de cuidar de casa, dos filhos e do trabalho. Há, também, a denúncia da patrulha (instituições, especialistas, outras mulheres) que fiscaliza diuturnamente o comportamento das mães e que espera o mínimo “deslize” para lembrá-la de que há um ideal a ser cumprido e de que ela não está fazendo bem o seu papel. Soma-se a isso, a eterna culpa por nunca conseguir dar cabo de todas as suas demandas.

Identificamos, ainda, uma tendência de *transformação* discursiva, uma vez que as interações em rede permitem que mães narrem suas experiências, produzindo uma reflexividade que contribui para a reformulação de antigos discursos como, por exemplo, a alteração da designação de “mãe solteira” para “mãe solo”, a ideia de que “pai não ajuda”, “pai participa/compartilha”, etc. Ademais, essas interações parecem oferecer saídas e oportunidades para o exercício da maternidade de forma mais digna e possível, conclamando as mães para diminuírem as exigências consigo mesmas, reconhecendo seus limites e reduzindo a carga de culpa que atribuem a si mesmas.

Por fim, é importante ressaltar que ainda há determinadas experiências relacionadas à maternidade que continuam veladas e que praticamente não aparecem nas trocas virtuais entre mães no Instagram. Assuntos como o questionamento do amor materno, o arrependimento por ter tido filhos (parece que “sempre vale a pena ser mãe”), a entrega de filhos para adoção, a questão do aborto, a escolha por não ser mãe, o compartilhamento da responsabilidade de matinar pelas instituições e demais pessoas da sociedade, dentre outras

questões, ainda parecem ser pouco exploradas. Além disso, é importante abriremos o debate sobre as dificuldades de nossa sociedade em desempenhar funções tradicionalmente ligadas ao feminino como matinar, gerir o lar, cuidar, relacionar-se. Geralmente essas funções são muito pouco reconhecidas socialmente e, conseqüentemente, quem as exerce também não recebe o apreço geral (são mal remunerados, considerados inferiores, são alvo de preconceito e violência; enfim, são as identidades das quais todos querem se desassociar). No entanto, são funções extremamente necessárias para a manutenção e para a reprodução social, ou seja, se ninguém se ocupasse delas, a civilização entraria em verdadeiro colapso. Nesse sentido, talvez não haja saída para a questão materna que não passe por uma transformação cultural intensa, que modifique o valor social atribuído a essas atividades e que rompa, de fato, com um sistema patriarcal.

2 IDEAL MATERNO, MÍDIAS E ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA: CONSTRUINDO A PROBLEMÁTICA

2.1 O ideal materno em disputa: uma história de construções e desconstruções

A história de construção e questionamento do ideal materno é extensa e contraditória e ocorre em paralelo, mas não necessariamente em consonância, com as reivindicações feministas, desde o início do século XX. Parece sempre ter havido um movimento de disputa entre uma construção fantasiosa e etérea do que significa ser mãe e movimentos de resistência que, a depender do pendor da balança, ajudou a manter uma tradição de maternidade, a criar novos padrões ou a contestar os antigos. Parece que cada época põe em cena querelas específicas e consonantes com o contexto em que surgem. Apesar de as mulheres sempre resistirem a qualquer modelo social que as relegasse a uma posição subalterna ou que as oprimisse, é a partir do século XX que os movimentos de contestação se espriam de maneira mais contundente. Assim como os diversos feminismos são repletos de contradições, a maternidade nem sempre foi tratada da mesma maneira no seio das suas discussões. Ora foi vista como um fardo natural a ser evitado pela mulher, ora como um fenômeno que confere a ela a capacidade de interferir no âmbito público e, mais contemporaneamente, como uma construção social, forjada a partir das relações de poder entre os sexos e implicada num contexto econômico e sociocultural. Além disso, a maternidade é um fenômeno que não é refratário aos desenvolvimentos tecnológicos de cada época e lugar. Dessa maneira, sempre sofreu consequências por ocasião da invenção de tecnologias reprodutivas, por exemplo, bem como da evolução dos diversos tipos de mídia.

Para compreendermos o que está em jogo nas interações travadas por mães nos ambientes virtuais, é fundamental que tracemos um panorama histórico – considerando os contextos internacional e nacional – dos mecanismos que levaram, num primeiro momento, à relação necessária entre o feminino e a maternidade; e, em seguida, às rupturas empreendidas no estatuto da maternidade pelas diversas fases dos movimentos feministas, pelos estudos de gênero pós-estruturalistas e pela inauguração dos Estudos Maternos na década de 1980. É evidente que os debates teóricos e políticos empreendidos por movimentos sociais e pela academia atuam fortemente na construção e na crítica de modelos de maternidade. Por outro lado, também é necessário compreender de que modo a

transformação de fatores sociais, culturais, econômicos e tecnológicos influem na constituição desta.

2.1.1 O ideal materno como uma construção patriarcal

O sistema que justifica a dominação das mulheres pelos homens através de ideologias que tornam natural e necessário que estas se constringam ao espaço privado e ao desempenho de atividades reprodutivas e domésticas, existe e se mantém há mais de cinco mil anos. Lerner (1984/2019), ao traçar as origens do modelo patriarcal de sociedade e os processos que fizeram com que as mulheres cooperassem com ele, afirma que a naturalização da submissão da mulher ao homem é anterior à formação da própria civilização ocidental. Dessa maneira, no momento em que o registro histórico tornou-se possível (através da escrita cuneiforme dos sumérios, desenvolvida aproximadamente em 3.500 a.C.), já havia assimetrias entre os gêneros, de modo que somente homens detinham o poder de realizá-los e, conseqüentemente, a oportunidade de representar os fatos a partir da própria perspectiva. Assim, aquilo que foi considerado importante e digno de se eternizar através dos textos passou, majoritariamente, por um crivo masculino. É, portanto, uma visão parcial dos fatos, uma vez que deixa de fora a perspectiva das mulheres que sempre foram, no mínimo, a metade das pessoas existentes no planeta. No entanto, até recentemente, esses relatos mantiveram o status de História¹ Universal e fundamentaram a forma como compreendemos a função social de homens e mulheres na construção das civilizações.

As mulheres sempre estiveram presentes e atuantes na produção e no desenvolvimento humano, seja numa posição de protagonismo², como no caso das sociedades coletoras-caçadoras ou num lugar de subalternidade; mas nunca foram irrelevantes para a construção das sociedades, como geralmente se fez acreditar. Sem o trabalho feminino concomitante ao dos homens, tradições inteiras não teriam sido transmitidas, populações não teriam sido alimentadas, nem mesmo todo desenvolvimento do pensamento científico e tecnológico ocidental teria sido possível. Afinal, para ocupar-se do

¹ Lerner usa o termo 'História', com 'H' maiúsculo, para se referir ao passado registrado e interpretado e 'história', com 'h' minúsculo, para tratar dos eventos do passado de acordo com a recordação das pessoas que o viveram, mas que não necessariamente foi escrito.

² Lerner (1984/2019) afirma que nas sociedades coletoras-caçadoras, se as mulheres não exerciam uma posição de poder sobre os homens, é muito provável que existissem num regime mais igualitário que numa sociedade patriarcal. Isso porque desempenhavam funções tão importantes para a sobrevivência quanto a caça, como o domínio da hortifruticultura e da olaria bem como detinham saberes a respeito de como preparar e conservar os alimentos provenientes do trabalho masculino.

intelecto, das leis, da política e da moral os homens precisavam ser liberados de funções consideradas inferiores, mas fundamentais à vida, e que ficavam a cargo das mulheres. Dessa maneira, elas também foram necessárias ao desenvolvimento civilizacional, mas não tiveram a oportunidade ou a tiveram poucas vezes de relatar a sua versão dos fatos. Foram usurpadas do direito de interpretar sua história e de transmitir seu contraponto à História dos Homens. Restou a elas a reprodução, muitas vezes compulsória e inquestionável, do modelo interpretativo padrão, já que foram formadas a partir dessas diretrizes e que tinham a existência controlada de maneiras diversas dependendo do tempo e do lugar em que se encontravam. Percebe-se, portanto, que a manutenção do patriarcado – e da assimetria entre homens e mulheres – deve-se ao fato de que a transmissão da cultura sempre foi regida pelos homens, e não à inferioridade da mulher. (LERNER, 1984/2019).

Em se tratando dos primeiros estágios de desenvolvimento civilizacional, Lerner (1984/2019) admite, de modo especulativo, que a primeira divisão sexual do trabalho, em que homens se dedicavam a grandes caças e à guerra e mulheres a atividades reprodutivas e de coleta de alimentos, tenha sido determinada por diferenças biológicas. Sendo o ser humano um animal cuja infância é prolongada e de completa dependência de indivíduos adultos, a importância do leite materno e da proteção contra intempéries e ameaças ambientais tenham sido, de fato, fundamentais. É possível concluir, portanto, que o desempenho desse papel tenha realmente impedido, por motivos funcionais, que as mulheres desenvolvessem atividades como caça e guerras, pelo menos enquanto estivessem em período reprodutivo (gerando, parindo e cuidando da prole). É plausível que mulheres ficassem mais expostas a situações adversas, uma vez que tinham que carregar crianças cujo choro nem sempre podiam controlar. Além disso, pôr em risco aquelas de quem a reprodução do grupo depende, não contribuiria para a longevidade deste. Outro ponto a considerar é que, dada a baixa expectativa de vida dessa época e a ausência total de recursos técnicos e científicos para garantir o sucesso das gravidezes e dos nascimentos, as mulheres precisavam dedicar a vida a parir diversos filhos, já que somente alguns vingavam.

Em contrapartida, ainda que a biologia determinasse uma divisão sexual do trabalho, ela não explica uma relação de superioridade masculina nem de submissão da mulher por conta de suas qualidades reprodutivas. Ambas as funções seriam complementares e fundamentais à manutenção da espécie. Além disso, no momento em que as sociedades se tornaram capazes de produzir instrumentos ou de se organizarem socialmente para a divisão do cuidado das crianças, essa necessidade de que a mulher

ocupasse a função integral de mãe, deveria ter caído por terra; o que, até hoje, não ocorreu. Somente a consideração de diversos fatores como a economia, a cultura, a disponibilidade de recursos naturais e a forma como cada grupo interagiu com esses aspectos, é que pode nos levar à compreensão da assimetria de poder entre os sexos, instituída há tanto tempo em nossa civilização. (LERNER, 1984/2019).

Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 1984/2019, p. 45).

Joan Scott (1990) desenvolve a noção de ‘gênero’ para designar a forma como cada grupo social se apropria das diferenças sexuais, inclusive fundando a ideia de que só existem dois sexos e de que as diferenças entre eles são, sobretudo, de caráter biológico. Com isso, argumentamos que o papel designado para a mulher, seja ele mais ou menos intrincado com a função materna, ou as expectativas lançadas sobre ela quando vivencia a maternidade depende de uma complexa rede de relações formada pelo momento econômico e de desenvolvimento tecnológico e científico de um povo; depende dos valores religiosos compartilhados e do grau de maturidade do debate cultural a respeito dos direitos e deveres de homens e mulheres. O gênero é, portanto, uma categoria que atravessa não somente a definição de papéis sexuais, mas também orienta a construção de leis, de costumes, de instituições, estando impregnado nos mais diversos níveis de organização social. Dessa maneira, não podemos supor a existência de padrões de gênero transgeracionais e imutáveis, mas sim que cada civilização tenha lidado de maneira específica com os seus processos reprodutivos. Assim, qualquer suposição de naturalidade para esses papéis ou de que há alguma hierarquia entre eles é ideológica, atende a alguma necessidade de poder específica.

A história do patriarcado é extensa, complexa e controversa. Seria preciso remontar à formação das cidades-estados relacionada ao surgimento da propriedade privada e à apropriação da capacidade reprodutiva da mulher através do tráfico de mulheres que fundou a patrilinearidade. Lerner faz um longo percurso sobre como esse processo se deu nas sociedades mesopotâmicas e em diversos povos da antiguidade. De modo semelhante, Badinter (1985) discorreu sobre os motivos pelos quais a necessidade do amor materno se incrustou em nossa civilização. Ela fala de como o poder do pai/marido era disseminado na civilização greco-romana e de como a moral católica herdou isso, apesar dos ensinamentos igualitários de Jesus. Além disso, fala que o absolutismo político trouxe essa cultura às leis, solidificando o patriarcado em instituições e definindo modos de governar e normas que,

constantemente, reatualizavam esse discurso nos grupos sociais. Descrever todos esses processos desviaria em demasiado os objetivos desse trabalho. Iremos nos deter em resumir as principais influências desse tempo na mentalidade moderna, a partir do século XIX.

Diversos autores, como Badinter (1985/1980), Kehl (2008) e Lipovetsky (2000), refletem sobre as relações entre o processo de formação da família burguesa e a idealização da maternidade. Ao apresentar as bases históricas em que se sustenta a necessidade do amor materno, Badinter expõe que ao final do século XVIII e ao longo do século XIX, na Europa, houve um paulatino reforço da importância e da responsabilização das mães na formação dos próprios filhos. Eles não mais seriam entregues aos cuidados de amas-de-leite (isso, no caso de mulheres das classes favorecidas); mas, sim, alimentados e pajeados pelas mães que, reconhecendo a assunção desse papel como uma forma de ganharem relevância social, adotaram essa função que, então, passou a ser considerada natural, instintiva e inquestionável. No entanto, essas práticas são amparadas em necessidades sanitárias, demográficas e patrióticas do Estado Burguês de garantir uma boa qualidade dos homens que compõem seu corpo social. Eles deveriam ser saudáveis e competentes para desempenharem suas funções na sociedade; logo, a mortalidade infantil, típica da “idade das trevas” deveria diminuir e nada mais efetivo que convocar as mães a essa tarefa e que estabelecer essas práticas como algo ligado à sua própria essência.

Somando-se à criação do amor materno, a modernidade procurou também dignificar as tarefas domésticas representando-as como o sustentáculo da ordem social, portanto, quem ousasse contrariá-las seria condenado ferozmente. Assim descreve Lipovetsky (2000):

Um lar bem cuidado, limpo, agradável, prende, ao que se diz, o marido; desvia o pai do cabaré e das tentações de fora; regenera a família. Dos princípios de higiene depende a saúde dos filhos; das virtudes de economia depende a segurança material da família; da ordem e da limpeza do “ninho” dependem o bem-estar da família, a moralidade dos futuros cidadãos, o futuro da nação. O trabalho doméstico ganha um reconhecimento social inédito como agente da moralização da família e da nação. (p. 215 e 216).

No Brasil, o fortalecimento do que se chamou posteriormente de ideologia maternalista aconteceu no início do século XX, no período de implementação da República, através de estratégias higienistas que depositavam a viabilidade da nação na boa conservação e no melhor desenvolvimento das crianças. Aqui, esse fenômeno foi ancorado através do auxílio modernizador da ciência e das revistas femininas. Médicos e classe intelectual se reuniam para criar discursos que desautorizassem um modelo tradicional de maternidade, segundo eles, baseado em práticas populares, passadas de geração em geração,

realizadas, sobretudo, por mulheres negras e baseadas em superstições e crendices. Em contraponto, propunham outro modelo de maternidade que seguisse os parâmetros descritos por pesquisas científicas e estivessem em sintonia com a norma médica e com o ideário nacionalista. As revistas femininas exerciam papel fundamental na disseminação desses preceitos, pois eram de consumo difundido nas mais altas classes da sociedade brasileira. Dessa forma, cumpriam o papel de entretenimento e, ao mesmo tempo, de doutrinação do público feminino que passava, de modo pouco consciente, a adotar papéis e a desempenharem condutas reforçadas por esses periódicos. (FREIRE, 2008).

Uma das estratégias do higienismo para convencer essas mulheres da importância de sua função materna era o reconhecimento de que o maternar encerrava conhecimentos e capacidades físicas e psicológicas – como a possibilidade de gerar, de amamentar e de bem relacionar-se com a criança – que somente elas teriam. “Depois, provar que, justamente por cumprir funções sociais para as quais o homem é que era ‘incompetente’ e ‘inferior’, convencê-la a abandonar a este último as ‘mesquinhas’ ocupações profissionais e intelectuais.” (FREIRE COSTA, 1975, p. 26, grifo do autor). Faziam, assim, com que acreditassem na nobreza do papel de mãe, para que cumprissem o ideal civilizatório moderno e republicano.

Apesar de todos esses mecanismos de conformação da vida das mulheres ao modelo de família burguesa, são incontáveis as manifestações de resistência a esses grillhões. Maria Rita Kehl (2008) apresenta os deslocamentos da feminilidade³ realizados pelas mulheres dos séculos XVIII e XIX. Contrariamente ao ideal da dona de casa dócil, engajada na reprodução e nos cuidados da família, muitas mulheres reivindicaram domínios que eram exclusivamente masculinos. Para a autora, o consumo e a produção de literatura, sobretudo o gênero romance, teve fundamental importância para promover esses deslocamentos. Confinadas no âmbito doméstico, uma das poucas alternativas que as mães dispunham para abstrair-se daquela realidade, eram suas fantasias criadas a partir das histórias contadas pelos textos novelísticos. Dessa forma, ganhavam a possibilidade de imaginar mundos em que seus desejos resignados pudessem ser atendidos, sobretudo, quando passaram a escrever suas próprias histórias.

Em uma esfera mais reflexiva, a mesma literatura que apontava o amor como a maior realização da vida feminina dava conta da pobreza e da frustração que advinha de se apostar todas as fichas da vida no casamento, e revelava o desejo

³ A autora entende como feminilidade o ideal que deve ser seguido pelas mulheres, segundo os homens. São as expectativas que determinada sociedade tem a respeito de como uma mulher deve ser, qual sua função social e qual sua natureza.

ainda disforme de muitas mulheres de se tornarem sujeitos de suas próprias vidas, "autoras" de suas aventuras pessoais, em consonância com os ideais de autonomia e liberdade individual que a modernidade havia muito tempo vinha oferecendo aos homens. (KEHL, 2008, p. 96)

Apesar de constataremos processos de resistência das mulheres a esse ideal da dona de casa perfeita e amiga do Estado, somente por ocasião do século XX, num contexto europeu e mais tardiamente no Brasil, é que vemos surgir movimentos mais contundentes de contestação à redução da mulher ao destino de mãe.

2.1.2 Feminismos e a contestação do ideal materno

As forças sociais articuladas na luta pelos direitos da mulher ganharam força e contundência por ocasião dos feminismos de “segunda onda”, a partir da década de 1960, com o lema “o pessoal é político”. Esses movimentos avançaram as demandas das mulheres para além do direito ao voto, iniciado pelas sufragistas durante a “primeira onda”. Ao trazer para o âmbito público questões tradicionalmente da ordem do privado, como sexualidade, cuidado dos filhos, divisão de tarefas domésticas e do trabalho entre os sexos, esses movimentos afirmaram o caráter político dessas questões, uma vez que envolvem dimensões estruturais de dominação e subordinação de base patriarcal. (MEYER, 2005). A partir disso, a maternidade passou a ser entendida como um dos principais fatores para a subordinação da mulher pelo homem, uma vez que o peso de gerar uma vida no seu ventre, parir e amamentar, bem como ser a principal responsável pelos filhos na infância relegam a mãe ao ambiente doméstico e a impedem de ocupar posições sociais na esfera pública cujo domínio é tradicionalmente dos homens. Uma vez que o público define majoritariamente o privado, a mulher permanece sem o poder de mudar esse estado de coisas. (SCAVONE, 2001b; CHODOROW, 2002/1978).

Dessa forma, os feminismos de Segunda Onda empreenderam processos de desnaturalização do papel da mulher, de modo a combater qualquer forma de determinação do que é ser feminino. Recuperam as contestações de Simone de Beauvoir, publicadas na década anterior, sobre o fato de que a mulher é biologicamente destinada à maternidade e aos cuidados dos filhos e de casa em favor do entendimento de que os modos de ser mãe são produtos da cultura e da história e que, desse modo, podem ser transformados. (MEYER, 2005).

Apesar dos aspectos em comum – isto é, a afirmação de que a mulher não está inscrita em seu corpo biológico e, portanto, deveria ser livre para escolher ou não ser mãe – os diversos feminismos não trataram a questão da maternidade de forma homogênea. Lucila Scavone (2001b) afirma que, num primeiro momento, na década de 1970, as feministas fizeram apologia à negação da maternidade, pois viam que só assim conseguiriam desenvolver outros âmbitos da sua existência e perseguir uma igualdade maior frente aos homens. Os movimentos de defesa da contracepção e a favor do aborto na França representam essa ideia de que a maternidade é uma espécie de “defeito” natural da mulher e que, portanto, deveria ser corrigido. Shulamith Firestone é uma das representantes desse feminismo radical e em sua obra “A Dialética do Sexo: um estudo da revolução feminista” (1970) defende a tomada do controle da reprodução pelas mulheres para que essas recuperassem a propriedade sobre seus próprios corpos e, assim, pudessem se libertar do domínio masculino. Em suas palavras:

Falando francamente: a gravidez é uma barbaridade. Eu não acredito que a gravidez seja vista como feia devido a perversões estritamente culturais... Além disso, o parto dói. E isso não é bom... O parto natural é apenas mais uma faceta do reacionário Retorno-à-Natureza hippie-rousseauiano, e tão forçado quanto ele. (FIRESTONE, 1970/1976, p. 228 e 229).

Num segundo momento, por volta da década de 1980, encabeçada pelo chamado feminismo diferencialista, houve uma reivindicação da maternidade pelas mulheres. Esse movimento entendia que o saber ligado à reprodução poderia ser traduzido como forma de poder e não somente de submissão. Luce Irigaray (1981), por exemplo, baseando-se em teses históricas e antropológicas, defendeu a valorização da importância dos conhecimentos maternos que eram típicos da mulher e invejados pelo homem. Argumentando a favor do reconhecimento da diferença feminina, que na cultura ocidental foi ofuscada pela racionalidade masculina, a autora aponta a necessidade de que as mulheres escapem da linguagem no interior da qual os homens lhes aprisionam e a importância de que elas estabeleçam seus próprios sistemas de representação, a partir do seu relacionamento com as forças sagradas da natureza. A maternidade deixa, assim, de ser considerada um defeito natural e passa a ser vista como um privilégio e um artifício na luta pelo poder, como algo determinante na formatação da sociedade. (SCAVONE, 2001b).

No Brasil, a história dos Estudos Femininos (HOLLANDA, 2019) guarda diversas diferenças em relação aos contextos europeu e norteamericano, considerando as peculiaridades de uma nação de herança colonial, marcada intensamente por questões raciais, econômicas e de desigualdades sociais. As primeiras manifestações de mulheres

datam do início do século XIX e têm como tema principal reivindicações pelo direito a ler e escrever que era garantido, até então, somente aos homens. Isso permitiu, ao longo desse século, que mulheres passassem a ocupar o cenário literário, inicialmente, e em seguida, o cenário jornalístico. Em 1870, por exemplo, verificava-se uma variedade de jornais e revistas voltadas ao público feminino, como o *Sexo Feminino* e o *Echo das Damas*, que lhes permitiam tornar públicas suas demandas por educação superior, direito ao trabalho e direito ao voto – consolidado somente no início do século XX. (DUARTE, 2019).

Apesar dessas primeiras movimentações, somente vemos um feminismo mais contundente florescer no Brasil, a partir da década de 1970. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, onde o clamor era por uma ampliação democrática no sentido dos direitos das mulheres, aqui a luta pela democracia era a questão, uma vez que vivíamos num contexto de ditadura militar. Dessa forma, os movimentos feministas tiveram que se aliar ao Partido Comunista, que encabeçava a resistência ao regime autoritário, ou à Igreja Católica de frente progressista, como os Movimentos Eclesiais de Base, que também se opunham ao regime. Em ambas as alianças, as mulheres tiveram que fazer concessões ou deixar em segundo plano suas agendas específicas. Primeiro, porque os partidos de esquerda tendiam para uma priorização da luta ampla contra o regime ditatorial evitando a divisão de forças que resultaria da focalização de demandas coletivas particulares e políticas de identidade. Segundo, porque os temas caros aos feminismos, como aborto, contracepção e liberdade sexual, entravam em sério conflito com a Igreja Católica, parte da qual era importante aliada contra a ditadura militar. (HOLLANDA, 2019).

Dessa maneira, é de se pensar que questões relativas à maternidade não seriam algo a ser priorizado nesse momento. Contraditoriamente, registram-se, na década de 1970, reivindicações pelo direito de decidir sobre a gravidez por parte de grupos de mulheres católicas, embasadas numa vertente teológica feminista desenvolvida, sobretudo, pela freira Ivone Gebara, que desenvolve uma crítica ao caráter machista e patriarcal da Igreja Católica. A autora denuncia a apropriação religiosa do corpo e da sexualidade das mulheres que, através de justificativas biológicas, afirma que o ato sexual deve ter como objetivo somente a reprodução. Denuncia também o modo de reconhecimento da mulher que se dá por sua capacidade de gerar filhos, o que passa a ser algo praticamente compulsório. Dessa forma, justificam-se as críticas ao androcentrismo católico afirmando que as mulheres têm o direito de escolher se e em que momento serão mães. Outra pauta intensamente discutida era o aborto por mulheres pobres, considerando que essas tinham muito menos acesso ao controle

de natalidade e viviam num contexto de maior subjugação aos seus próprios maridos e à religião. Seria, então, justo pensar que o aborto, nessas circunstâncias, não poderia ser considerado pecado. (ROSADO-NUNES, 2006; RIBEIRO, 2021).

A partir da década de 1970 e até mesmo antes – considerando trabalhos pioneiros como os de Heleieth Saffioti, na UNESP, em 1967 – os Estudos Feministas, no Brasil, começam a adentrar o universo acadêmico, sobretudo a partir de uma ótica marxista, que exigia que se considerasse as questões da mulher a partir de uma perspectiva de classe. Somente depois de certo tempo, as questões mais específicas da mulher como aborto, sexualidade, direitos reprodutivos e divórcio foram sendo inseridas nas discussões universitárias fomentadas por críticas não necessariamente internas ao ambiente acadêmico, mas sim, por figuras do ativismo feminista. Rose Marie Muraro, por exemplo, mesmo partindo de um feminismo católico e não se ligando à academia, denunciou fortemente o machismo de esquerda exprimindo a necessidade de buscar outras óticas para o entendimento da problemática da mulher. A adoção dos estudos de gênero nas universidades a partir do final da década de 1980 e início da de 1990, especialmente nos centros de Ciências Sociais, possibilitou o entendimento das questões de gênero como construções sociais e, dessa forma, agudizou o olhar para os fenômenos que contribuem para a desigualdade entre homens e mulheres. (HOLLANDA, 2019).

Em contrapartida, ainda são escassos, no Brasil, os estudos que tratam especificamente da maternidade considerando as implicações diretas e indiretas do fenômeno reprodutivo na vida das mulheres e em suas relações com os homens. Scavone (2001b) afirma que, após os avanços tecnológicos que possibilitaram a desvinculação entre sexo e reprodução (tecnologias contraceptivas e conceptivas), cresceram os estudos que se centravam mais nos efeitos na saúde da mulher decorrentes do uso de pílulas, dos partos cesarianos, dos abortos clandestinos, dos processos de esterilização, das fertilizações in vitro, dentre outros. Esse crescimento se deu em detrimento de estudos que tratassem a maternidade considerando seu lugar nas formas de dominação masculina. Por outro lado, começaram a surgir trabalhos que questionavam a excessiva ingerência da medicina sobre os processos reprodutivos, reivindicando para a mulher o direito de decisão sobre os próprios corpos e sobre as escolhas relativas à sua gravidez, ao parto e ao puerpério. Os estudos de gênero também dão base para esses questionamentos na medida em que compreendem a maternidade de modo relacional, como um fenômeno que acontece em relação a outras esferas do mundo como história, tecnologias, economia, padrões de gênero etc..

O feminismo pós-estruturalista, ao trazer a categoria ‘gênero’ para a discussão, radicaliza a compreensão da maternidade como uma construção social. Nessa perspectiva, o objetivo dos estudos deixa de ser responder a pergunta sobre a função social dos aparatos biológicos reprodutivos da mulher (se defeituoso ou não) e passa a ser o entendimento de como certas estratégias de poder e de saber regulam a maternidade em determinada época e lugar.

Os estudos de gênero afirmam que as desigualdades entre homens e mulheres não podem ser explicadas pela biologia, mas, sim, pelos contextos culturais, sociais e discursivos que produzem, inclusive, suas subjetividades e seus corpos. Dessa forma, conferem um caráter relacional ao entendimento de como uma pessoa se define. Defendem que a materialização dos corpos, as formas de representação do que é ser homem e mulher e as identidades são estabelecidas a partir de interações travadas no seio da cultura e da sociedade. É quando se relacionam que homens e mulheres se educam para serem desta ou daquela forma; não se pode, portanto, falar de uma essência feminina ou masculina, muito menos de uma permanência no tempo dos papéis sexuais. Aponta-se, então, para uma provisoriedade da vivência do gênero que permite aos indivíduos uma abertura para novas possibilidades de existência. (MEYER, 2005; SCAVONE, 2001b; SCOTT, 1990; AZERÊDO, 1998).

Sandra Azerêdo (2011), ao discorrer sobre as desconstruções de conceitos necessárias aos feminismos, elege o gênero como uma das categorias dignas de serem confrontadas. Para tanto, expõe a visão de Butler (1990) para sustentar seu argumento:

[...]gênero não é um substantivo, mas também não é uma série de atributos vagos, pois vimos que o efeito substancial do gênero é performativamente produzido e obrigado pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Assim, no discurso herdado da metafísica da substância, o gênero prova ser performativo — isto é, constituindo a identidade que se propõe que ele seja. Neste sentido, gênero é sempre um ato, embora não um ato feito por um sujeito que possa ser considerado como preexistindo o ato. (pp. 24-25, grifo da autora).

Dessa forma, lança-se a possibilidade de entender a forma como um sujeito organiza sua identidade, sua sexualidade e, inclusive, a sua vivência de maternidade como algo que se constrói no âmbito das relações e que não está posto de antemão. Funda-se, assim, espaço para o questionamento das determinações biológicas, sociais ou religiosas sobre o exercício dessas funções. Põe-se em xeque o sistema sexo/gênero (RUBIN, 1975) definido como o conjunto de forças que organiza e justifica a opressão de mulheres e de minorias. Abre-se para a diferença (AZERÊDO, 2011) nas práticas parentais, para a miríade

de possibilidades que encerram cuidar dos filhos, de casa e do trabalho; ser mulher, homem, pai e mãe; e, inclusive, não optar por se reproduzir.

Por compreender a maternidade numa perspectiva relacional, traz também o pai à cena. Compreende-se o estatuto das práticas parentais como algo forjado a partir das relações travadas no cotidiano, de acordo com o tempo, com o lugar e com as tecnologias disponíveis. Assim como afirma Haraway (1995), ao trazer a metáfora da visão para defender uma noção de objetividade – que não se pretende universal e totalizante, mas sim, local – é necessário olhar para as diversas formas de maternidade a partir do seu próprio prisma, sem imprimir-lhes interpretações gerais baseadas nos arautos da ciência, da política, da religião ou da sociedade:

Não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos. Todas essas fotografias do mundo não deveriam ser alegorias da mobilidade infinita e da permutabilidade, mas da elaborada especificidade e diferença e do amoroso cuidado que as pessoas têm de ter ao aprender como ver fielmente do ponto de vista do outro, mesmo quando o outro é a nossa própria máquina. (HARAWAY, 1995, p. 22).

Um campo de estudos interdisciplinar que tem abordado essa problemática são os *Estudos Maternos*, termo cunhado por Andrea O'Reilly⁴ em 2006 para designar uma disciplina autônoma (MENDONÇA, 2014), cujo objetivo é discutir o fenômeno da maternidade em seus mais variados aspectos, promovendo debates no âmbito acadêmico e ações políticas voltadas à promoção dos direitos da mulher. Andrea O'Reilly (2007), ao realizar uma coletânea dos estudos ligados à maternidade produzidos desde a década de 1980, atualiza a discussão iniciada por Adrienne Rich (1986)⁵ sobre os sentidos do termo 'maternidade'⁶. Para a autora, esse termo pode ser entendido: (1) como instituição, que se configura como sentidos ou práticas dominantes que justificam e promovem relações patriarcais; (2) como experiência, isto é, como as vivências e atividades relativas à condição de engravidar, ter filhos e cuidar deles; (3) e, por fim, como identidade, isto é, como os impactos que a experiência de ser mãe tem na autoimagem das mulheres, nos modos de

⁴ Professora Titular na Escola de Gênero, Sexualidade e Estudos da Mulher da York University, em Toronto.

⁵ Para esta feminista norte-americana, a palavra 'maternidade' possuía dois sentidos. O primeiro trata-se do poder da mulher relacionado à capacidade biológica de gerar a vida e do domínio sobre os filhos. O segundo remete à maternidade como instituição, ou seja, força simbólica que normatiza e oprime as mulheres e contribui para o reforço da dominação pelos homens.

⁶ *Motherhood* (no original)

representação de si mesmas. Além disso, a autora passou a usar o termo ‘maternagem’⁷ para se referir à prática de cuidado com os filhos que pode ser exercida por qualquer pessoa e não necessariamente por mães. (MENDONÇA, 2014). Esse termo desloca a ideia de maternidade como algo reificado, canônico e cristalizado e a concebe como uma ação, como prática, como algo que se constrói na atividade e, portanto, mais passível de modificação e de transformação.

É importante destacar que todas essas dimensões da maternidade não são estanques, mas sim, relacionadas. A maternidade como instituição produz normas, sentidos e representações dominantes que tomam forma no âmbito das práticas de maternagem, ou seja, no momento em que as mães conduzem a própria gravidez, relacionam-se com outras mães e cuidam de seus filhos. No mesmo sentido, elas se constituem como sujeitos aderindo ou não a essas representações dominantes no interior dessas práticas sociais. Além disso, mudar o estatuto da maternidade como algo inerente à mulher para algo construído socialmente, permite que pensemos na possibilidade de desarticulação desses sentidos dominantes para que novas formas de realizar a maternidade e de ser mãe sejam possíveis. Como afirma Mendonça (2014) parafraseando O’Reilly (2013):

Ao interrompermos ou desconstruirmos a narrativa patriarcal da maternidade, torna-se possível desestabilizar a sustentação de seu discurso e sua consequente interferência nas práticas e significados da maternagem. Cria-se, então, um espaço para a articulação de contranarrativas, que visem a estimular alternativas de maternagem que empoderem as mulheres em vez de oprimí-las. (p. 29).

A arena de discussão criada tanto pelos movimentos sociais como pelas elaborações teóricas sobre a maternidade é diversa e contraditória. Certamente implica em modificações significativas nos cotidianos das mulheres, fazendo com que avancem no sentido da garantia de direitos, da politização da vida privada, da modificação de práticas e identidades femininas e da conscientização das dimensões políticas e sociais da maternidade. Por outro lado, organizam-se em torno do apelo das próprias mães que, no exercício de sua maternidade, vivenciam as barreiras e possibilidades características de sua posição social. Apesar de tudo isso, o exercício da maternidade ainda guarda diversas ambiguidades, pois os avanços em torno da questão da mulher ainda não foram suficientes para o equilíbrio justo de direitos entre os sexos. Mesmo estando postas as confusões ideológicas que naturalizavam a mulher em sua função materna (acerca das dimensões biológicas, sociais, laborais, religiosas, psicológicas e outras envolvidas na maternidade), ainda pesa sobre elas as obrigações de cuidado com os filhos e de gestão doméstica, somadas atualmente com seus

⁷ *Mothering* (no original)

novos papéis na esfera pública. Nesse sentido, é de fundamental importância abordar o cenário atual das questões maternas da forma como ele se manifesta na vida diária dessas mães, considerando também os efeitos trazidos pelas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas dos últimos cinquenta anos.

2.1.3 Transformações da maternidade nos últimos 50 anos

A possibilidade de escolher ou não a maternidade é algo que se conquista ao longo do século XX e que é impulsionada pela crescente industrialização e urbanização especialmente a partir da década de 1970. O modelo de maternidade em tempo integral vai paulatinamente cedendo espaço para uma maternidade opcional, em que a mulher pode ser mãe dentre outras escolhas de vida. Scavone (2001a) aponta como fatores importantes para esta mudança a influência de transformações tecnológicas como a criação de métodos contraceptivos ou de esterilização e das tecnologias reprodutivas como a inseminação artificial ou a fertilização *in vitro*; o maior acesso das mulheres à escolarização e ao mercado de trabalho, atendendo às demandas produtivas de uma economia de consumo; e uma transformação dos modos de se relacionar intimamente desencadeada pela revolução sexual (GIDDENS, 1993) em curso nas últimas décadas.

A invenção da contracepção foi um dos principais fatores para a garantia da liberdade da mulher frente à escolha da maternidade, sobretudo no contexto de países desenvolvidos. Apesar de que as mulheres sempre tiveram formas de recusar circunstancialmente a maternidade através de técnicas abortivas, somente com o controle da fecundidade trazido pela pílula é que passaram a ter algum poder sobre o planejamento familiar, determinando de forma socialmente aceitável o momento de serem mães. Assim que puderam optar, as mulheres escolheram por retardar a primeira gravidez, dando prioridade para sua educação e carreiras profissionais. O desenvolvimento das tecnologias de concepção também veio ao reforço desta atitude, na medida em que o fator idade não traria mais a escolha compulsória de ser ou não mãe. Elas passaram a poder postergar esse momento em suas vidas, na medida em que o congelamento de óvulos, a reprodução *in vitro* e a inseminação artificial são, hoje, alternativas viáveis. Além disso, mesmo para aquelas que decidem pela esterilidade como controle de fecundidade, a possibilidade de reverter esses procedimentos também já é algo oferecido pela ciência.

Numa realidade de países em desenvolvimento, como o Brasil, a contracepção ganha contornos específicos que marcam a realidade socioeconômica e de desigualdade do país. O que veio para trazer liberdade frente à possibilidade de engravidar para as mulheres oriundas de países desenvolvidos e para as brasileiras de classes privilegiadas foi disseminado para as mulheres economicamente em desvantagem e em vulnerabilidade social, através de políticas de controle de natalidade empreendidas pelo Estado. Na década de 1990, o Fundo Monetário Internacional lançava como uma das condições de empréstimo de divisas para os países pobres a realização de controle do crescimento demográfico. Dessa forma, diversas políticas foram implementadas com o objetivo de fomentar o planejamento familiar e tinham como principal fator a distribuição massiva de pílulas anticoncepcionais. Em decorrência disso, percebe-se que a escolha frente à maternidade é matizada por questões de classe, de raça e de poder. Contraditoriamente ou não, nesse período, a esterilização passou a ser um dos métodos principais de recusa da maternidade pelas mulheres brasileiras pobres. Frente ao risco de engravidar e evitando os efeitos colaterais provenientes do uso da pílula, elas preferiram anular qualquer possibilidade de gravidez. (SCAVONE, 2001a).

Para além do controle populacional, é comum que o Estado brasileiro realize estratégias de politização da maternidade (MEYER, 2005) mediante políticas voltadas para a saúde, para a educação e para a assistência social. Quando o assunto é o cuidado e o desenvolvimento dos cidadãos ou a prevenção da criminalidade ou da vulnerabilidade social, são as mães as convocadas para gerir uma série de riscos e para pôr a serviço seus corpos, seu tempo, sua vida e suas escolhas.

Somente as mulheres brasileiras de classes médias e altas conseguiram usufruir mais plenamente das conquistas femininas que o mundo globalizado inaugurou. Uma vez que tiveram acesso à educação em níveis básico e superior, conseguiram alcançar posições no mercado de trabalho e lugares de poder em âmbito público. A inserção da mulher no universo laboral remunerado ocorre em paralelo com o processo de industrialização e urbanização. A disseminação do consumo abre novos postos de emprego e as mulheres, agora qualificadas, passam a exercer cargos que antes eram ocupados somente por homens. Além disso, a vida na cidade onera o orçamento familiar e instiga ao consumo, de modo que os rendimentos recebidos pelas atividades remuneradas femininas passaram a ser fundamentais. Em contrapartida, a igualdade entre homens e mulheres na divisão da força laboral está longe de ser atingida. A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro,

nas últimas décadas, por exemplo, tem passado por continuidades e descontinuidades. Em um polo, vemos mulheres de classes mais vulneráveis ocupando trabalhos precários em termos de remuneração, segurança social e insalubridade. Em outro, vemos mulheres escolarizadas, que tiveram acesso ao ensino superior, conseguindo galgar cargos mais importantes no serviço público, em empresas privadas ou no trabalho autônomo. No entanto, ainda são maioria nos setores de serviço, do cuidado ou do ensino, principalmente ensinos infantil e fundamental, considerados tipicamente femininos. (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000). Além disso, independente da classe que ocupam e da escolaridade que possuam, as mulheres não passam ilesas da carga desigual de trabalho doméstico em relação aos homens. Guardadas as devidas proporções, ao se comparar mulheres de posições sociais diferenciadas, dificilmente a inserção no trabalho não acarreta a assunção da dupla jornada. Mesmo trabalhando fora e, algumas vezes, ocupando o lugar de chefe de família, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pela gestão da casa e dos filhos.

Outro fator a ser considerado para as mudanças da maternidade são as transformações na esfera da intimidade produzidas pela modernidade. Com a possibilidade da ‘sexualidade plástica’ (dissociação entre sexualidade e reprodução), as mulheres puderam questionar o ‘amor romântico’ – que as mantinha no lar sob a tutela do marido – e se relacionar de novas formas com os homens, a partir de referenciais mais democráticos. Giddens (1993) afirmou que esses novos modelos de intimidade baseavam-se no ‘relacionamento puro’ caracterizado pelo ‘amor confluyente’:

Um relacionamento puro [...] refere-se a uma situação em que se entra em uma relação social apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada um individualmente, para nela permanecerem. (GIDDENS, 1993, p. 69).

Já o ‘amor confluyente’ trata-se de uma vinculação afetiva que foge da ideia de busca da pessoa especial que vai encaixar “para sempre” e de forma exclusiva nas idealizações projetadas pelo sujeito e da co-dependência resultante dessa busca. Em contrapartida, busca esse encaixe numa relação que ofereça elementos suficientes para a satisfação de ambos, definidos através de negociação reflexiva, em que se equilibram dedicação e responsabilidade. Esse modelo de intimidade traz intensas transformações para a organização familiar: em contraposição a um formato relacional em que o homem tinha autoridade sobre a mulher e os filhos, passa a haver um maior equilíbrio no poder de decisão entre homem e mulher; testemunha-se uma maior liberação sexual, especialmente para as mulheres, uma vez que as relações passam a sustentar-se na satisfação mútua; a

exclusividade passa a ser definida através de acordo, de modo que a monogamia deixa de ser o único modo de união; há um fortalecimento da autonomia pessoal, uma vez que os indivíduos passam a ser dotados do poder de julgar, de deliberar, de escolher e de agir. (GIDDENS, 1993). Dessa maneira, o casamento, a função de dona de casa e a maternidade deixam sua condição de “destino” e passam a ser definidos mediante o pacto entre os casais. As mulheres ganham, então, voz na definição do momento e do modo como esses eventos irão ocorrer, podendo, por exemplo, convocar mais os homens para o compartilhamento das responsabilidades domésticas e de criação dos filhos. Isso faz surgir a figura do ‘pai participativo’ que, apesar de enfrentar desafios em termos de julgamento social, passa ser algo mais comum da década de 1990 em diante.

A possibilidade de escolha das mulheres frente à maternidade, permitiu a diversificação dos motivos que as levam a terem filhos: necessidade de prolongar a própria existência, reprodução de um modelo tradicional de família, aceitação social ou de atender o desejo do parceiro, afinidade com crianças, garantia de cuidado no momento da velhice, necessidade de suprir lacunas emocionais com o afeto dos filhos, reprodução da espécie, incentivos governamentais de fomento à natalidade ou de controle demográfico, realização pessoal, dentre outros.

Badinter (2011) afirma que essa chance de escolha frente à maternidade traz para o primeiro plano motivações ligadas ao prazer e à realização pessoal, típicas de uma cultura individualista e hedonista⁸. “Um filho, dois ou mais, se eles enriquecem nossa vida afetiva e correspondem à nossa escolha de vida” (p. 10). Muitas vezes, o que está mais de acordo com esses princípios é a escolha de não tê-los. Em contrapartida, a autora afirma que a irracionalidade na escolha da maternidade oblitera diversas forças sociais que, de fato, atuam sobre essa tomada de decisão. Despreza-se a demonização social do casal, sobretudo das mulheres, que decidem não ter filhos; ignoram-se as expectativas de tios, avós e amigos por novos integrantes na família; além de romantizar as intensas mudanças em suas vidas depois que os filhos nascem. Cria-se, assim, um verdadeiro véu sobre as dificuldades que encerram cuidar, nutrir e educar uma criança; isso sem considerar as obrigações relativas ao trabalho, carreira e vida conjugal. Não se dimensiona o altruísmo necessário para a realização de tal empreitada, muito menos, o quanto de liberdade será sacrificado em virtude disso. Dessa

⁸ A autora apresenta uma pesquisa realizada na França, em 2009, pela *Philosophie Magazine* cujos dados apontam que, ao serem perguntadas por que fazem filhos, 48% das respostas das mulheres associaram-se ao amor, 69% ao dever e 73% ao prazer, apontando, assim, que o hedonismo é o principal valor que guia as francesas na escolha da maternidade.

maneira, se a escolha é realizada para atender necessidades hedônicas, a frustração por quase sempre não atingir esses objetivos é imensa.

Surgem, portanto, diversos impasses para dar conta de uma realidade para a qual muitas mulheres não haviam sido preparadas. Essa decisão ainda é conflituosa porque resistem no seio da cultura, das relações e de ações governamentais práticas que ressuscitam constantemente os ideais maternos do início do século. Há políticas públicas, práticas médicas, tendências mercadológicas, legislações, além de um poderoso imaginário social sobre a maternidade que ainda constituem uma estrutura de desigualdade entre homens e mulheres na ocupação dos âmbitos públicos e privados.

Se a opção de pôr uma vida no mundo não for mais para atender uma tradição, os instintos, nem por necessidade e, sim, pelo próprio prazer, cria-se uma dívida para com aquela criança que, no fim das contas, “não pediu para nascer”; dívida esta que muitos não vão deixar de lembrá-la. Na tentativa de conciliar a maternidade, tarefas domésticas e trabalho – como um modo de não abrir mão dessa realização pessoal – vemos mulheres assumindo uma segunda jornada ou terceirizando os cuidados para familiares, profissionais ou instituições. Inserem-se, assim, num momento de vida regado por frustrações, solidão, culpa, esgotamento e, apesar de menos admitido, arrependimento. As mães dificilmente encontram espaço para manifestar essas demandas, às vezes, sequer são capazes de confessar a si mesmas, tamanha é ainda a necessidade do ‘amor materno’. (BADINTER, 1985).

A expressão “maternidade intensiva” foi utilizada por Sharon Hays, em 1998, para descrever a ideologia da disponibilidade integral aos filhos que passou a orientar a conduta de mães americanas de classe média na década de 1990. Nessa ideologia, o ofício materno deveria ser exclusivo das mães, exercido durante intensos períodos, prioritário frente às outras obrigações, auxiliado por especialistas e alvo de atenção constante. As mães deveriam, portanto, estar disponíveis para levar os filhos a aulas de toda sorte, preocupar-se com seus horários, com sua saúde, com seu lazer e com o desenvolvimento de todas as suas capacidades. (ENNIS, 2014). A metáfora da *mulher-elástico*⁹ utilizada por Maria Helena Fernandes (2006) também é representativa desse papel materno:

Endividada consigo própria e com os outros que a cercam, a *mulher-elástico* é, ao mesmo tempo, por definição, culpada e impotente. Experimentando sempre uma dolorosa sensação de que algo lhe escapou, de que algo transborda sempre do seu

⁹ Trata-se de uma personagem do desenho animado *Os Incríveis* (BRAD BIRD, 2004), produzido pela Pixar, cujo poder especial é a capacidade elástica de seu corpo que lhe permite além de cuidar de todos os afazeres domésticos ainda ser uma super heroína.

cotidiano impossível, a *mulher-elástico* constata, desamparada, que seu corpo dói! (p.5).

O que vemos, deste modo, é que o problema da reprodução do ideal materno está longe de ser resolvido. Seja para assumir integralmente a função de mãe, para negar-se a fazê-lo ou para tentar conciliá-la com a vida pública, as mulheres enfrentam diversos desafios. Há sempre uma consequência a avaliar: ou abrem mão completamente de suas carreiras (muitas vezes sendo criticadas por isso); ou topam enfrentar as mais diversas críticas por não quererem se reproduzir, a ponto de convencerem-se de uma velhice solitária e sem sentido; ou, enfim, acabam extenuadas pela tarefa insalubre que é equilibrar ser mãe com as outras esferas da vida. Badinter (2011), portanto, conclui que:

A maternidade e as virtudes que ela pressupõe não são evidentes. Nem atualmente, nem no passado, quando ela era um destino obrigatório. Optar por ser mãe não garante, como inicialmente se acreditou, uma melhor maternidade. Não apenas porque a liberdade de escolha talvez seja um embuste, mas também porque ela aumenta consideravelmente o peso das responsabilidades em um tempo em que o individualismo e a “paixão de si” nunca foram tão poderosos. (p. 25 – grifo da autora).

Frente a essa realidade, ocorre que as mães têm reflexivamente tomado medidas para dar conta desta escolha. Constata-se uma tendência quase universal de diminuição da fecundidade, seja em países desenvolvidos, como Europa e Estados Unidos, mas também em países do Sul como o Brasil, sobretudo de mulheres das classes média e alta. Outro fenômeno observado é que as mulheres têm, cada vez mais, postergado a primeira gravidez, priorizando sua carreira profissional e sua autonomia financeira, antes de serem mães. Contraditoriamente, não é evidente o aumento de casais sem filhos, apontando para o fato de que, mesmo com todos os impasses, poucas mulheres vislumbram suas biografias sem a experiência da maternidade. (BADINTER, 2011; SCAVONE, 2001a; ALBERTUNI e STENGEL, 2016).

No entanto, quando se considera o contexto brasileiro, com todas as suas contradições e precariedade sociais, é necessário ter em mente que muitas mulheres ainda estão na labuta pelo direito de escolher. Nem sempre o acesso à contracepção, por exemplo, é garantido a todas. O trabalho, para muitas delas, é artigo de necessidade e, não de realização pessoal e, muitas vezes, já é buscado como alternativa para um melhor sustento dos filhos, considerando que os proventos do marido nem sempre são satisfatórios. Para realizarem atividades fora de casa, dependem de creches públicas ou de iniciativas comunitárias, geralmente insuficientes para a demanda. As dificuldades são tantas que ficar em casa e cuidar dos próprios filhos, às vezes, é a melhor saída. A maternidade, portanto,

continua sendo um destino para elas. Somam-se a isso os altos índices de violência doméstica e sexual que ocorrem, em grande parte, dentro do próprio casamento e que acabam produzindo gravidezes indesejadas. Essas mulheres veem-se, então, na obrigação de cria-los ou acabam apelando para a realização de abortos clandestinos, uma vez que essa prática só é autorizada no Brasil em pouquíssimas circunstâncias.

Desta maneira, esse estado de coisas lança diversas possibilidades de maternidade. Considerando todas essas tendências, cada mulher vai maternando ou não tendo que se haver com inúmeros condicionantes, como: a sua realidade econômica e social, os seus anseios profissionais e educacionais, o seu tempo de doação, a quantidade de apoio disponível, os seus valores morais, políticos e religiosos, as expectativas criadas pelos grupos de que participa, o modelo de relacionamento conjugal que escolheu, o grau de participação dos pais no cuidado com os filhos e também as tecnologias a que tem acesso.

Os meios de comunicação, em geral, sempre tiveram uma função no reforço ou no combate de padrões de maternidade. Por vezes funcionam como mediadores de projetos governamentais voltados para a promoção de modelos maternos convenientes à execução de objetivos políticos, por outras dão voz às demandas femininas auxiliando, assim, suas lutas por igualdade. Contemporaneamente, a internet vem abrigando toda sorte de interações entre mães, pais, especialistas e instituições.

2.2 A maternidade nas mídias

Não se pode afirmar que é recente a relação entre as mídias e as formas de cuidar e educar os filhos. Muito antes de a vida cotidiana ser atravessada pelo mundo da internet 2.0, a produção midiática já se ocupava em disseminar materiais com o objetivo de orientar as mulheres para o exercício de sua maternidade. Desde que a mãe burguesa brasileira foi convocada a educar os futuros cidadãos da República, no início do século XX, há registros de cartilhas, manuais e periódicos voltados a orientá-las nesse sentido. A “mãe de família” deixou de ser preparada pelo círculo próximo de mulheres mais maduras e passou a ser instruída por textos baseados na ciência. Textos esses, em sua quase totalidade, escritos por homens. A mãe moderna deveria, portanto, guiar-se menos pelo senso comum e, mais, por conhecimentos “sérios” e “confiáveis” produzidos por especialistas. A veiculação da maternidade através dessas mídias, passou a ser uma das principais formas de transmissão e aprendizagem sobre a maneira mais adequada de cuidar da gravidez e dos filhos. “A tríade

especialista, mãe e mídia lançava as novas bases sociais da maternidade.” (TOMAZ, 2015, p. 158 – grifo da autora).

Ancorada no projeto modernizador republicano, que tinha como horizonte a ordem e o progresso e como objetivo eliminar os resquícios de um passado colonial, a elite intelectual brasileira centrou-se no desenvolvimento de um modelo higienista de nação. Esse plano incluía a promoção de políticas sanitárias para o controle de doenças, bem como formas de doutrinação moral de suas populações, sobretudo as mais empobrecidas, visando a maior civilidade dos cidadãos. Os ideais higienistas da Nova República baseavam-se em conhecimentos científicos da época, sobretudo da Medicina, na regulação da saúde e dos modos de vida dos indivíduos e coletividades, na mira da sua missão civilizatória. É no seio dessa missão, que a governamentalidade higienista passa a regular intensamente a instituição familiar, com discursos, práticas e valores normatizadores do corpo, da moralidade, da vida em família, com destaque para o papel das mulheres-mães na educação do cidadão adequado à ordem burguesa nascente. Esse modelo familiar burguês tornou-se hegemônico como padrão idealizado a ser seguido por todas as classes sociais (FREIRE COSTA, 1975) e se materializou mediante os mais diferentes tipos de dispositivo de controle social, sobretudo o da sexualidade.

A composição dessa família burguesa passava pela normatização, pelo saber médico, do corpo da mulher, especialmente no sentido de regular sua prática sexual com fins de resguardar a maternidade e a “boa” conduta nos lares; esperava-se que essa regulação levasse à saúde física e moral de seus cidadãos e, em última instância, à grandeza da pátria. Qualquer forma de tradição que remetia a práticas coloniais deviam ser banidas da nação. Dessa forma, as mulheres não mais deveriam criar seus filhos baseadas em saberes repassados por amas e comadres através das gerações e em âmbito doméstico, mas agora seriam instruídas por médicos especialistas em puericultura. Isto é, não somente expertos nos corpos das crianças, como no caso da Pediatria; mas também conhecedores das melhores formas de conduta, de relacionamento e de hábitos que uma boa mãe deveria ter. Ao refinar as estratégias de melhor cuidar de uma criança – definindo detalhes relativos ao banho, à vestimenta, à alimentação, ao desenvolvimento, etc. – a Medicina se elevou a uma posição de reconhecimento e poder, sendo a única capaz de orientar as mulheres a serem mães. Por outro lado, não deixaram de ratificar os aspectos instintivos e inerentes da função materna que, no entanto, não seriam mais suficientes para educar os cidadãos de modo efetivo com vistas ao fortalecimento social da nação. Dessa forma, tiveram como efeito também

reconfigurar o papel social da mulher burguesa, que agora deveria ser uma mãe moderna. (FREIRE, 2008).

A ideologia da maternidade científica aproximava as mulheres do universo 'masculino', racional, da ciência, deslocando a maternidade da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo *status*. Esse deslocamento implicava, entretanto, certa tensão interna, pois se atualizava em substância a função maternal, ao mesmo tempo mantinha seu caráter essencialista. (FREIRE, 2008, p. 161).

Todo esse processo de destradicionalização da função materna ganhou sustentação a partir dos movimentos feministas maternalistas, característicos do início do século XX, citados anteriormente. Segundo o movimento, as mulheres não deveriam ser apenas 'bibelôs' dos homens, artigos decorativos da sociedade, mas sim elementos fundamentais ao desenvolvimento social e para isso deveriam ser instruídas a realizar de forma racional a gestão do lar e dos filhos. Dessa forma, para além de representar uma espécie de apropriação do cuidado dos filhos e dos corpos femininos pelos homens da ciência, também contribuiu para que os assuntos relativos à maternidade ocupassem um espaço público, conferindo importância social ao tema.

As revistas femininas constituíram um dos mais importantes meios de disseminação e de recepção desses ideais. No esteio do florescimento da imprensa no início do século XX e do surgimento das revistas ilustradas, o consumo desses periódicos servia não apenas para informar a população interessada, mas consistia em sinônimo de modernidade e civilidade. As publicações de revistas femininas tiveram sua produção impulsionada, sobretudo, na década de 1920 e ganharam forte adesão do público devido ao seu formato atrativo, repleto de fotografias, de linguagem bem-humorada, que se distanciava da linguagem mais técnica e sisuda dos manuais. Ao mesmo tempo em que tinham a função de entreter suas leitoras, constituíam canais de doutrinação dos ideais maternos consonantes com a racionalização da vida característicos dos tempos modernos entronizados pela República.

Estudos como os de Santos e Germano (2020) e de Medeiros (2020) afirmam o caráter pedagógico, normalizador e civilizatório dos almanaques femininos intensamente veiculados no final do século XIX e início do século XX, no Brasil. Essas mídias atuaram fortemente para a construção de um modelo de mãe dócil, recatada, saudável e dedicada aos filhos, à família e à nação. Através de anúncios, horóscopos e prescrições de conduta, os periódicos instituíam formas específicas de ser mulher, de cuidar da saúde, dos filhos e de casa, de comportar-se e, inclusive, de funcionamento dos corpos femininos com suas regras, humores e fragilidades. Compreendendo ideologicamente as manifestações fisiológicas

típicas da mulher como eventos que a tornavam frágeis, predispostas a doenças e mais sujeitas à sua biologia, os discursos veiculados no almanaque justificavam o lugar de inferioridade dessas mulheres, de modo que precisavam ser tuteladas pelos maridos, pelos pais e pelos especialistas.

Ao longo do tempo, as revistas foram se modificando, na medida em que passaram a integrar, cada vez mais, a interação com o público, respondendo a cartas ou criando matérias a partir de sugestões dos leitores. Além disso, foram inserindo em suas publicações temas sobre estilos de vida menos tradicionais e passaram a relativizar essa função puericultora da mulher, trazendo o pai à cena e fomentando o debate sobre as desigualdades entre os sexos na criação dos filhos. No entanto, em sua maioria, ainda são constituídas por textos voltados às mães com o objetivo de auxiliá-las na sua “árdua” tarefa. Versam, portanto, sobre saúde, alimentação, educação, cultura, ferramentas lúdicas, etc. Não trazem mais somente textos especializados, mas também apresentam relatos de experiência de mães e pais. Fazem uso de uma linguagem amigável, pouco densa, mas bem arejada, tornando a leitura cada vez mais convidativa. (MENDONÇA, 2014).

Percebe-se, portanto, que essas mídias fazem um esforço para se aproximarem das vivências e da linguagem dos leitores, talvez porque entendam que esse formato os atrai mais enquanto público consumidor. Mas, ao mesmo tempo, criam novos formatos de interação entre os grandes veículos de comunicação e os seus receptores, na medida em que tentam atender suas demandas, ao mesmo tempo em que criam outras, e lhes permitem compor os conteúdos das revistas, convocando-os, assim, a uma postura mais ativa frente às informações. Apesar disso, ainda persiste uma relação desigual entre veículo e receptor, uma vez que todos os conteúdos são submetidos a uma escolha editorial que agrega e formata os textos para atender seus objetivos. Além disso, seu público é restrito aos locais de distribuição das revistas e aos leitores que podem adquirir seus exemplares, afunilando assim seu poder de disseminação social.

A partir de meados do século XX, diversas transformações começaram a ocorrer no âmbito do desenvolvimento tecnológico. Uma das invenções mais profícuas foi a internet que surge a partir da revolução microeletrônica, das exigências de uma economia flexível e globalizada e de demandas sociais pela liberdade individual e pela democratização da comunicação. O processo que levou dos meios de comunicação em massa, caracterizado pela transmissão de ‘um para vários’, para os meios de comunicação em rede, cuja transmissão é de ‘vários para vários’, trouxe mudanças significativas nas sociabilidades

contemporâneas. Forjou-se uma nova forma de se comunicar que, além de não ser mais restringida pelo tempo e pelo espaço – avanço já oferecido pelo rádio e pela televisão – passou a ser mais horizontal e com o poder de formatação distribuído coletivamente. Não mais apenas as grandes emissoras estão autorizadas a produzir conteúdos de amplo alcance, mas agora, qualquer usuário com acesso à rede tem o poder de divulgar informações, opiniões e acontecimentos. (CASTELLS, 2001).

Em pouco tempo, o uso da internet se generalizou em vários contextos como o mercadológico, do mundo do trabalho, da ciência e das comunidades virtuais. Ela passou a servir não somente a necessidades públicas e institucionais, mas também a demandas relativas à vida íntima. A cibercultura criou condições para novas subjetividades na medida em que impulsionou a publicação da vida privada. Se, antes, os assuntos de foro pessoal eram tratados em âmbito doméstico e restrito às discussões familiares e aos diários; hoje, é algo a ser divulgado e submetido à apreciação dos outros. (SIBILIA, 2016). Por um lado, esse fenômeno contribui para uma mercantilização da intimidade, uma vez que essas publicações são vinculadas a uma monetarização a partir da quantidade de expectadores; mas, por outro, traz para a esfera pública questões que historicamente estavam restritas ao mundo privado, como, por exemplo, o tema da maternidade.

Zafra (2011) defende a ideia de que o acesso à rede conectada é suficiente para a inserção da mulher numa arena de disputa social que, antes, exigia recursos cujo acesso era muito mais restrito. A autora, apropriando-se da afirmação de Virgínia Woolf de que as condições necessárias para uma mulher se dedicar ao ofício autônomo da escrita seriam um quarto e renda próprios, atualiza essa noção utilizando-a no contexto da cibercultura. A autora defende que o acesso à rede pela mulher a partir do ambiente de sua casa transforma-o em um espaço público-privado-*online* que lhe permite enfrentar sistemas disciplinares tradicionais e engendra um potencial criativo de novas formas de ser, agir e se relacionar. (FERREIRA, 2015).

No entanto, seria ingênuo pensar que sua função se resumiria a isso. Não se pode ignorar que da mesma forma que as interações no mundo virtual possibilitam certa liberdade de expressão, o espaço também está aberto para conteúdos que promovem discriminação, opressão e cooptação. Não se pode, portanto, imbuir essas novas tecnologias de neutralidade, uma vez que também são atravessadas por estratégias mercadológicas que se valem da visibilidade dos produtores de conteúdo digital, a fim de venderem seus produtos ou de criarem formas de vida que sustentam nichos de mercado. É nesse sentido que Rocha

(2011) afirma que as novas mídias engendram o falso imperativo do “seja você mesmo”. A autora defende a ideia de que essa liberdade de se reinventar concedida ao sujeito pelas tecnologias digitais pode ser enganosa: mais do que oferecer linhas de fuga para a existência, cria uma nova ordem do dever de ser “livre”, “genuíno” e “diferenciado”, a partir do consumo.

Para a autora, as mídias digitais atuam na produção dos próprios sujeitos; não necessariamente manipulando-os para que se comportem de acordo com seus interesses mercadológicos; mas, sim, constituindo-os, oferecendo repertórios, narrativas, modos de ser, identidades. Em vez de coagirem a ação dos sujeitos, atravessam-no perfazendo sua própria existência. No entanto, Rocha (2011) avança mais um pouco ao denunciar que as redes, para além de fabricarem identidades, na medida em que oferecem modelos de subjetividade a serem seguidos (estilos), convidam o sujeito a atuarem de modo autônomo, diferenciado, autêntico e contestador. Para isso, difundem o discurso do “seja você mesmo” que engaja os sujeitos numa busca eterna pela mudança, pela reinvenção, pela subversão de normatividades em busca da emancipação e da autonomia. Esse dispositivo acaba por criar uma nova moldura identitária que é o fundamento do consumo. Uma vez que é livre para consumir (mesmo que agora seja um consumidor atuante e exigente), o sujeito poderia construir o seu próprio estilo e ser singular, diferente dos outros.

A partir dessa advertência, pode-se supor que o uso das mídias por mães para veiculação de discursos e práticas de maternidade alternativos não passa de uma cooptação de manifestações e ativismos digitais que, em última instância, alimentam a prática do consumo. De fato, essa suposição é plausível, pois vemos crescer nas redes, a cada dia que passa, o leque de profissionais voltados para cuidados materno-infantis, além da demanda por produtos supostamente imprescindíveis para se ter e cuidar de um bebê entre os segmentos mais abastados da população.

Por outro lado, a prática de divulgar narrativas, discursos, modos de ser, imagens, informações a respeito da maternidade não parece ser, apenas, uma consequência do imperativo “*be yourself*”, nem parece ter como consequência somente o fomento de um mercado de consumo. Ela parece, de fato, ampliar o poder de tornar visíveis realidades que dificilmente já ocuparam lugar de destaque nos meios de comunicação. Ela permite que pessoas que compartilham situações ou condições semelhantes se conectem e que outras, consideradas “normais” ou “comuns”, entrem em contato com modos de vida destoantes do seu. Isso parece criar novas arenas de disputa e negociação de sentidos e novas formas de

nomeação para dar conta de experiências nunca antes simbolizadas, uma vez que sempre tiveram sua existência negada por poderes hegemônicos. Parece também criar redes de empatia e de resistência, que oferecem reconhecimento para subjetividades obnubiladas que, ao encontrarem espaço para serem e se expressarem, fortalecem-se mutuamente. Por fim, o fato de os próprios sujeitos criarem seus conteúdos e usarem a própria voz para se afirmarem desloca o poder dos agentes que participam da construção e regulação dos saberes sobre o universo parental, impondo novo balanço na autoridade de especialistas, da ciência, do Estado e de instituições. Isso parece permitir um maior equilíbrio entre essas forças ou, pelo menos, dotar as mães de maior poder de questionamento e de suspensão de um estado de coisas opressor e reprodutor de desigualdades sociais.

Há, portanto, uma relação contraditória entre maternidade e mídias sociais. Diversos estudos apontam para isso. Griffin (2014) relata, por exemplo, que o uso do *Pinterest*¹⁰ por mães suscita uma negociação de sentidos sobre o que é maternidade, apoiando ou contradizendo ideologias de gênero. Por se tratar de uma plataforma compartimentada, o aplicativo dá espaço para o exercício de outras identidades da mulher que não seja a de mãe, uma vez que ali elas podem guardar inspirações relativas a outras ambições como viagens, hobbies, autoestima, dentre outros. Além disso, a autora aponta que o tempo destinado às redes sociais configura-se como uma trégua dos filhos ou uma reconexão da mãe consigo mesma, permitindo a vivência de projetos e desejos ou o desligamento da realidade árdua do ofício materno. Por outro lado, percebeu que o uso excessivo das mídias, sobretudo relacionado a outros assuntos fora maternidade, acaba gerando culpa nas mulheres. Já, McDaniel, Coyne e Holmes (2011) apresentam uma correlação positiva entre o uso de mídias por mães e sua sensação de conexão social. No entanto, perceberam que o grau de bem-estar dessas mulheres estava fundamentalmente atrelado a uma boa repercussão social do seu exercício materno.

Com o objetivo de explorar as interações entre mães nas mídias sociais, realizamos dois estudos preliminares. O primeiro trata-se da análise de vídeos do *Youtube* produzidos por pais e mães (MAIA e GERMANO, 2020) e o segundo lança um olhar crítico sobre postagens de mães no *Instagram* durante o período de isolamento social provocado pela pandemia do vírus Covid-19 (MAIA e GERMANO, 2022). Verificamos, com eles, que as interações nessas plataformas, por um lado, permitem a denúncia do sofrimento físico e mental de mulheres, bem como a possibilidade de catarse na troca com outras mães; e, por

¹⁰ Rede social, criada em 2010, voltada para o compartilhamento de fotos, de modo a compor um quadro de inspirações sobre diversos assuntos: decoração, gastronomia, beleza, saúde, etc.

outro, abre espaço para a reprodução de discursos que naturalizam o protagonismo feminino em tarefas maternas e para o reforço de ideais hegemônicos de maternidade. Além disso, mantêm o binarismo sexual, naturalizando diferenças ao construir a maternidade como algo sofrido, opressor e limitador para as mulheres e a paternidade como algo extraordinário, divertido e engrandecedor para os homens.

Apesar de elucidarem essas contradições, os estudos não exploram profundamente de que maneira as interações em mídias sociais põem em pauta a problemática da escolha da maternidade, assim como ela ocorre na vida cotidiana das mulheres. Ainda parecem ser pouco discutidas as implicações que uma ‘cultura da conectividade’ (VAN DIJCK, 2016), com seus imperativos de “transparência” e “popularidade”, tem para os reveses que envolvem a questão materna bem como para as possibilidades de superação das desigualdades entre os sexos na gestão dos fenômenos reprodutivos. É fundamental refletir sobre que modelos de mães e práticas de maternidade estão sendo disseminados nessas plataformas e se eles posicionam as mulheres progressiva ou reprodutivamente nessa luta de diferenciação entre o feminino e o materno. Outro ponto a ser discutido é que essas análises dificilmente iluminam o poder de agência das próprias plataformas digitais sobre os usos que as mães fazem delas. Passam ao largo da capacidade que a tecnologia dos algoritmos tem, por exemplo, de fazer agir suas usuárias nesta ou naquela direção. Nesse sentido, para abordar esses fenômenos é importante que adotemos uma perspectiva teórico-metodológica que dê conta das relações entre o que ocorre no âmbito das micro relações e a reprodução ou transformação de estruturas sociais mais amplas. Além disso, são necessários recursos que permitam explorar o valor semiótico e seus investimentos políticos e ideológicos das próprias plataformas digitais bem como dos textos e das imagens disseminadas através delas. Acreditamos que a Análise de Discurso Crítica seja uma abordagem profícua a tais objetivos.

2.3 A Análise do Discurso Crítica (ADC) no estudo das interações em Redes Sociais sobre maternidade

O movimento de intensificação do interesse pela linguagem na compreensão dos fenômenos sociais, ocorrido por volta da década de 1970, gerou intensas transformações teóricas, epistemológicas, metodológicas e políticas nas ciências humanas em geral. Se, por um lado, as ciências sociais, a psicologia, a filosofia e a história tiveram que se aproximar

dos estudos linguísticos em busca de estratégias para abordar seus fenômenos – a partir de então vistos como construções simbólicas; por outro, a linguística teve de transferir sua ênfase dos aspectos formais (estruturas sintáticas abstratas de frases isoladas) para os aspectos pragmáticos da língua (a linguagem em uso, o texto, da forma como ocorre no interior de práticas sociais). (VAN DIJK, 2004). Além disso, os primeiros precisaram aproximar suas análises dos microfenômenos, adotando paulatinamente a ideia de que os fenômenos psicossociais e históricos acontecem em unidades menores como grupos, interações sociais e, inclusive, na produção, na distribuição e no consumo de textos; bem como os linguistas tiveram de se apropriar das teorias sociais, no intuito de contextualizar suas análises textuais e de realizar uma melhor articulação entre texto e processos de reprodução ou de mudança social. (FAIRCLOUGH, 2001).

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma das abordagens que tentou sopesar texto e estrutura na compreensão dos fenômenos sociais. Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica inter e transdisciplinar que avançou, a partir da década de 1990, sobretudo entre pesquisadores europeus, que, apesar de suas diferenças temáticas e metodológicas, compartilham a compreensão de que os discursos, entendidos não somente como representação, mas também como ação social, são parte fundamental da composição, da manutenção e da transformação de estruturas sociais. Dessa maneira, compreendem que o estudo dos textos como unidade básica da comunicação, em relação íntima com seus contextos de produção e de assimilação, é crucial para o entendimento de como realidades sociais hegemônicas são mantidas ao longo do tempo. Por outro lado, a compreensão dos elementos semióticos da realidade também ajuda a mapear formas de resistência a essas estruturas, na medida em que novos discursos ou variações dos antigos podem ser postos novamente em contexto, produzindo realidades sociais alternativas. (WODAK, 2004; VIEIRA e MACEDO, 2018).

A noção de *prática social* é a unidade de análise adotada pela ADC para o estudo da reprodução ou da mudança social. Trata-se de formas sociais habituais, ligadas a tempos e lugares particulares, no seio das quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem no mundo. As práticas constituem conjuntos de atividades relativamente estáveis cuja permanência ou transformação dependem das disputas de poder que lhe atravessam. São formadas por diversos elementos – como valores, sujeitos, materialidades, tecnologias, discursos, identidades, interações, poder, etc. – que se relacionam dialeticamente, internalizando as características uns dos outros, mas não se

subsumindo a eles, compondo organizações sociais mais ou menos permanentes, a depender dos investimentos políticos e ideológicos que lhe atravessam. Ao mesmo tempo, o contexto em que essas práticas se inserem constrange esses elementos a se organizarem de modos específicos, mais típicos e que oferecem maior resistência a arranjos criativos, fazendo com que determinadas práticas sociais sejam mais duradouras do que outras. (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999).

Na perspectiva da ADC, o conceito de prática social é dual na medida em que pode se referir tanto a um evento específico, que ocorre em tempo e lugar determinados, quanto a uma forma constante e repetida de ação. Essa dualidade é o que permite, portanto, que as práticas sociais sejam a mediação entre eventos singulares e estruturas relativamente duradouras. Dessa maneira, não há a afirmação de uma estrutura que seja anterior e isolada das práticas que a realizam; ela é posta em pé justamente através da organização interna dos diversos elementos que constituem uma prática social. Assim, uma nova articulação desses elementos pode remontar a formas sociais antigas ou pode transformá-las, mas só fazem isso no presente, na medida em que reafirmam ou contestam antigas articulações ou, ainda, na medida em que criam novas associações, acionando organizações diferentes entre os elementos.

As estruturas sociais são, então, abordadas como processo, como algo em constante construção. São formadas por um conjunto de práticas sociais que também se constituem mutuamente e cuja relação se dá igualmente através de relações de poder, de modo que, em determinado contexto social, algumas práticas predominam sobre outras ou incorporam-nas, reconfigurando seus elementos a partir de padrões relacionais hegemônicos. A forma como as práticas virtuais, com suas características sociotécnicas, têm incorporado as demais práticas sociais – como as de consumo, de convívio social e familiar, de trabalho, jurídicas, de maternidade – é exemplar de como o poder atua na permanência ou na transformação de estruturas sociais.

A noção de *poder* adotada pela ADC provém do conceito de hegemonia, desenvolvido por Gramsci, que a entende como uma forma de dominação, isto é, como algo que não emana de um sujeito específico, mas provém das relações travadas em sociedade.

Dessa forma, a dominação se dá muito mais através do consentimento do que da coerção, que envolve a naturalização de determinados arranjos sociais em detrimento de outros, a criação de um senso comum e estabelece uma tendência para que a realidade seja representada por discursos já arraigados anteriormente. (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, o

poder hegemônico se trata da relativa permanência de determinadas articulações entre elementos sociais. Relativa porque, como se trata de *articulação*, está sujeita a rearticulações, a mudanças.

Hegemonia é uma tentativa de fechamento [...] destinada ao fracasso em maior ou em menor grau, pois o social é, por sua natureza, aberto – as operações simultâneas de diversos mecanismos no interior de uma prática e o fato de que uma prática é sobredeterminada (simultaneamente determinada por outras), significa que resultados nunca são inteiramente previsíveis e recursos para resistência são sempre passíveis de serem gerados. (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999, p. 25, traduzi).

Nesse sentido, a mudança social ocorre em termos de desarticulação e de rearticulação de práticas sociais. A existência de contradições (geralmente fomentadas por disputas pelo poder) entre os diversos elementos de uma prática impulsiona-a para um rearranjo entre eles que, por sua vez, lança a necessidade da produção de novos discursos, mais conformes a essa nova configuração. No entanto, esses discursos não são necessariamente inéditos. Eles costumam ser um construto híbrido, formado a partir de discursos disponíveis anteriormente e que podem, tanto ter um efeito transformador e criativo, como também podem ser investidos ideologicamente para arrefecer essas mesmas lutas.

Como exemplo de constructo híbrido, a noção de “maternidade intensiva” descrita por Hays (1998) parece ser um hibridismo formado tanto por um discurso tradicional de maternidade – da dona de casa e principal responsável pelo cuidado, bem-estar e desenvolvimento dos filhos – como por discursos feministas que lutam para que mulheres ocupem o mercado de trabalho e sejam autônomas financeiramente. O resultado disso é a construção de um amálgama discursivo que constitui um novo discurso (e ideal) de maternidade, cuja expectativa é produzir mulheres multitarefas, que se esforçam para realizar com primazia todas essas funções, simultaneamente atendendo ao papel central de cuidadora da casa e do lar, disseminado na tradição, e às novas demandas contemporâneas de autonomia e empoderamento feminino em circulação hoje. Na medida em que esse discurso se estabelece como uma nova convenção, ele deixa de ser percebido como algo contraditório – ou seja, com o aspecto de ‘colcha de retalhos’ – e passa a ser percebido como uma verdade tácita, plena, sem tensões; a naturalização desse discurso tem efeitos sobre as práticas e expectativas no que tange a ser uma “boa mãe”. (FAIRCLOUGH, 2001).

O conceito de *ideologia* é outro de relevância no quadro da ADC e refere-se à capacidade que determinados discursos têm de reproduzir relações sociais de dominação. Não podemos afirmar que um discurso é ideológico em sua essência, mas somente na

medida em que legitima e dissimula assimetrias de poder. Falamos então que os discursos podem ou não ser investidos ideologicamente de acordo com seus efeitos na vida social, uma vez que podem alterar crenças, valores, identidades e formas de relacionar. Um discurso investido ideologicamente pode legitimar formas de dominação tornando universal aquilo que é particular, como, por exemplo, atribuir a todas as mulheres a capacidade de amar seus filhos. Pode também naturalizar processos que são sociais, como a afirmação de que o instinto materno é algo compartilhado por todas as mulheres, uma vez que se trata de algo meramente biológico, característico da espécie. Além disso, podem unificar em identidades coletivas formas díspares de ser sujeito. A reprodução de um discurso que define uma forma ideal de ser mãe, constringe o exercício autêntico e singular da maternidade de diversas mulheres. (VIEIRA e MACEDO, 2018).

O *discurso* é um elemento privilegiado da prática social por possuir intrinsecamente marcas que servem como pistas para o entendimento das próprias práticas. Assim sendo, eles funcionam como verdadeiras *recontextualizações* das práticas sociais. Isto é, eles carregam marcas do contexto em que foram produzidos, dizem dos atores que lhe proferem, do tempo e do espaço em que ocorrem, das relações em que são engendrados, ganham contornos institucionais e moldam-se a partir dos dispositivos tecnológicos em que são formatados. Quando os discursos são performados, portanto, eles põem em cena toda informação que carregam sobre práticas anteriores em novas práticas sociais, recontextualizando-as em arranjos mais ou menos criativos. (VAN LEEUWEN, 2008).

Aqui, não entendemos discurso somente como linguagem verbal, mas sim como qualquer forma de semiose, isto é, qualquer meio de produção de significado. Nesse sentido, diversos construtos sociais, como imagens, sons, arquiteturas e, inclusive, plataformas digitais, podem ser considerados discursos. A ADC, baseada na *Gramática Funcional* de Halliday, compreende que, para além da função ideacional, a de representar a realidade, os discursos também são formas de ação social, portanto, possuem também uma função interacional. As diversas formas de semiose, então, têm o poder de delimitar conceitualmente a realidade, ao definir o que as coisas são e de que forma são constituídas (o que envolve a construção de posições de sujeito e de sistemas de crença), mas também o de estabelecer formas habituais de interação, estabelecendo os trilhos em que devem andar as trocas sociais, de acordo com o contexto institucional em que acontecem. (FAIRCLOUGH, 2001).

O conceito de discurso na ADC é, então, frutiferamente polissêmico, pois se refere a diversas dimensões da linguagem e é nessa polissemia que reside a possibilidade de mudança ou de reprodução social. Todo discurso proferido se relaciona com uma rede anterior de discursos que circulam em determinado contexto e incita a construção de outros discursos a partir da sua ocorrência. Nesse sentido há uma *interdiscursividade* nos processos de produção semiótica que faz com que haja delimitações na forma de produzir determinados textos. Nos antigos manuais sobre maternidade, os discursos médicos e científicos são compostos de tal modo que, ao mesmo tempo em que dão um caráter de verdade indiscutível para o conhecimento compartilhado, posicionam os produtores do texto num lugar de autoridade em relação às suas leitoras. A produção desse discurso também é atravessada por uma *intertextualidade*, quer dizer, é realizada a partir da confluência entre tipos de texto característicos dos âmbitos em que esses discursos são produzidos – tais como a receita e o prontuário médicos – além de conter características como racionalidade, objetividade e impessoalidade, típicos de relatórios científicos.

Por outro lado, essas mesmas qualidades permitem que, em vez de se conformar com as diretrizes de discursos estandardizados, novos discursos recrutem modelos discursivos de outros âmbitos no sentido de transformar práticas antigas e, muitas vezes, opressoras. Logicamente esses novos arranjos também são construídos a partir de recursos textuais alternativos. A forma como os profissionais da área da saúde têm se manifestado nas redes sociais transforma o discurso biomédico na medida em que o associa com conversas informais ou com gêneros característicos da internet, como os *memes*, que dão um caráter bem humorado e coloquial para as interações. Essa diferença muda o regime de relação entre produtores e consumidores dos conteúdos de modo a aproximá-los e populariza saberes que antes eram dominados pelo especialista.

Podemos afirmar que tanto a maternidade como as redes sociais constituem práticas sociais por si mesmas, uma vez que ambas são fenômenos multifacetados, constituídos por diversos elementos cujo arranjo depende de forças políticas, institucionais, sociais, culturais e econômicas. O exercício da maternidade põe em cena mulheres, profissionais de saúde, leis, discursos, homens, empresários, artefatos tecnológicos, filhos, economia, diferenças biológicas, valores religiosos, fatores econômicos, publicitários, dentre outros. Todos esses fatores se relacionam dialeticamente a partir do regime de poder que o seu contexto encerra e produzem discursos que guardam marcas a partir das quais temos condições de compreender esse jogo de forças e suas possibilidades de transformação. No

mesmo sentido, as redes sociais são aqui consideradas como tecnologias semióticas, ou seja, como recursos tecnologicamente mediados para a construção social de significados no seio de interações virtuais. Isso significa que os softwares das plataformas digitais não somente constituem ambientes em que as pessoas interagem virtualmente, mas que, eles mesmos, com suas características e layouts específicos, produzem determinados sentidos, incitam a determinadas ações e coíbem outras. (VAN LEUWEEN e DJONOV, 2018). Pretendemos, então, compreender que novos arranjos estão sendo construídos a partir da interação entre essas duas práticas; como a maternidade tem se articulado com o universo sociotécnico das redes sociais no sentido de produzir mudanças ou permanências na luta histórica de emancipação das mulheres em torno das questões maternas.

Até meados do século XX, no mundo ocidental, a maternidade se tratava de terreno relativamente estável, motivo de pouco questionamento, lugar comum entre homens e mulheres e, inclusive, alvo de intenso esforço para mantê-la inalterada. As transformações dos últimos cinquenta anos abalaram essa estabilidade e colocaram em disputa o lugar social da maternidade, isto é, esse fenômeno deixou de ser entendido como algo estanque, como um estado natural, inalterável e necessário a todas as mulheres e passou a ser visto como fenômeno biopsicossocial que agrega questões relativas às modificações biológicas que ocorrem no corpo da mulher nesse período, mas também os sentidos oferecidos pela cultura para o entendimento dessa condição feminina. Como toda mudança social, essas transformações se deram parcialmente através de intensa produção discursiva, sobretudo, pelo pensamento feminista e pelos estudos de gênero. Ficou claro que os ideais com os quais as mulheres eram comparadas no exercício de sua maternidade se tratavam de discursos investidos ideologicamente que naturalizavam realidades que, na verdade, eram construídas, já que remetiam a outras práticas institucionais como as familiares, as religiosas, as científicas, as jurídicas, dentre outras.

Andrea O'Reilly (2010), uma das principais referências nos Estudos Maternos, advertiu que as experiências de maternidade¹¹, que se tratam das relações estabelecidas pelas mulheres com sua capacidade reprodutiva e com seus filhos, eram intensamente determinadas pela maternidade patriarcal¹², isto é, pela maternidade enquanto instituição, constituída por diversas ideologias pautadas em narrativas patriarcais que tornavam as experiências de maternidade em geral limitadas e opressivas. Essas ideologias consistem em discursos que naturalizam, universalizam e legitimam diversas verdades sobre a

¹¹ *Mothering.*

¹² *Motherhood.*

maternidade, como: a crença de que as crianças só podem ser criadas adequadamente por suas mães biológicas; a exigência de que elas devem se ocupar da maternidade 24 horas por dia durante os sete dias da semana, pondo sempre suas necessidades em segundo plano; a ideia de que as mulheres devem se sentir satisfeitas e preenchidas por sua maternidade, mesmo que tenha total responsabilidade sobre as crianças, mas nenhum poder sobre elas; e, por fim, a noção de que a maternidade é algo pessoal e do âmbito privado, de modo que deve ser exercida isoladamente pela mulher sem que seja pautada por discussões públicas e em âmbito político.

Em contrapartida, justamente por serem parcialmente discursivas, é que as práticas de maternidade podem ser transformadas através da desarticulação desses discursos e da denúncia do seu caráter ideológico. Por conseguinte, novas articulações discursivas podem ser formadas de modo a representarem a maternidade de modo diverso, mais pautado na agência e na autonomia das mulheres, questionando o fato de que a vida da mulher tem que orbitar em torno de suas obrigações maternas e proporcionando experiências de maternidade que se diferenciam do *status quo*.

Contemporaneamente, as práticas maternas também passaram a acontecer no ambiente virtual que, cada vez mais, tem se tornado lugar privilegiado de produção discursiva e de luta pelo poder. Lá, discursos tradicionais de idealização da maternidade mesclam-se tanto com os discursos contemporâneos sobre ser uma “boa mãe”, mas também se hidridizam com gêneros discursivos característicos das interações em redes sociais, bem como são atravessados pelos recursos sociotécnicos das plataformas digitais. Ao mesmo tempo, esses ideais conflitam com novas possibilidades de significação da maternidade que têm sido potencializadas pelos modelos interacionais mediados pelas plataformas digitais.

Essas plataformas são eminentemente semióticas, tanto porque promovem a troca de textos e de materiais audiovisuais, mas também devido aos sentidos presentes na estruturação dos próprios softwares, na norma dos algoritmos, no tipo de ações e interações que permitem e priorizam, etc.. Toda essa semiótica também não é isenta de investimentos políticos e ideológicos. Elas são atravessadas por interesses econômicos, por normas de consumo e regras de sociabilidade como popularidade, visibilidade e engajamento. Por outro lado, essas mesmas características das redes também podem desarticular as práticas de maternidade na medida em que tornam possível a exposição do cotidiano materno, de modo a revelar suas dificuldades mais intimamente, da forma como ocorrem nas microrrelações. Isso pode acarretar um esmaecimento entre as esferas do público e do privado, de maneira a

facilitar que as questões maternas ganhem um caráter público e de discussão coletiva. Além disso, o compartilhamento de conteúdos via redes sociais tem um amplo e rápido poder de difusão que encurta o tempo da divulgação de informações e amplia o alcance dessas para grupos diversos, o que faz com que movimentos de crítica de discursos patriarcais se disseminem com muito mais velocidade do que no mundo *off-line*.

Por fim, compreendemos que uma abordagem que busca compreender como relações de opressão e dominação ocorrem através de discursos casa muito bem com a proposta deste trabalho. O ideal materno trata-se de uma construção patriarcal histórica que sempre visou estabelecer parâmetros para a identificação de uma boa mãe e que sempre foi operado parcialmente através de discursos, compartilhados por mídias diversas, desde os manuais até os conteúdos compartilhados em redes sociais. Mesmo que o ideal materno tenha se modificado ao longo do tempo, integrando discursos mais igualitários, a necessidade de definir os parâmetros para uma maternidade ideal continua sendo reproduzida em nossa sociedade. Não vemos, por exemplo, o mesmo empenho em estabelecer os critérios para a boa realização de outras funções sociais como a dos filhos, tios, avós, nem mesmo a dos pais. Isso promove o obscurecimento de experiências maternas que, apesar de comuns, não podem ser compartilhadas socialmente, sob pena de serem intensamente condenadas. Além disso, há temas que sequer são mencionados, como o aborto, a entrega legal de filhos para adoção ou o arrependimento em relação à maternidade. Nossa intenção é, pois, a de compreender de que modo o jogo entre essas forças políticas e ideológicas possibilitam a construção de práticas de maternidade mais emancipatórias, que sejam compostas pela articulação entre discursos que compreendem a maternidade como um assunto de interesse coletivo e não somente de responsabilidade individual das mulheres, para que o fato de seu corpo ser imprescindível aos processos reprodutivos não seja motivo de que suas identidades sejam arregimentadas em prol disso, nem que sejam submetidas a relações de controle e opressão.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, adotaremos o quadro analítico para a realização de pesquisa em Análise Crítica do Discurso desenvolvido por Fairclough e Chouliaraki (1999). Para eles, deve-se partir, inicialmente, da percepção de um *problema* relacionado ao discurso que se manifeste através de práticas sociais em que estejam presentes relações assimétricas de poder ou que contribuam para tornar naturais ou universais discursos que, na verdade, são particulares, construídos e contextuais. Esse problema pode se manifestar tanto no interior da própria prática social como na forma como essas práticas são representadas em outros contextos. Em seguida, devem-se identificar os obstáculos, materiais ou simbólicos, que impedem a superação de tal problema, isto é, que sustentam a ocorrência do mesmo e que impossibilitam sua modificação. Geralmente, esses impedimentos relacionam-se a questões de poder, na medida em que garantem os interesses de um grupo sobre outro ou que reproduzem ordens sociais hegemônicas.

Essa segunda etapa subdivide-se em outras três, que são: *a análise de conjuntura*, cujo objetivo é ter um senso amplo do contexto social em que o problema em questão se insere e da rede de práticas sociais que opera na sua produção; *a análise da prática particular*, que consiste em realizar uma aproximação etnográfica da prática social a ser estudada no sentido de compreender como se articulam todos os seus elementos (semiose, materialidades, poder, fenômenos subjetivos), especialmente o discursivo; e *a análise do discurso* propriamente dita, realizada a partir da compreensão de como discursos sociais hegemônicos produzem e constroem representações e interações e de como eles podem ser rearticulados para a produção de novas realidades sociais. Por fim, deve-se buscar compreender qual é a *função do problema na prática*, isto é, para além da descrição de como o problema acontece discursivamente, realizada na etapa anterior, busca-se avaliar a prática em seu caráter problemático, ou seja, realizar a crítica propriamente dita; para que, em seguida, seja possível levantar *possíveis formas de superação dos obstáculos*, que seria a última etapa de análise. (FAIRCLOUGH e CHOULIARAKI, 1999; RESENDE e RAMALHO, 2006).

Nesta pesquisa, direcionamos nossa atenção para o problema de como as desigualdades de gênero, particularmente no que diz respeito às questões ligadas à maternidade, continuam sendo perpetuadas na atualidade. No capítulo anterior, descrevemos o contexto histórico, sociocultural e econômico que originou e que continua mantendo mães

sob um regime de controle, exclusão e culpabilização até os dias de hoje. Apresentamos de que maneira discursos patriarcais, científicos, religiosos, políticos, governamentais, publicitários, dentre outros, foram articulados, a partir do século XIX, para a criação de um ideal materno que passou a regular as práticas de maternagem em geral e a submeter inúmeras mulheres à perseguição de um modelo impraticável, extenuante e dispendioso de maternidade. Vimos também como as mídias em geral sempre tiveram participação na disseminação e no inculcamento desse ideal materno. E, por fim, demonstramos como o desenvolvimento das tecnologias contraceptivas, a partir de meados do século XX, bem como os avanços conquistados pelos feminismos e as mudanças no regime de conjugalidade implicaram em modificações nessa forma superestimada de ser mãe. Apesar das mulheres estarem mais livres sexualmente, terem passado a poder escolher se e quando seriam mães e a ocuparem o mercado de trabalho, a maternidade continua sendo alvo de investimentos políticos e ideológicos que tentam disseminar a ideia de que se trata de algo eminentemente intrínseco à mulher, que constitui sua identidade, que só pode ser realizado por ela e que precisa ocupar lugar central em sua vida. Atualmente, tudo isso se associa com imperativos ligados às novas formas de consumo e às sociabilidades criadas pelas interações online, o que faz com que a maternidade ganhe novos contornos, justo os quais pretendemos aqui explorar.

O espaço das redes sociais tem sido campo privilegiado para os estudos dos fenômenos psicossociais em geral, uma vez que grande parte das atividades humanas foi parcial ou completamente transposta para o mundo virtual ou passou a ser intensamente discutida nesse âmbito. Temos a ciência de que as práticas sociais não saem ilesas desse atravessamento tecnológico, de modo que é fundamental compreendermos o jogo de interações entre as vidas online e off-line, que determina em que medida aquilo que se vive virtualmente influencia a vida fora das telas. Optamos, assim, pela análise das interações sociais entre mães numa das plataformas mais utilizadas no Brasil, que é o Instagram. Seguindo o quadro teórico-metodológico proposto pela ADC, fizemos uma aproximação etnográfica dessa prática social com o intuito de observar como se relacionam os elementos que a compõem, dando especial atenção para o seu momento discursivo. Mais adiante, descreveremos o caminho percorrido ao nos acercarmos dessas trocas no Instagram e nossos critérios para a formação do *corpus* de pesquisa, a partir do qual fizemos a análise de discurso propriamente dita. Nesse momento, pensamos ser importante esclarecer sobre a

funcionalidade da Análise de Discurso de Crítica, uma perspectiva originariamente da Linguística, para a realização de estudos em Psicologia Social.

3.1 O uso da Análise Crítica do Discurso na pesquisa em Psicologia Social Crítica

Os estudos do discurso constituem um espaço em que diversas disciplinas interagem constantemente, de modo que é tarefa difícil delimitar qualquer perspectiva teórico-metodológica discursiva a determinado campo específico de estudos. As diferenciações têm ocorrido muito mais por uma questão de ênfase do que de enquadramentos muito restritos. Dessa forma, encontramos tanto estudos da linguística cujo foco está na compreensão de como estruturas sociais se refletem nos textos em termos de sintaxe, vocabulário ou usos gramaticais; como estudos das ciências sociais que olham para o discurso com o intuito de se aproximar dos fenômenos sociais. Outra forma de classificação seria a definição não de disciplinas, mas, sim, de *territórios* de pesquisa, que seriam setores da vida social ou temas mais ou menos circunscritos, como: gênero, mídia, racismo, imigração, educação, saúde, etc.. Dessa maneira, a escolha dos métodos estaria muito mais baseada no tipo de *corpus* a ser analisado, bem como nos objetivos de cada pesquisa, do que na adequação a determinada disciplina. (MAINGUENEAU, 2015).

Diferente desse enquadramento, a ADC afirma ser necessário pôr em diálogo diversas disciplinas para a investigação de um problema discursivo, tanto na sua dimensão teórica quanto metodológica. Essa perspectiva adota, portanto, uma abordagem transdisciplinar e, não, somente interdisciplinar, na medida em que articula conceitos e métodos de inúmeros campos do saber para a compreensão da dimensão discursiva da realidade social. Para efeito deste estudo, estabelecemos um diálogo, principalmente, entre as seguintes áreas do conhecimento. Inicialmente, partimos dos *Estudos de Gênero*, baseados nas perspectivas pós-estruturalistas, que compreendem maternidade e paternidade como categorias historicamente construídas, cujos sentidos são marcados pelas disputas de poder travadas ao longo do tempo entre homens e mulheres, no seio das instituições. (SCOTT, 1990; BUTLER, 1990). Mais especificamente, tomamos como base os *Estudos Feministas* e os *Estudos Maternos*. O primeiro trata-se também de um campo interdisciplinar, historicamente construído a partir da crítica social da posição de poder das mulheres no mundo, mas que se amplia como um novo paradigma de compreensão da realidade em contrapartida a um modelo hegemônico masculino, técnico e tradicional. O

segundo, cunhado por Andrea O'Reilly em 2006, discute o fenômeno da maternidade em seus mais variados aspectos, promovendo debates no âmbito acadêmico e ações políticas voltadas à promoção dos direitos da mulher. Utilizamos, também, os *Estudos de Mídias* que, dialogando com os estudos culturais, visam à compreensão das relações entre mídia e sociedade. (CASTELLS, 2001; HARAWAY, 1995; SIBILIA, 2016).

No caso da *Análise de Discurso Crítica*, valemo-nos tanto de suas contribuições teóricas quanto metodológicas. Adotamos, sobretudo, as perspectivas desenvolvidas por Norman Fairclough, Gunther Kress e Theo Van Leeuwen. Do primeiro, tomamos de empréstimo sua noção tridimensional do discurso – que engloba a relação dialética entre *texto*, *prática discursiva* e *prática social* –, seu entendimento de que as mudanças sociais se dão também através dos discursos, bem como suas estratégias de análise linguística para a apreciação dos textos compilados no *corpus* de pesquisa. Já de Kress e Van Leeuwen, recorreremos à sua *Gramática do Design Visual* (2006), cujo objetivo é oferecer recursos interpretativos para o estudo da semiose de imagens. De Van Leeuwen nos valem, ainda, de seus estudos mais recentes, junto com outros colaboradores, que compreendem as tecnologias digitais, não somente como um ambiente em que as interações virtuais ocorrem, mas também como uma tecnologia semiótica, isto é, como elas mesmas produtoras de sentido.

A partir das décadas de 1960 e 1970, a Psicologia Social, sobretudo nas suas versões positivista e neopositivista, sofreu uma grande crise decorrente das críticas empreendidas por uma série de correntes de pensamento, desenvolvidas na primeira metade do século XX. Juntas, essas perspectivas influenciaram o que ficou conhecido como ‘giro linguístico’. São elas: o *pós-modernismo*, o *pós-estruturalismo*, a *Teoria Crítica* e a *crítica social foucaultiana*. A principal contribuição do pós-modernismo foi a de destituir as grandes narrativas, como a ciência, a filosofia e a política do lugar de verdades universais. Ao contrário disso, afirmou que “existem, agora, muitos discursos de legitimação dispersos entre uma pluralidade de práticas discursivas.” (NOGUEIRA, 2008, p. 236). Dessa maneira, fundou uma atitude cética frente a qualquer forma de conhecimento que se pretendesse dominante, de modo a conceber conhecimentos populares, cotidianos e não formais como saberes que possuem o mesmo status desses discursos tradicionais. O pós-estruturalismo, por sua vez, põe como fator central na compreensão dos fenômenos psíquicos e sociais, a linguagem que é, por si mesma, eminentemente social e contextual. Assim, rompe com uma compreensão estanque e essencialista das noções de sujeito e de sociedade que passam a ser

categorias compreendidas como efeitos de discursos travados em interações sociais. Sendo contextuais, esses fenômenos têm seu significado aberto, mutável e suscetível a disputas; de maneira que sempre estão envolvidos em questões de poder. A Teoria Crítica, por seu turno, ajuda, então, a desvelar esses investimentos políticos e ideológicos que atravessam as grandes narrativas, de modo a denunciar “seus enviesamentos valorativos subjacentes às reivindicações de verdade e razão” (NOGUEIRA, 2008, p. 237). Assim, torna possível o desmantelamento de estruturas de poder, a fim de contribuir com processos de emancipação de grupos que são alvo dessa dominação; comprometendo-se, portanto, com uma postura permanentemente crítica, inclusive dos próprios pressupostos.

Por fim, os trabalhos de Michel Foucault foram fundamentais para a compreensão do poder como efeito da linguagem. Desse modo, ele não é mais entendido como algo exercido somente por instituições ou por órgãos autorizados, nem somente por meio da coerção; mas, sim, no âmbito das micro relações, isto é, na medida em que eu represento a realidade de determinado modo ou desenvolvo algum tipo de interação social, eu estou exercendo poder ou sendo sujeitado por ele. Concomitantemente, produzo também saberes sobre a realidade que, em vez de serem impostos através da força, exercem uma função produtiva, na medida em que constroem sujeitos, práticas e realidades. Da mesma forma, é no nível das relações sociais que reside a possibilidade de resistência e de mudança social, pois é nesse domínio que se exerce a possibilidade de agência dos sujeitos, frente ao que Foucault chamou de normas disciplinares, produzidas por nossas instituições modernas. (NOGUEIRA, 2008). Não é objetivo deste trabalho aprofundar o quadro conceitual de cada perspectiva elencada aqui. O que queremos demarcar são as transformações pelas quais a Psicologia Social passou, advindas dessa onda discursiva que gerou impacto de forma geral nas Ciências Humanas e Sociais.

Podemos, então, afirmar, a partir das influências acima expostas que a Psicologia Social, assim como qualquer outra ciência, trata-se de uma prática social constituída histórica e socialmente, de modo que tanto os saberes que produz como também sua própria definição, muda ao sabor das transformações dos modelos societários que se constituem ao longo do tempo e por ocasião do contexto. Nesse sentido, o que entendemos como Psicologia Social está vinculado ao modelo de ser humano próprio da modernidade e, como tal, essa disciplina acompanha o desenvolvimento bem como as crises do modo de vida moderno. (CRESPO, 1995).

Em linhas gerais, a modernidade se funda a partir de uma confiança suprema na razão como fundamento da liberdade e da felicidade do indivíduo. Na medida em que a explicação das ações humanas pôde ser feita através do intelecto e de evidências empíricas e, não mais, a partir de sentidos alheios ao mundo material da existência (típico da Idade Média), houve uma autonomização do pensamento que permitiu a produção de conhecimento do homem sobre si mesmo, possibilitando, assim, a produção de ciência sobre o humano. Fundamenta-se, assim, a possibilidade de produção das ciências humanas e sociais. No entanto, a elaboração desses saberes se constitui justamente a partir de uma primeira crise da modernidade, no início do século XX, quando se impõem questionamentos tanto sobre a capacidade de resolução dos problemas humanos e sociais através da razão e da objetividade empírica bem como sobre a ineroxabilidade do progresso e das suas promessas de liberdade e de felicidade. A controvérsia primordial geradora dessa crise trata-se da dificuldade de conciliação entre as demandas de realização do indivíduo e as necessidades sociais de regulação e de controle. É nessa interface entre sujeito e sociedade que se justifica uma ciência como a Psicologia Social.

Nas vicissitudes desse confronto entre a lógica racionalizadora do sistema social e o desejo autorrealizador do indivíduo, situa-se a reflexão sobre a identidade do sujeito, sua ação e seu saber, que são os conceitos articuladores da psicologia social. Esses conceitos são desenvolvidos tanto no âmbito de uma teoria sociológica interessada no ponto de vista do ator quanto no de uma psicologia interessada nos processos de significação do comportamento. Dentro desse quadro de interesses e problemas, a psicologia social – ou melhor, as psicologias sociais – será progressivamente definida como uma abordagem academicamente autônoma. (CRESPO, 1995, p. 38, tradução nossa).

A Psicologia Social se origina e se desenvolve, portanto, a partir dessa cisão entre perspectivas psicológicas e sociológicas (ÁLVARO e GARRIDO, 2006). Apesar disso, até meados do século XX, houve uma predominância, sobretudo no ambiente acadêmico, das perspectivas que privilegiavam uma explicação individual para os fenômenos sociais. Essas vertentes se constituíram principalmente num contexto norte-americano, sob o enfoque da Teoria de Campo, desenvolvida por Kurt Lewin, e do condutismo. Somente por ocasião de uma segunda crise da modernidade ocorrida a partir da década de 1960, é que esse modelo dominante de Psicologia Social foi posto em xeque em favor de vertentes que deram mais ênfase aos aspectos interacionais, políticos e culturais do fenômeno psicossocial.

As perspectivas que contribuíram para o giro linguístico, de que falamos anteriormente, constituíram-se, sobretudo, a partir da crítica às consequências da

modernidade. Sob sua influência, a Psicologia Social se modificou radicalmente em seus aspectos metodológicos, teóricos e epistemológicos; além disso, houve uma reformulação do seu objeto de estudo e do seu modo de fazer ciência, considerando as implicações políticas decorrentes da produção e operacionalização do conhecimento. Em decorrência da crise de confiança no método científico das ciências naturais para a resolução de problemas sociais empíricos, fundou-se uma necessidade de nova legitimação e validação do trabalho dos psicólogos sociais. Isso trouxe debates a respeito do caráter ideológico das psicologias sociais mecanicistas que, oferecendo explicações individualistas para problemas sociais, reforçavam ideologias liberais características de uma cultura norte-americana. Dessa maneira, afirma Crespo (1995): “O socialmente construído (era) sutilmente transformado em natural e óbvio, tornando opacas as determinações sociais de nosso objeto de estudo, contribuindo assim para a manutenção dos valores e crenças dominantes e do sistema de relações sociais a que servem de suporte e cimento.” (p. 94, tradução e acréscimo nosso).

Colocou-se, pois, a importância de abandonar uma compreensão determinista, reducionista e mecanicista do fenômeno psicossocial que concebia a conduta humana como algo potencialmente previsível, a partir da delimitação de todos os seus condicionantes ambientais, e explicável, mediante leis causais universais. Em contraponto, diversas perspectivas em psicologia social começaram a considerar que as interações sociais (agora, seu objeto de estudo) não podem ser vistas como fatos isolados do seu contexto e que, por isso, estão intrinsecamente vinculadas ao seu momento histórico e à situação em que ocorreu. As interações sociais, muito menos, são reproduzíveis, pois seria impossível replicar todas as condições que lhe deram origem. Além disso, não há como o pesquisador adotar uma postura neutra frente ao seu objeto de estudo nem como este posicionar-se passivamente às intervenções do investigador. Isso porque qualquer agenda de pesquisa se desenvolve a partir de questionamentos típicos de uma época, de uma disciplina ou mesmo dos interesses de grupos de pesquisadores. Do mesmo modo, um sujeito, quando alvo de indagação científica, sofre influências da própria investigação de modo que pode, inclusive, alterar os rumos dela. Dessa maneira, é fundamental uma constante reflexividade e autocrítica diante dos conhecimentos produzidos, para evitar generalizações indevidas de noções parciais da realidade social.

A partir desses pressupostos, constituiu-se uma miríade de abordagens em Psicologia Social, cada uma com suas peculiaridades em termos de enfoque, nível de

análise, preocupações temáticas e modelos metodológicos. No entanto, todas rompem com a dicotomia sujeito-objeto, na medida em que adotam a noção de que ambos são, na verdade, construções sociais; compreendem que o conhecimento que produzem não somente representa a realidade, mas também a constitui, não havendo uma correspondência clara entre o mundo e nossas produções culturais sobre ele; afirmam, portanto, que esse conhecimento é uma prática social cujo regime de verdade é estabelecido através de interações sociais institucionalizadas habitualmente; por fim, em termos metodológicos, voltam-se para a análise das interações sociais, especialmente em seus aspectos simbólicos, na forma como elas ocorrem no cotidiano, na vida informal e nos âmbitos institucionais. (SPINK, 2010).

É importante ressaltarmos que adotamos, aqui, uma perspectiva crítica em Psicologia Social, uma vez que nos preocupamos com a própria função social da Psicologia, na medida em que esta, enquanto disciplina consolidada no meio científico, exerce o poder de criar realidades sociais, formas de interação e identidades a partir da disseminação dos seus conhecimentos. Do mesmo modo que é capaz de psicologizar a vida social por intermédio de ideologias liberais e individualistas, também pode atuar de modo engajado com as transformações sociais. (PARKER, 2007).

Nesse sentido, encontramos muitos pontos de encontro entre uma Psicologia Social Crítica e a ADC, pois ambas se produzem por influências de estudos originados a partir do giro linguístico, além de adotarem a noção de prática social como categoria mediadora entre o indivíduo e a sociedade, compreenderem a vida social como uma construção parcialmente semiótica e, por fim, preocuparem-se com as formas de produção e contestação de assimetrias de poder.

3.2 Aproximação etnográfica das interações sobre maternidade no Instagram

A aproximação etnográfica da prática social a ser estudada é o primeiro passo do quadro teórico-metodológico proposto por Fairclough e Chouliaraki (1999). Sua funcionalidade consiste no conhecimento do contexto extra discursivo em que tal prática é produzida, pois a análise dos discursos só se faz coerente na medida em que se reconhecem as condições que possibilitaram a sua produção. É fundamental, portanto, compreender de que forma o contexto possibilita ou constringe determinadas práticas sociais e, conseqüentemente, que discursos são facilitados ou desautorizados por ele. (RESENDE,

2008). Além disso, é importante identificar como os discursos atuam tanto no interior das práticas sociais, exercendo suas funções ideacionais, interacionais ou identificacionais; como na construção reflexiva da própria prática, na medida em que pode recontextualizá-la de diferentes modos.

A prática social que envolve as interações sobre maternidade no Instagram é formada por diversos momentos que incluem seus *atores sociais*, como mães (influenciadoras ou não), pais, mulheres sem filhos, profissionais da saúde (médicos obstetras, psicólogos perinatais, nutricionistas materno-infantis, fisioterapeutas do assoalho pélvico, doulas, enfermeiras-obstetras), profissionais do direito, publicitários, empresas, educadores, crianças (mesmo que participem somente através de suas imagens); *materialidades*, concretizadas em computadores, smartphones, corpos, utensílios domésticos, produtos, serviços e outras tecnologias; *relações sociais* de parentalidade, de conjugalidade, virtuais, comerciais, de cuidado, institucionais, familiares; *crenças e valores* (amor materno como algo natural, instinto materno, maternidade como construção social, visibilidade, popularidade, autenticidade; *poderes* patriarcais, étnicos, institucionais, econômicos, relativos à popularidade, médico-científico, etc.; e *semioses* (textos, imagens, sons, algoritmos, códigos de conduta da plataforma, leis de privacidade, layouts, etc.).

As práticas sociais informacionais da contemporaneidade são eminentemente discursivas, de modo que, para compreendê-las, é fundamental o estudo do seu momento semiótico. Os discursos que encontramos no Instagram sobre maternidade tanto recontextualizam as práticas maternas, de modo reprodutivo ou crítico; mas também exercem funções no seio da própria prática, na medida em que ajudam a construir representações e a produzir interações entre seus participantes. Além disso, é importante lembrar que os conhecimentos produzidos por intermédio desta pesquisa não podem ser interpretados como descrições fiéis da realidade, mas sim também como formações discursivas reunidas para construir uma perspectiva particular do fenômeno da maternidade nas redes. Os discursos aqui produzidos também devem ser compreendidos como um dos momentos de uma prática social científica, situada num contexto histórico, teórico, epistemológico e metodológico específico e que, portanto, não está isenta de valores nem da influência de investimentos políticos e ideológicos. Isto quer dizer que o que está sendo produzido aqui pode e deve ser alvo de crítica, de maneira que outras posições são possíveis e devem ser realizadas.

Nosso campo de estudo trata-se do espaço virtual de uma rede social. Nesse sentido, cabe tecermos explicações sobre as peculiaridades de uma aproximação etnográfica do espaço cibernético. Para tanto, valemo-nos dos trabalhos desenvolvidos por Segata e Rifiotis (2016) que têm como objetivo estudar o esgarçamento da fronteira estabelecida entre Antropologia e Comunicação, na medida em que estabelecem a possibilidade de ‘etnografar’ o espaço das redes, formatado por novas sociabilidades que são indissociáveis do aparato técnico que perfaz as plataformas de interação. As perguntas que objetivaram responder são:

Afinal de contas [...] quais práticas têm sido articuladas em torno da cibercultura e que mudanças elas produzem na constituição das pessoas e em suas relações? Como o uso cada vez mais crescente de computadores e de seus dispositivos e das tecnologias de modificação da natureza, pensados de forma global, tem configurado questões locais e particulares – grupos étnicos, classe, gênero e práticas de saúde, dependência tecnológica, etc.? (p.11).

Assim, a partir do pensamento de Serge Latour, os autores propõem uma forma de realizar a etnografia de espaços virtuais. De início, é necessário estar atento às múltiplas agências que lá atuam, agências essas que podem ser exercidas tanto por humanos como por não humanos, uma vez que as próprias plataformas atuam permitindo ou não que os participantes realizem determinadas ações e que acessem ou não conteúdos específicos. Outro ponto importante é a observação de como as redes são formadas ou desfeitas em torno de determinado acontecimento, interesse ou tema; e de como os algoritmos distribuem conteúdos a partir da formação dessas redes. Dessa maneira, é importante suspender qualquer tentativa de interpretação precipitada e, em vez disso, primar pela descrição das conexões estabelecidas pelos participantes no curso de suas ações. Isso se faz através do acompanhamento dos rastros produzidos por esses atores. No caso do Instagram, esses rastros consistem em publicações formadas por textos e imagens, reações a essas publicações como curtidas, comentários e compartilhamentos; e também nos recursos sociotécnicos das próprias plataformas como caixas de texto, botões de reação, organização do *feed*, filtros de imagem, dentre outros.

Escolhemos o Instagram considerando que essa rede social tem se tornado cada vez mais popular entre os brasileiros que, atualmente, compõem a sua segunda maior base de usuários. (DATAREPORTAL, 2021). Essa plataforma, criada em 2010, foi projetada para que seus usuários publiquem fotos, vídeos e textos de forma instantânea, num espaço virtual compartilhado com grupos de pessoas que decidem ser seus seguidores (isto é, que solicitaram sua permissão para acessar suas postagens). Esses conteúdos podem ficar

disponíveis permanentemente no perfil de cada usuário ou podem ficar expostos por um período de 24 horas em seus *stories*, um espaço que abriga uma sequência de publicações, geralmente em vídeo e seguindo uma linha temporal, em que as pessoas privilegiam a exposição de experiências, de momentos ou a divulgação de produtos e serviços. Os conteúdos que ficam nos perfis recontextualizam os antigos álbuns de fotos, com a diferença de que o Instagram permite que o usuário legende cada foto e que os seguidores curtam, comentem e compartilhem essas postagens. Já os *stories* constroem uma linha do tempo da vida do usuário que, agora, é capaz de registrar cada instante do seu cotidiano, construindo estórias sobre si através dos seus *smartphones*. Cada um pode acessar também um espaço coletivo em que as publicações das pessoas que ele segue aparecem, o *feed*¹³. Tanto a ordem em que os *stories* aparecem, quanto a sequência de publicações do *feed* são personalizadas pelos algoritmos a partir da frequência com que cada usuário acessa os conteúdos dos seus seguidores, bem como a partir das buscas realizadas por esses na plataforma. Isso quer dizer que, para cada usuário, é formada uma sequência de conteúdos única, mais relacionada aos seus interesses, fazendo com que fique conectado a maior quantidade de tempo possível. Em 2019, o Instagram criou o *reels*¹⁴ que é outra modalidade de publicação de vídeos de até 90 segundos, de cunho mais interativo e que, diferente dos *stories*, fica disponível para os usuários da rede como um todo e são distribuídos também a partir de algoritmos. O *corpus* dessa pesquisa foi composto somente por postagens realizadas nos perfis e no formato de fotos com legendas, tanto porque ficam disponíveis por tempo indeterminado, de modo que é possível acessá-las a qualquer momento; como porque sua captura é mais simples que a de vídeos, tornando possível a disposição das figuras no corpo deste trabalho.

O Instagram também tem sido um meio muito utilizado para fins mercadológicos. É comum encontrarmos empresas e profissionais de toda sorte que criam perfis no Instagram para oferecerem seus produtos ou serviços. Na intenção de fomentar essa atividade, a plataforma criou o *Instagram Ads*, recurso por meio do qual os usuários podem pagar para que o algoritmo entregue seus conteúdos a um número maior de seguidores/consumidores que potencialmente terão maior interesse tanto em seguir aquele perfil como também em adquirir o que está sendo oferecido. A plataforma é capaz de

¹³ O verbo *to feed*, em inglês, significa alimentar, abastecer, nutrir. Sugere a ideia de que a cada publicação postada, você está alimentando a plataforma e, de fato, está. No entanto, através do fornecimento de dados e, não necessariamente, com a sua publicação.

¹⁴ *Reels* significa carretel, em inglês. Essas publicações são organizadas como um filme que passa na vertical. O usuário tem o poder de fazer avançar a sequência de vídeos “arrastando o dedo para cima” na tela do seu *smartphone*, como se estivesse rolando um carretel.

realizar isso porque reúne dados de todos os seus usuários, podendo fazer, através de inteligência artificial, um levantamento dos seus gostos, interesses e costumes; sendo, assim, capaz de direcionar melhor seus anúncios publicitários, de modo a obedecer uma ‘cultura da conectividade’ (VAN DIJCK, 2016).

José Van Dijck (2016), articulando a Teoria Ator-Rede desenvolvida por Latour com a economia política de Manuel Castells, constrói uma forma de compreensão das interações em mídias sociais que, para além de considerar os atores humanos (usuários), também traz à cena as plataformas, não apenas como artefatos construídos, mas também como “um conjunto de relações que devem ser sustentadas por sua performance constante” (n.p, tradução nossa) e que acabam funcionando como verdadeiros personagens dessas interações, na medida em que convocam os usuários para agir em direções esperadas. Estes, por sua vez, são reflexivos, de modo que a forma com que se apropriam dos elementos e das funções das plataformas geram novas modificações das mídias. A autora compreende essa sociabilidade em rede como um verdadeiro ecossistema, onde humanos e não humanos evoluem conjunta e contraditoriamente. Ora as tecnologias agem a serviço das demandas dos usuários, ora cooptam-nos a produzir dados que, agrupados, convertem-se em mercadorias de valor inestimável. Nesse sentido, ela estabelece uma distinção importante entre ‘conexão’ e ‘conectividade’. O primeiro termo designaria a necessidade primordial humana de contato e de comunicação que faz com que as pessoas façam uso das redes num primeiro momento. Na medida em que interagem, os usuários deixam rastros que, uma vez contabilizados e agrupados, dão um panorama geral para as grandes corporações dos gostos, costumes, interesses, desejos e necessidades. Todas essas informações orientam a produção de mercadorias bem como reconstróem as plataformas de modo a criar modos de interações que fomentem o consumo de tais bens ou que alimentem a própria sociabilidade. Isso é o que a autora chamou de ‘conectividade’.

Assim, esse jogo de forças acaba por produzir uma ‘cultura da conectividade’ que se baseia em princípios dignos de consideração, na medida em que se alastra pelos diversos âmbitos da vida, dada a ubiquidade das tecnologias informacionais. A maioria das redes sociais convida seus usuários a reagir emocionalmente, através dos botões de ‘curtir’, a todas as publicações que aparecem em seu *feed*. Além de gerar a sensação de aprovação e de criar a necessidade de receber esse aplauso, essa ação permite que as plataformas desvendem algoritmicamente potenciais consumidores de produtos. Através desses dados conseguem alcançar melhor nichos de consumidores e serem bem mais efetivos nas vendas.

O recurso da monetização dos perfis, que oferece uma contrapartida nos lucros para alguns usuários com maior número de seguidores, cria a figura do *digital influencer*. Isso faz com que se instaure o princípio da ‘popularidade’ que oferece poder para os indivíduos com maior visibilidade e alcance de pessoas, já que são mais lucrativos para os negócios que sustentam essa conectividade. (VAN DIJCK, 2016).

As plataformas lançam uma nova forma de conceber o que é social. Termos como ‘compartilhar’, ‘interatividade’, ‘fazer amigos’, ‘engajamento’, intensamente utilizados no vernáculo das redes, simulam uma vivência social positiva, próxima à ideia de bem comum, de solidariedade e de transparência. Os usuários são convencidos de que as redes são transparentes e de que eles têm controle sobre os dados que serão utilizados pelas plataformas, ao aceitar ou não as políticas de privacidade; são incitados a compartilhar informações, com a sensação de fazerem parte de uma comunidade. No entanto, quase nunca dimensionam a quantidade de dados que produzem para as plataformas. Somando-se a isso, houve um esmaecimento da fronteira entre o público e o privado. Há uma convocação para falar de si, a todo o momento, para tornar público o que, antes, repousava sob o véu da intimidade. Por fim, a autora apresenta o princípio da normalização, inspirada na ideia de norma de Foucault, segundo o qual a vivência em redes está intrinsecamente vinculada à sociabilidade e, como tal, “toma a forma do óbvio, de tudo o que está implícito em estruturas, de configurações padronizadas, de retórica.” (VAN DIJCK, 2016, n.p). Assim, dificilmente conseguimos sair das redes, seja porque a tecnologia teima em nos trazer de volta com os avisos de “estou sentindo a sua falta”, mas também devido a uma forte comoção social quando o abandono da conectividade é cogitado. (VAN DIJCK, 2016).

As interações sobre maternidade no Instagram não estão isentas dessa sociabilidade conectiva, elas são atravessadas pelos princípios de visibilidade e popularidade fundados por essa cultura, além de sofrerem implicações por ocasião do redimensionamento entre as esferas pública e privada. Da mesma maneira, estão inseridas nas novas práticas de consumo informacionais, sendo bombardeadas pela oferta de produtos e serviços voltados para o seguimento materno-infantil. Por outro lado, a vivência em rede também instrumentaliza muitas mães para a realização de críticas ao ideal materno e para a proposição de formas de maternidade mais alternativas. Isto porque o poder de divulgar conteúdos para um grande público favorece que elas exponham a forma como esse ideal constringe suas vidas cotidianamente, nos detalhes do dia-a-dia, nas sutilezas das relações, no tempo de vida cooptado, no cansaço registrado a cada noite mal dormida. Além disso,

podem tornar comuns formas menos exigentes de exercer a maternidade, podem estabelecer laços com outras mães que vivem experiências parecidas e podem convocar e instruir outras pessoas para compartilharem os deveres relativos à criação de crianças. Na aproximação etnográfica que realizamos, encontramos, então, três direções principais, que serão melhor desenvolvidas a seguir, para as formas como essa cultura da conectividade tem se associado com as questões maternas e produzido interações que põe novamente em contexto a noção de ideal materno tanto para 1) reproduzi-lo; 2) criticá-lo; mas também para 3) transformá-lo.

3.3 Formação do *corpus* de pesquisa

Para a realização desta pesquisa, criamos uma conta no Instagram, específica para esse fim, denominada @pesquisa_maternidade. De partida, fizemos buscas com a palavra ‘maternidade’ e começamos a seguir os perfis que apareceram e as *hashtags* sugeridas que reuniam o maior número de publicações. A ideia era seguir um caminho semelhante ao que faz um usuário quando ingressa na plataforma e se interessa por algum tema específico. As *hashtags* são formas de aglutinar publicações que versam sobre temas afins. Ao realizar determinada postagem, o usuário inclui palavras-chave na legenda, seguidas do símbolo da cerquilha (#) e isso cria hiperlinks que agrupam aquela publicação a outras que foram marcadas com a mesma *hashtag*. Assim, quando fazemos uma busca, além do aplicativo apontar perfis que tratam do tema pesquisado, ele também apresenta as *hashtags* ligadas a ele. A seguir, temos uma lista das vinte primeiras que apareceram em nossa busca, em ordem de número de publicações:

HASHTAGS	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES	HASHTAGS	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES
#maternidade	15,9 milhões	#maternidadecomhumor	86,7 mil
#maternidadereal	8,3 milhões	#maternidadeatípica	80,8 mil
#maternidadecomamor	1,1 milhões	#maternidadeseμφrescura	78,7 mil
#maternidadefeliz	554 mil	#maternidadesimples	76,3 mil
#maternidadeativa	455 mil	#maternidadesolo	55,9 mil
#maternidadecomapego	343 mil	#maternidaderealizada	43,8 mil
#maternidadeconsciente	176 mil	#maternidadedivertida	42,7 mil
#maternidadeleve	152 mil	#maternidadesincera	18,3 mil
#maternidadenareal	102 mil	#maternidadepositiva	16,2 mil
#maternidadenuaecrua	101 mil	#maternidadedescomplicada	15,3 mil
#maternidadeseμφneura	97,9 mil	#maternidadecomulsória	10,5 mil

É sugestiva essa compilação das *hashtags* porque elas mostram os principais temas em torno dos quais orbitam as questões maternas na plataforma. Percebemos que a palavra ‘maternidade’ é seguida por diversos qualificativos que apontam tanto para uma vivência mais positiva de maternidade (‘com amor’, ‘feliz’, ‘realizada’, ‘divertida’), para discursos de teorias que tem ajudado a intensificar as expectativas sobre mães como a Teoria do Apego e a Educação Positiva, para a necessidade de desvelamento das agruras do maternar (‘real’, ‘na real’, ‘nua e crua’, ‘sincera’, ‘compulsória’) e para vivências de maternidade menos extenuantes e alternativas (‘consciente’, ‘de leve’, ‘sem neura’, ‘com humor’, ‘atípica’, ‘sem frescura’, ‘simples’, ‘solo’, ‘descomplicada’). Esse exercício nos ajudou a começar a delinear o universo discursivo das interações sobre maternidade no Instagram e em que direções esses discursos têm operado.

Uma vez que já estávamos seguindo *hashtags* e perfis suficientes para termos um *feed* de publicações, seguimos nosso caminho acompanhando as postagens que apareciam bem como seus comentários. Na medida em que navegávamos pelo aplicativo, novos perfis eram sugeridos. De início, nem todos eram sobre maternidade, havia aqueles que eram recomendados por serem muito populares, com grande quantidade de seguidores e que estavam em alta naquele momento. No entanto, só aceitávamos seguir os que se relacionassem ao nosso tema. Paulatinamente, o número de perfis sugeridos sobre maternidade foi aumentando, de modo que chegou um momento em que não aparecia mais nenhum que não tivesse ligação com o assunto. Ao rolarmos o *feed*, também era comum encontrarmos links patrocinados de perfis que aderiram ao *Instagram Ads* como também publicidades oferecendo serviços e produtos, todos ligados ao universo materno-infantil. Apesar de não utilizarmos os *stories* nem os *reels* como objetos de análise propriamente ditos, não deixamos de acompanhá-los com o intuito de nos familiarizarmos com o contexto da prática social que estávamos pesquisando.

Para Sato e Batista Jr. (2018), “o comportamento que ecoa em diferentes momentos da pesquisa [etnográfica] demonstra a regularidade do compartilhamento da cultura, do objeto da investigação.” (p. 194, acréscimo nosso). Acompanhamos o perfil @pesquisa_maternidade durante o período de julho de 2021 a abril de 2023. Ao longo dessa trajetória, fomos percebendo certa saturação tanto dos temas sobre os quais tratavam as publicações como também do formato das postagens. Começamos a identificar, por exemplo, a repetição do uso de textos panfletários, do gênero ‘meme’, do humor, de textos prescritivos, de interações típicas; mas também de imagens e legendas que descreviam

situações domésticas difíceis vividas por mães ou que disseminavam modos de maternar menos canônicos, que se distanciavam das expectativas de uma maternidade ideal.

Dessa forma, criamos um panorama a partir da nossa percepção de como a noção de ideal materno tem sido compartilhada nas interações no Instagram. A nosso ver, existem três tendências discursivas que, em síntese, são de *reprodução*, de *crítica* e de *transformação* do ideal materno. É importante ressaltar que a produção de discursos sempre obedece a princípios recontextualizadores. Isso quer dizer que novos discursos possuem uma originalidade relativa, porque sempre são intertextuais (são uma costura de outros discursos) e interdiscursivos (porque se relacionam com discursos anteriores), mas também que guardam em si a possibilidade de edição, de seleção, de enviesamento e de relação com outros discursos. (VAN LEEUWEN, 2008). Assim sendo, por mais que identifiquemos essas tendências, não podemos dizer que elas são puras ou uníssonas. São, na verdade, constituídas por discursos heterogêneos e ambíguos, pois se configuram “nos processos de luta das práticas discursivas em que elas podem ser investidas variavelmente.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 271). Podemos, então, encontrar discursos que reproduzem prescrições de conduta materna baseadas no poder da medicina, mas que, para isso, precisem associá-las a uma linguagem mais horizontal e informal, típica do gênero publicitário. Do mesmo jeito, podemos ver mães construindo discursos que contestem a opressão materna, mas que se valem eufemisticamente do gênero humorístico para tanto. Há, ainda, a proposição de novas representações da maternidade, mas que ainda são baseadas na responsabilização individual das mulheres pela mudança, sem apontar para a assunção coletiva do problema.

O conceito de *recontextualização* é proveniente dos estudos de Bernstein sobre a produção de conhecimento no contexto pedagógico. Este autor descreveu como os saberes produzidos em níveis superiores de educação são incorporados em níveis escolares, através da produção de materiais didáticos, da formação de professores, bem como da elaboração de políticas educacionais. Van Leeuwen (2008) amplia esse conceito articulando-o com a noção de discurso de Foucault, que o compreende como formas de conhecimento socialmente construídas no interior de práticas institucionais. Esses discursos se relacionam dialeticamente com os demais elementos que compõem essas práticas, de modo a internalizar características deles. Isso implica que todo discurso recontextualiza práticas sociais e permite que através de sua análise nós possamos reconstituí-las. Ao analisarmos os textos e imagens compartilhados no Instagram sobre maternidade, por exemplo, temos

condições de recuperar as práticas que lhe originaram e de identificar os discursos dominantes que atuam e que são tensionados nessas interações.

Contudo, os discursos não apenas representam as práticas sociais, não somente as descrevem; mas também as qualificam, na medida em que se posicionam frente a elas. Tanto podem legitimá-las quanto contestá-las, podem, ainda, adotá-las parcialmente e, também, costura-las a outros discursos para lhe conferir aceitabilidade.

A recontextualização não somente explicita as práticas sociais em maior ou menor grau, mas também faz com que estas passem pelo filtro das práticas em que estão inseridas. A forma como isso acontece raramente é transparente para os participantes da prática recontextualizadora e é geralmente embutida no seu senso comum, nos seus hábitos de relacionamento uns com os outros e no propósito que eles acreditam que esta prática tem. (VAN LEEUWEN, p. 12 e 13, tradução nossa).

Esse grau de afinidade com determinado discurso é o que Fairclough (2001) chamou de ‘modalidade’. Isso é o que permite, por exemplo, que haja várias formas de recontextualizar o ideal materno. Alguns usuários podem ser categóricos e adotarem seus princípios de modo unilateral ou podem negá-los peremptoriamente. Porém, é mais comum que encontremos posicionamentos mais tácitos, que não expõem claramente sua afinidade nem sua aversão ao ideal materno. Essa modulação é mediada tanto pelo contexto das redes sociais, que possui suas próprias regras de sociabilidade, mas também pelo contexto das lutas entre discursos feministas, religiosos, científicos, econômicos e patriarcais. É sobre esse amálgama discursivo que pretendemos lançar luz através das nossas análises.

Para tanto, escolhemos 21 publicações para examinarmos. Dividimo-las em três grupos, segundo as três tendências discursivas que conseguimos levantar: o primeiro trata-se de postagens que atuam reproduzindo e intensificando o ideal materno (Figuras 1, 2, 3, 4, 6, 7 e 8); o segundo são publicações que contestam esse ideal e que revelam aspectos da maternidade pouco disseminados (Figuras 9, 10, 11, 12, 13 e 14); e o terceiro reúne posts cujo discurso propõe formas de facilitar o cotidiano materno, maternidades alternativas e transformações de uma cultura patriarcal (Figuras 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21). Os comentários das postagens foram considerados somente quando julgamos serem elucidativos para a análise.

Temos a ciência de que essas três tendências discursivas não esgotam todos os discursos sobre maternidade que circulam no Instagram, muito menos dão conta de abranger o fenômeno da maternidade como um todo. Sabemos que as postagens aqui escolhidas nos foram disponibilizadas a partir de uma lógica algorítmica sobre a qual muito pouco sabemos. Além disso, compreendemos que as discussões sobre maternidade no Instagram são

realizadas apenas pela parcela da população que é incluída digitalmente, de modo que certamente há formas de vivenciar a maternidade que sequer aparecem nas redes.

3.4 Operacionalizando a Análise de Discurso Crítica e a Gramática do Design Visual para a análise de postagens no Instagram

Tanto os trabalhos de Norman Fairclough como os de Günther Kress e Theo Van Leeuwen, são baseados na Gramática Sistêmico-funcional de Halliday. Segundo esse autor, toda forma de semiose exerce três funções principais na prática social: a de representar os elementos do mundo (*função ideacional*); a de realizar interações sociais (*função interpessoal*); e a de apresentar informações de um modo coerente com determinado contexto (*função textual*). Assim, podemos dizer que postagens no Instagram sobre maternidade cumprem o papel de definir o que mães, pais e filhos são e de conceituar o que a própria maternidade é; realizam uma ação que pode ser de comunicação, venda, militância, etc.; e se organizam a partir de regras de coerência que articulam textos e imagens, segundo as normas da própria plataforma. Na sua Teoria do Discurso, Fairclough (2001) subdivide a função interpessoal de Halliday em duas: a *função relacional* (que engloba o caráter acional do discurso) e a *função identitária* (que se trata da forma como o discurso estabelece posições de sujeito e constrói identidades).

As abordagens críticas do discurso, em geral, compreendem os ‘signos’ – palavras ou sequência de palavras, cores, sons, movimentos, etc. – como estruturas dotadas de forma (significante) e de significado. Um signo não possui um significado independente do seu uso em determinado contexto. Dessa maneira, eles são “socialmente motivados” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103), de modo que há razões contextuais para que determinado significante se associe a determinado significado. Cada signo disponibilizado pela cultura possui inúmeros significados potenciais, mas que só se efetivam no momento da prática. Isso faz com que todo texto seja ambivalente, aberto a várias interpretações e é justo isso que dota o discurso de potencial para a mudança social, já que um enunciado canônico sempre pode ser recontextualizado de um modo diferente do seu significado original. Dessa maneira, a seleção de signos para a construção de discursos pode ser mais ou menos regulada, dependendo do contexto em que eles ocorram. Há situações que estabelecem normas mais rígidas para a produção de discursos e outras cujas diretrizes são mais frouxas. No caso das interações no Instagram, os usuários possuem uma liberdade relativa para postarem seus

conteúdos, na medida em que podem escolher suas imagens e seus textos livremente. No entanto, não podem controlar a forma que suas postagens terão, pois estas precisam seguir os layouts da plataforma que delimitam trilhos (softwares) a partir dos quais se pode interagir. Há, também, uma regulação executada pelos algoritmos que penalizam os usuários que publicam conteúdos que ferem os termos de conduta do aplicativo e que decide para quem suas publicações ficarão disponíveis. Soma-se a isso as regras impostas pela própria cultura da conectividade que dita os valores a serem perseguidos pelos sujeitos, de modo que estes se sentem coagidos a agir de acordo com os seus princípios.

Nos textos, em geral, há signos ou um conjunto deles que se referem a cada nível do discurso. Visando à análise textual, Fairclough (2003) propõe várias categorias estratégicas para a exploração destes em contexto. Na medida em que formos utilizando cada estratégia ao longo da análise, elaboraremos melhor suas funções. Aqui, vamos nos resumir a apresentar algumas delas:

a) significados representacionais (função ideacional):

- conectivos e formas de argumentação: apontam para a coesão dos textos, constituída a partir das relações entre orações realizadas pelos conectivos (conjunções, preposições). A ligação entre várias orações constitui formas específicas de argumentação;
- transitividade: a forma como os verbos são utilizados no texto ajuda a construir formas de representação de atores sociais e de processos de ação. Ex: construir frases nas formas passivas ou ativas pode apontar para o poder de agência do sujeito da ação;
- significado das palavras: o sentido das palavras pode ser alvo de disputa em determinado contexto. Ex: o conceito de maternidade não é algo estável, mas adquire facetas diferentes dependendo de quem utilize a palavra;
- uso de metáforas: a essência da metáfora trata-se de compreender uma coisa em termos de outra. A associação entre essas duas coisas é baseada em experiências culturalmente arraigadas, de modo que não é arbitrária. (RESENDE e RAMALHO, 2009).

b) significados interacionais (função relacional):

- intertextualidade: “combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (RESENDE e RAMALHO, 2009, p. 65);

- gênero: em linhas gerais, caracterizam os tipos de discurso, isto é, práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade. Ex: gênero jornalístico, publicitário, epistolar, conversa informal, etc.;
- controle interacional: as relações sociais podem ser negociadas através de várias estratégias de controle interacional como as tomadas de turno durante uma conversa e o controle de tópicos (assuntos).

c) significados identificacionais (função identitária):

- modalidade: trata-se do grau de compromisso de quem profere o discurso com o que diz;
- polidez: trata-se do conjunto de “estratégias da parte dos participantes do discurso de mitigar os atos de fala que são potencialmente ameaçadores para a sua própria ‘face’ ou para a dos interlocutores.” (FAIRCLOUGH, 2011, p. 203);
- presunção valorativa: nem sempre os significados de um texto estão explícitos, de modo que identificar os significados presumidos (implícitos) são de grande importância para a análise textual.

Kress e Van Leeuwen (2006) adotam os princípios da Gramática Sistêmico-funcional de Halliday para construir sua Gramática do Design Visual. Nesta obra, eles oferecem diversas estratégias para a realização da leitura de imagens, levando em conta o considerável crescimento da comunicação visual, a partir do século XX, sobretudo a partir do desenvolvimento das tecnologias digitais e do mercado publicitário. Eles afirmam que, assim com a linguagem verbal falada ou escrita, as imagens também expressam significados que pertencem e são estruturados pela cultura e também operam nos três níveis discursivos. Dessa maneira, essas imagens tanto podem representar aspectos do mundo, como também podem estabelecer interações com seus interlocutores e, além disso, obedecem regras de coerência mais ou menos estabelecidas culturalmente. Assim como os textos, o significado das imagens não é fixo e, sim, também, ambivalente, de maneira que, mesmo que determinadas estruturas sejam universalmente interpretadas do mesmo modo, o seu sentido só pode ser estabelecido se compreendermos o contexto em que foram utilizadas.

A Gramática do Design Visual apresenta muitas estratégias para a análise de imagens, de modo que é impraticável discorrermos sobre todas aqui. Assim, iremos elencar, a seguir, as principais formas de analisar os seus três níveis de significado, mas o seu potencial efeito ideológico será explorado, na medida em que forem relevantes para análise.

Antes disso, é importante afirmarmos que todo ato semiótico possui dois tipos de personagens, os participantes interativos e os participantes representados. Os primeiros são aqueles que fazem parte do ato de comunicação, isto é, são os que produzem o artefato semiótico e os que o consomem. Os outros são os que constituem o assunto da comunicação, “isto é, as pessoas, lugares e coisas (incluindo ‘coisas’ abstratas) representadas na fala, na escrita ou na imagem, os participantes sobre quem ou sobre o que estamos falando, escrevendo ou produzindo imagens.”. (KRESS e VAN LEEUWN, 2006, p. 47 e 48, tradução nossa). Passemos aos significados:

a) significado representacional (função ideacional):

- estrutura narrativa: são imagens que representam processos de ação, processo reacionais, processos verbais ou mentais e processos de conversão (cadeias de ações em que o objeto de uma passa a ser o sujeito da outra). Geralmente, há a presença de um vetor, isto é, uma linha imaginária formada por corpos, braços, linha do olhar ou instrumentos em ação. Trata-se de uma estrutura que indica o que os participantes representados fazem uns aos outros;
- estrutura conceitual: são imagens que representam seus participantes em termos de classe, significação ou estrutura. Aponta para as características essenciais daqueles que representa ou da forma como os participantes se organizam para formar um todo maior. Podem ser do tipo *classificadoras* (cria categorias, hierarquias ou classes entre os participantes representados), *analíticas* (objetiva dizer em que consiste determinada totalidade, por que partes é composta) ou *simbólicas* (visa a informar o que o participante representado significa).

b) significado interativo (função interpessoal):

- tipos de contato visual: o vetor da linha do olhar pode emanar do participante representado (sugerindo uma relação de demanda) ou este pode ser objeto do olhar (sugerindo uma relação de oferta);
- enquadramento: a distância entre participantes representados e interativos guarda significados relacionais diferentes;
- perspectiva: o ângulo em que a imagem é retratada, ou seja, seu ponto de vista pode indicar a atitude esperada dos observadores frente aos participantes representados.

- modalidade: os marcadores de modalidade são elementos que nos ajudam a conceber determinada estrutura como algo mais ou menos crível. Pode se expressar através da saturação, da diferenciação e da modulação das cores; da presença ou ausência de pano de fundo; da profundidade; da iluminação e do brilho.

c) significado composicional (função textual):

- valor da informação: verificada a partir da localização dos elementos da imagem (esquerda/direita, em cima/embaixo, centro/margem);
- saliência: o tamanho, as cores, o contraste e a nitidez criam uma diferenciação entre elementos, dando mais relevância a uns do que a outros;
- enquadramento: as margens e as linhas divisórias da imagem separam ou unem os elementos da composição.

Para abordarmos as postagens escolhidas, associamos as estratégias de análise de textos com as de imagens, de modo a dar conta da característica multimodal (formada por várias formas de mídia) da plataforma. Toda semiose exerce as três funções do discurso. No entanto, não exploramos cada post em todas as suas dimensões de análise. Ressaltamos as que nos ajudassem a compreender melhor os processos de recontextualização do ideal materno no Instagram. Dessa maneira, é possível que outros sentidos sejam identificados nas imagens e nas legendas e que interpretações discrepantes das que aqui realizamos sejam encontradas.

4 A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO IDEAL MATERNO NO INSTAGRAM (ANÁLISE E DISCUSSÃO DO *CORPUS*)

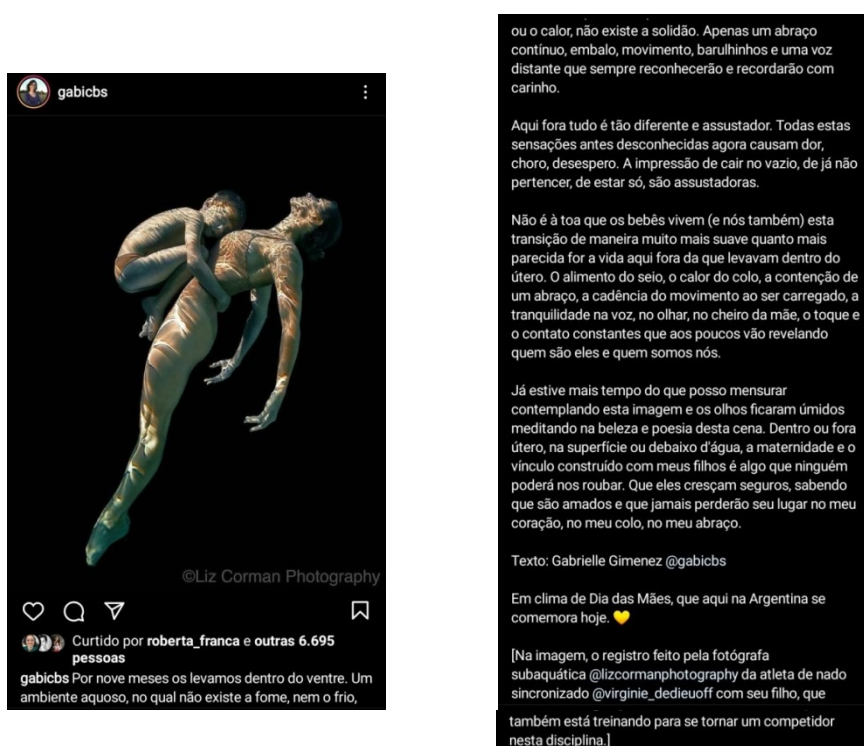
4.1 O ideal materno reproduzido e intensificado

As interações em redes sociais sobre maternidade, como as que se dão no Instagram, põem em debate a realidade, que se mantém ao longo dos séculos, de que há uma forma ideal de ser mãe. Por um lado, vemos narrativas tradicionais serem recontextualizadas por discursos híbridos que unem gêneros científicos, pedagógicos e morais com gêneros discursivos característicos da internet, como os *memes*, os novos discursos publicitários e de apresentação de si. Ao mesmo tempo em que reatualizam antigas prescrições sobre o corpo, os afetos, o comportamento e a subjetividade da mulher que vive a maternidade, criam novos imperativos resultantes do novo modelo de consumo digital e das novas sociabilidades típicas da vida conectada.

A Figura 1.0 se trata de uma postagem do perfil *@gabicbs* e ilustra como as noções tradicionais de instinto e de amor materno são recontextualizadas por interações na internet. A postagem reúne o registro de uma fotógrafa subaquática que retrata a imagem de uma atleta de nado sincronizado com o seu filho, que também pratica essa modalidade esportiva, e por um texto escrito pela usuária a partir do impacto emocional que tal imagem lhe causou. O garoto, que tem por volta de sete anos de idade, é mostrado em posição fetal agarrado ao ventre da mãe que, por sua vez, tem, obviamente, um corpo atlético e está numa postura ereta com os braços para trás, aparentando estar completamente entregue ao filho, não oferecendo nenhuma resistência àquela relação. Os dois encontram-se submersos em água, num ambiente escuro, como se estivessem sendo gerados dentro de um útero. Já o texto se vale de estratégias poéticas, uma vez que recorre a imagens de apelo emocional e descreve essa relação como algo sublime, de absoluta transcendência. Trata o útero como um ambiente (e não como órgão reprodutivo feminino) em que “*não existe a fome, nem o frio, ou o calor, não existe a solidão*”; em contrapartida, o nascimento, a saída do regaço uterino significa o confronto com sensações desconhecidas e que “*causam dor, choro, desespero. [...] A impressão de cair no vazio, de já não pertencer, de estar só.*”. Nesse sentido, a mãe deve ser responsável pela boa transição entre o útero e o mundo externo, de modo a garantir que essa ruptura seja minimamente sentida pelo filho que irá nascer. É, sobretudo, com os seus afetos e com seu corpo (supostamente programado para maternar)

que ela garantirá isso. Oferecerá “*o alimento do seio, o calor do colo, a contenção de um abraço, a cadência de um movimento ao ser carregado, a tranquilidade na voz, no olhar, o cheiro da mãe, o toque e o contato constantes que aos poucos vão revelando quem são eles e quem somos nós*”. Por fim, ressalta o quanto ficou mobilizada pela beleza da cena da foto e afirma o quão indefectível é o amor materno, de modo que ninguém poderá roubá-lo; assim, os filhos jamais perderão o lugar em seu coração.

Figura 1.0



Em termos representacionais, ou seja, considerando a função ideacional do discurso, aquela que visa a simbolizar os componentes do mundo, suas relações e seus processos, na fotografia que compõe a postagem ressalta-se, segundo a Gramática Visual de Kress e Van Leeuwen (2006), o caráter conceitual da composição. As estruturas conceituais representam os participantes da imagem em termos de classe, de significância ou de estrutura, através da exposição de seus traços e características essenciais.

A imagem representa como deve ser a relação entre mãe e filho, para que a transição entre o ambiente intra- e extrauterino ocorra de forma adequada. Apesar de estarmos falando de uma interação – em que os participantes geralmente realizam ações ou são alvo delas – aqui, a justaposição entre os participantes da imagem não transparece o

processo através do qual essa relação acontece. Isto é, na linguagem da Gramática Visual, não se trata de uma estrutura narrativa – que visa a representar as ações, os eventos e os processos do mundo – composta por vetores de ação ou linhas imaginárias representadas por corpos, braços, instrumentos ou pela linha do olhar. Em contrapartida, o ato que reúne as duas pessoas retratadas foi excluído da imagem, não sem efeitos ideológicos. A imagem tem, sobretudo, um caráter conceitual, que ressalta a realidade em “termos de sua essência generalizada e mais ou menos estável e atemporal.” (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006, p. 59). Trata muito mais de informar que “a relação mãe-filho” é “isto”, do que de descrevê-la nas inúmeras ações que lhe constituem.

Kress e Van Leeuwen (2006) demonstraram como a disposição dos elementos de uma composição e a maneira como eles se justapõem podem delimitar ou esmaecer as fronteiras entre suas respectivas identidades. Tomando como base a analogia que os autores fazem¹⁵ com as formas de predicação da linguagem verbal, aqui daremos um exemplo mais relacionado com o propósito deste trabalho. Na língua portuguesa, temos o substantivo composto ‘mãe-de-família’ que pode ter surgido de um contínuo processo de aproximação entre os dois elementos da ação, quais sejam ‘mãe’ e ‘família’. Se falamos: “A mãe tem uma família”, deixamos explícita a ação de posse, ou seja, o vetor que liga os dois participantes da ação, cujas identidades são preservadas. ‘Ter’ uma família implica em fazer parte de um grupo tradicionalmente determinado, juntamente com outras pessoas. Se falamos: “A mãe é de família”, transformamos o elemento possuído, o substantivo família, numa qualidade atribuída à mulher que, em vez de somente compor determinado grupo social, é alguém que age de acordo com valores predeterminados socialmente para uma mulher que tem filhos e constitui uma família. Por fim, quando dizemos: “A mãe-de-família”, eliminamos qualquer forma de ação entre os dois elementos e criamos uma nova identidade para essa mulher que não só participa da família, nem só se comporta de acordo com determinadas normas; ela, agora, integra todos esses atributos à sua essência, formando uma só entidade, não havendo, portanto, distinção entre a mulher e sua função social.

Podemos, portanto, interpretar a imagem do post (Figura 1.0) de modo semelhante. A justaposição entre ‘mãe’ e ‘filho’ opera no sentido de esvanecer a relação entre eles, transformando-os praticamente numa só entidade. Digo praticamente porque a intenção da publicação é falar sobre o processo de transição dos filhos do útero ao ambiente

¹⁵ Kress e Van Leeuwen (2006) apresentam o seguinte processo que vai, cada vez mais, transformando uma ação de predicação, ou seja, de atribuição de qualidades, numa identidade, composta, apenas, por um único nome: ‘The bird is black’ > ‘The black bird’ > ‘The blackbird’.

externo. Dessa maneira, mãe e filho formariam uma só unidade enquanto o feto está sendo gerado. Nesta ocasião, de fato, a separação entre os dois corpos é menos evidente. Após o parto, no puerpério, fase que o post pretende retratar, mesmo que os dois tenham sido separados objetivamente, a mãe deve cuidar de manter essa relação de contiguidade, de modo a simular a vida uterina. Isso, com o intuito de garantir que a transição para o mundo externo, representado como um ambiente que gera sensações e sentimentos desagradáveis, seja feita do modo mais suave possível. Assim, a mãe deve oferecer “*o alimento do seio, o calor do colo, a contenção de um abraço, [...] a tranquilidade na voz, no olhar, no cheiro da mãe, o toque e o contato constantes [...]*”, para que seu filho não experimente o nascimento como uma experiência de cisão brusca com o “paraíso” que é o ventre materno.

Aqui, a noção de paraíso não é recuperada despropositadamente. Podemos observar que o útero não é representado como o órgão reprodutivo feminino e, sim, como um lugar, um ambiente que, pelas características, assemelha-se ao Jardim do Éden bíblico que supria todas as necessidades de Adão: “[...] De toda árvore do jardim comerás livremente [...]” (Gn 2, 16). Este, por sua vez, desfrutava da companhia de Eva para não sentir-se solitário: “E disse o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que lhe seja adequada.” (Gn, 2, 18). No mesmo sentido, a forma como o ‘mundo externo’ é descrito lembra a expulsão do paraíso:

E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: Não comerás dela; maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos também te produzirá; e comerás a erva do campo. Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que retornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó retornarás. (Gn 3, 17-19).

Sendo assim, a mãe deve simular o paraíso na terra para a criança, quase que para redimir-se do pecado original que expulsou o homem do Éden, através de atributos do seu próprio corpo, entendidos como inerentes e naturais, no sentido de garantir que seu filho não sofra. A famosa díade mãe-bebê e as consequências da qualidade dessa relação para o desenvolvimento da criança têm sido reforçadas reiteradas vezes pelas teorias psicológicas, sobretudo as psicanalíticas de Winnicott, Melanie Klein, Freud e Bolby. Guardadas as devidas diferenças teóricas e as constantes afirmações de que as categorias descritas se tratam de ‘funções’ maternas e, não necessariamente precisam ser exercidas pelas mães, a escolha dos termos continua apontando para a mulher como a principal executora de tais atribuições (BRASIL e COSTA, 2018). Fala-se de “mãe suficientemente boa”, “seio bom ou seio mau”, para se referir ao conjunto de características que a mulher deve possuir para

exercer a sua maternidade e às consequências que tal exercício pode ter no desenvolvimento da personalidade da criança. (MIRANDA, TIMO e BELO, 2019). Dessa maneira, cria-se uma espécie de patrulha do fazer materno, tanto em termos coletivos, exercido por familiares e grupos sociais dos quais a mulher faz parte, como de modo individual, na medida em que a própria mulher exige de si tais atributos e a obediência a certas prescrições de como ser mãe, responsabilizando-se por controlar todos os aspectos que competem a formação de um sujeito adulto. A possibilidade de fracassar e de consumir-se em culpa é evidente.

Vimos com a ADC que a nomeação dos fenômenos da realidade sempre guarda um caráter intencional, na medida em que recorre aos sentidos disponíveis em determinado contexto sociocultural, juntamente com suas desigualdades de poder. Assim, a escolha dos termos para se referir a determinado conceito não é neutra, uma vez que se percebe uma clara tendência a utilizar palavras que se refiram à mulher ou ao seu corpo. Por que, então, não usar outros significantes como “pais” ou “cuidadores”? Dessa maneira, o discurso científico de que uma boa medida de cuidado e dedicação maternos assegura a saúde mental dos filhos torna-se muito mais poderoso do que qualquer força instintiva para manter as mulheres em tal posição.

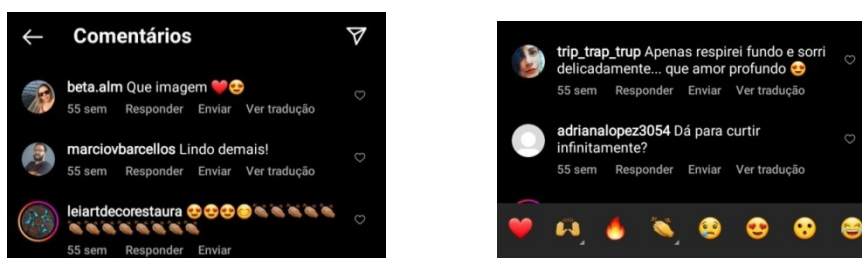
A aproximação entre o corpo feminino e a natureza (instintos) é um dos argumentos mais antigos para justificar o posicionamento social das mulheres numa condição subalterna. Badinter (1985) explica como o pensamento aristotélico, além do cristão, contribuiu para o entendimento de que a desigualdade entre homens e mulheres reside nas suas diferenças naturais. Para Aristóteles, a mulher era essencialmente inferior ao homem, pois era formada pelo princípio secundário, isto é, da matéria; enquanto o homem era constituído pelo princípio da forma, do pensamento e da inteligência. Assim sendo, a mulher não teria nenhuma virtude moral, pois, sendo fraca das vontades, era mais vulnerável às emoções, sendo incapaz de fazer deliberações, de modo que sua opinião era completamente desconsiderada.

A ênfase nos aspectos emocionais é reiterada se considerarmos o post na sua dimensão interpessoal, isto é, nos elementos do discurso que deflagram a relação existente entre quem produz e quem acessa a publicação. Essa função pode ser lida através do tipo de contato visual que os participantes representados na imagem estabelecem com o receptor. Os elementos representados podem fazer ou não contato visual com quem lhe observa. Se o fazem, geralmente estabelecem uma relação de demanda com o participante interativo, em

que este é convidado a determinadas ações, atitudes ou reflexões. Já quando os participantes representados não estabelecem contato visual, posicionando-se como objeto do olhar, como se fossem espécimes numa vitrine, estabelecem uma relação de oferta com o observador em que este é convocado a contemplar ou a receber informações através da imagem.

A imagem da Figura 1.0 é feita para ser contemplada, como se fosse uma obra de arte cujo objetivo é gerar uma impressão emocional em quem observa, promovendo uma espécie de identificação entre participantes representados e interativos. O texto da legenda afirma esse caráter de modo literal: *“Já estive mais tempo do que posso mensurar contemplando essa imagem e os olhos ficaram úmidos meditando na beleza e poesia dessa cena.”*. Recorre também a elementos da prosa poética, como a construção de imagens e o recurso à sonoridade das palavras que, em grande parte, remetem a sentimentos como *“solidão”, “abraço”, “carinho”, “choro”, “desespero”*. Se observarmos os comentários da postagem, podemos ver que, de fato, há uma reverberação emocional nos receptores da publicação.

Figura 1.1



A plataforma do Instagram limita os usuários a emitirem reações do tipo curti / não curti, ou seja, a uma mera apreciação afetiva dos conteúdos; além de incitar a produção de comentários formados frequentemente por respostas estandardizadas¹⁶, de modo pouco reflexivo e cujo objetivo é mais expor certa identificação com determinadas ideias e posicionamentos do que estabelecer um diálogo propriamente dito, em que trocas mais significativas e a elaboração de significados podem acontecer. Van Leeuwen e Jovanovic (2018) denominaram as interações típicas de comentários de redes sociais de *emólogos* (diálogos através de emojis, entendidos como respostas *off the shelf* emocionais). Eles argumentam que “a suposição por trás disso é que a emoção é a força motriz por trás de

¹⁶ Van Leeuwen e Jovanovic (2018) denominam esse tipo de interação de *“off the shelf responses”*, isto é, respostas de prateleira, prontas para serem usadas.

todas as nossas ações.” (p. 694). Dessa maneira, a plataforma não permite apreciações racionais, do tipo concordo / discordo ou verdadeiro/falso, isto porque reações emocionais são suficientes para reunir os dados necessários à realização de propósitos comerciais, uma vez que basta saber se determinado produto agrada ou não para melhor destiná-lo ao seu público consumidor.

Assim, a configuração sociotécnica da plataforma gera efeitos no modo como as interações entre mães acontecem, de modo a reforçar a identificação entre o feminino e o materno, representados como estritamente ligados à natureza e às suas determinações emocionais. A postagem analisada retrata uma relação mãe-filho que posiciona a mulher como um ambiente paradisíaco que suprirá todas as necessidades da criança e a privará de intempéries. Subtende que a mulher tem naturalmente todos os atributos necessários para isso, de modo que só precisa ‘ser’ mãe, entregar-se a essa função, seguir sua natureza. No entanto, o que é tratado como algo inerente e comum a toda mulher, trata-se, na verdade, de uma série de ações, como ninar, amamentar, limpar, acolher, esforçar-se para estar presente, etc. Ações estas que, para serem realizadas, implicam na renúncia a uma série de outras ações que compõem a vida da mulher, inclusive, as que proveem suas necessidades básicas, como dormir, alimentar-se e realizar sua higiene diária. Além disso, esmaece o fato de que muitas dessas ações precisam ser aprendidas não sem episódios de conflito, pois, mesmo que a mulher possua um corpo sujeito às influências hormonais, ela também possui uma subjetividade que representa esse corpo e estabelece determinada relação com o aparato biológico característico da maternidade. Muitas vezes, a forma como a mulher concebe a própria identidade entra em profunda contradição com a necessidade de doação, resignação e descentramento que criar uma criança pode exigir, de modo que nem sempre o exercício dessa função social se dá de maneira tão fluida e orgânica. Se somente a mulher possui tais capacidades, nenhuma outra pessoa pode maternar, limitando a atuação de outros cuidadores como o próprio pai ou demais pessoas da rede de apoio, legando o fardo materno exclusivamente à mulher.

É curioso notar que o texto atribui características subjetivas a um bebê que ainda nem nasceu e que só teria condições de representar suas experiências na medida em que se constituísse como sujeito através da inserção na cultura e ignora completamente a subjetividade da mãe, tratada como alguém que atua baseada na sua própria natureza. Junto a isso vemos que o amor materno, assim como os atributos que garantem a transição do bebê para o mundo externo, também é considerado natural e, portanto, indelével, necessário e

indestrutível. São inúmeras as postagens que recuperam esse sentimento como algo dado de antemão e que basicamente garante a maternidade, pois predispõe a mulher a ocupar-se de todos os cuidados relativos aos filhos, permitindo que ela suporte toda a abdicação necessária a isso e fazendo com que, no fim, a maternidade valha a pena. Seja reafirmado através da chancela do discurso científico, por intermédio do humor ou por meio de discursos poéticos (como vimos na postagem anterior), o amor materno continua sendo um importante argumento para naturalizar a maternagem às mulheres ou para gratificá-las por tamanha dedicação. As duas postagens a seguir ilustram isso:

Figura 2.0

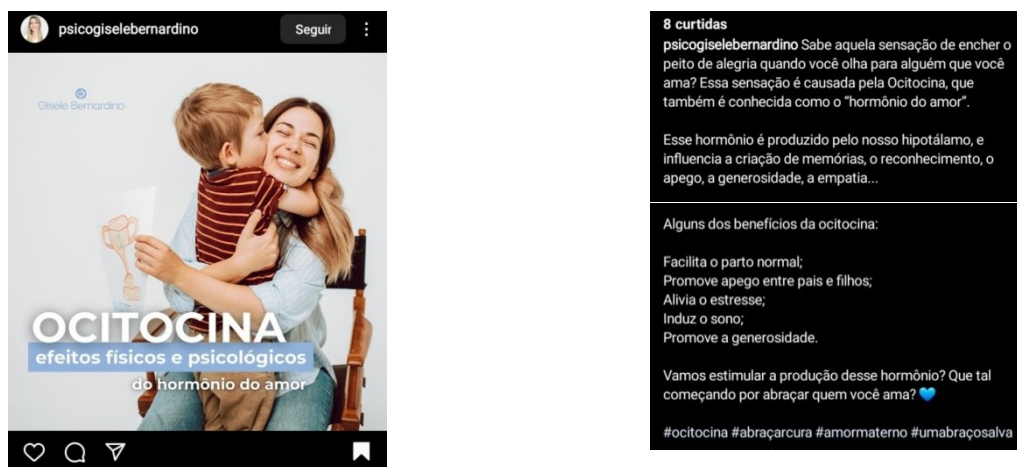


Figura 3.0



A Figura 2.0 é uma postagem extraída do perfil de uma psicóloga que se propõe a divulgar conteúdo através de “*um olhar de mãe e psicoterapeuta*”. É uma publicação cujo objetivo é divulgar os efeitos físicos e psicológicos da ocitocina, popularmente conhecida como ‘hormônio do amor’. Traz a imagem de uma mãe que sorri ao receber um beijo e um abraço de uma criança, aparentemente porque acabou de ganhar o desenho de um troféu do menino. A legenda representa a ocitocina como o hormônio responsável por “*encher o peito de alegria quando você olha para alguém que você ama*” e pela “*criação de memórias, o reconhecimento, o apego, a generosidade, a empatia...*” (sic.). Em seguida, lista alguns efeitos, qualificados como benéficos, da ação de tal hormônio. Apesar de não se referir diretamente ao ‘amor materno’ a usuária escolheu uma imagem que remete à relação mãe e filho para representar os efeitos da ocitocina e elencou resultados claramente ligados ao universo da maternidade como “*facilita o parto normal*” e “*promove apego entre pais e filhos*”. Por fim, convoca os usuários a estimularem a produção desse hormônio através do ato de abraçar pessoas amadas.

A imagem possui estrutura transacional, ou seja, narrativa, que representa ações, eventos ou processos de mudança da realidade, que indica, enfim, o que os participantes representados fazem uns aos outros. (KRESS e VAN LEEUWEN, 2006). Dessa maneira, a ação recíproca do abraço como manifestação do amor materno, produz ocitocina nos corpos de ambos e esta, por sua vez, cumpre funções satisfatórias tanto para a criança, no sentido de produzir memórias positivas e de desenvolver empatia e generosidade; como para a mãe, auxiliando-a no próprio exercício da maternidade, já que facilita algo extremamente doloroso como o parto normal, além de aliviar o estresse e induzir o sono. Vemos que há uma ênfase no sorriso da mãe, enquanto o filho aparece de costas. O recebimento do amor do filho e de um troféu em forma de desenho confirma esse efeito de recompensa pelo exercício da maternidade.

Rohden (2001; 2008) e Rohden e Alzuguir (2016) discutem sobre a história dos processos de diferenciação entre os sexos perpetrados pelo conhecimento médico-científico, através de uma explicação biológica dos comportamentos típicos de cada gênero (logicamente, resumindo-se às diferenças entre as partes do casal heterossexual, concebido como única possibilidade de manifestação de gênero). Seja afirmando que o fundamento da feminilidade ou da masculinidade está nos órgãos – como útero, ovários e testículos – ou na fisiologia hormonal – atuação da testosterona, do estrógeno, da ocitocina, etc. – esses discursos, historicamente, têm promovido uma lógica de ‘substancialização’ e de

‘essencialização’ das diferenças, na medida em que buscam elementos naturais e objetivos (e, portanto, reais) para justificar uma distinção essencial entre os sexos, essa sim inquestionável. Dessa maneira, reproduzem o binarismo entre corpos distintos, complementares e que devem estar a serviço da procriação. As autoras baseiam-se em estudos feministas, como os de Nelly Oudshoorn (1994), que questionam as distinções supostamente claras estabelecidas por um conhecimento técnico-científico entre o que é natural e cultural e entre o que é científico e o que é moral. Afirmam que o saber da ciência e as tecnologias também são artefatos socioculturais e, nesse sentido, podem exercer “um papel de destaque ao ajudar a estabilizar ou desestabilizar as convenções de gênero.” (ROHDEN e ALZUGUIR, 2016, p. 7).

O amor materno é, então, atribuído à ação de um único hormônio, capaz de capitanear tudo o que é necessário para que a maternagem se realize. Basta então que estimulemos sua produção e tudo ocorrerá bem. Por outro lado, é interessante notar a contradição presente nessa afirmação, pois se um hormônio cuja produção precisa ser estimulada através de uma prática, como abraçar, tocar ou se relacionar, não pode ser tão intrínseco assim ao corpo feminino. Conseqüentemente, o amor materno, sendo produto da ação de tal substância, também não necessariamente será desenvolvido por toda mulher. Porém, essencializar o amor da mãe pelo seu filho cumpre o papel de postular uma forma ideal de maternidade para que, ao perseguirem tal modelo, as mulheres camuflam ou, no mínimo, ponham em segundo plano os sentimentos negativos e sofrimentos vividos em prol da reprodução da espécie. Além disso, esse fenômeno produz a expectativa de que as mulheres se contentem e se recompensem, tanto porque estariam submetidas a algo infringido pela natureza, portanto compulsório; mas também porque maternar, per si, já traria júbilo suficiente, não necessitando de nenhuma outra gratificação. O amor materno seria então, ao mesmo tempo, motivo e recompensa da maternidade, de modo que todo esforço e abdicação sejam justificados.

A Figura 3.0 traz uma postagem que apesar de satirizar a essencialização do amor materno, ainda o mantém como fator fundamental para o bom exercício da maternidade. Trata-se da reprodução de uma tirinha da série *Calvin e Haroldo*, criada por Bill Watterson e publicada por jornais de diversos países, no período entre os anos de 1985 e 1995. A série de tirinhas retrata a vida de um garoto de seis anos e suas relações com diversos personagens como seus pais, sua professora, seu tigre de pelúcia e amigo imaginário (Haroldo), dentre outros. Através da imaginação aguçada de Calvin e de sua

ingenuidade infantil, o autor debate diversos temas como a educação, as relações parentais e entre professor e aluno, o amor, dentre outros. Na publicação em questão, o tema é a natureza do amor materno. Calvin acorda sua mãe aos berros de madrugada para perguntar se o amor seria “*apenas uma reação bioquímica com o objetivo de perpetuar nossos genes*”. A mãe, que acorda atordoada e atende prontamente ao chamado do filho, responde ironicamente que, independente do que o amor seja de fato, deve ser a “*única coisa*” que a estava “*impedindo de estrangular*” o menino que interrompeu seu sono – sabemos, muito caro às mães em geral – para fazer uma mera pergunta, ou seja, por um motivo que, de longe, colocaria em risco a perpetuação da espécie.

Se olharmos a ilustração considerando a função textual do discurso, ou seja, aquela que se cumpre a partir da articulação dos elementos verbais e não verbais das composições, podemos perceber que a informação posicionada na parte superior, lugar do que é concebido socialmente como ideal, representa o amor como resultado da biologia e como o garantidor da prontidão materna às necessidades infantis. Em contrapartida, nos quadrinhos inferiores, é apresentada uma realidade que subverte a informação inicial, qual seja: mães também têm sentimentos negativos em relação aos filhos e o amor não é algo que existe somente para garantir a procriação da espécie, mas também para que as mães consigam suportar as dificuldades da maternidade. Mesmo contestando a preponderância e a inerência do amor materno, a publicação continua representando-o como algo necessário ao exercício da maternidade, como aquilo que inclusive impede a manifestação de uma realidade materna mais sombria, incompatível com a procriação.

De fato, o amor materno, até hoje, é um fator de extrema importância na manutenção das mulheres na posição de únicas responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos. No entanto, diferente do que as publicações acima afirmam, ele não é algo natural. Trata-se, em contrapartida, de uma noção construída paulatinamente, entre os séculos XVIII e XX, que unindo discursos médicos, religiosos e estatais, teve como objetivo produzir a necessidade de que as mães priorizassem sua função materna. Nesse sentido, elas mesmas deviam garantir a saúde, a alimentação e o desenvolvimento dos seus filhos, não mais lhes enviando aos cuidados de amas-de-leite, incapazes de promover as condições necessárias para a boa criação de cidadãos. Os cuidados das próprias mães deveriam reduzir os índices de mortalidade infantil, fenômeno na mira dos poderes que visavam à construção de uma sociedade higienizada, produtiva e moralmente disciplinada. (BADINTER, 1985).

Presumir que as mães têm que amar seus filhos torna obrigatória uma miríade de sacrifícios feitos em prol deles. Diversas estratégias de controle do corpo e dos comportamentos da mulher – seja no momento da gestação, do puerpério, e ao longo de praticamente toda a sua vida – são justificadas tomando como base esse sentimento supostamente natural e que serve à manutenção da espécie. Desde os manuais higienistas do início do século XX, encontramos prescrições de como a mulher deve cuidar da sua saúde durante a gravidez, bem como orientações sobre a melhor forma de criar bebês. No âmbito das redes sociais, ainda notamos a reprodução dessas formas de controle, na medida em que vemos diversas postagens recontextualizarem o gênero manualístico (BENITO, 2012). Mais especificamente, o formato de folheto informativo (COSTA, 2008) tem sido intensamente utilizado no Instagram para efeito de prescrições de toda ordem. O ‘manual’ trata-se de um gênero em que há o predomínio de um “discurso instrucional e didático, em que as orientações são dadas usando-se o imperativo, o infinitivo, sempre numa interlocução direta com o leitor.” (COSTA, 2008, p. 164). Seu conteúdo consiste em normas ou ordens (implícitas ou explícitas) sobre procedimentos ou comportamentos para que algo seja bem executado. É comum que o manual funcione como uma lista de mandamentos baseados no cânone estabelecido, de modo que segui-lo deixa de ser opcional e torna-se mandatório e reforçado socialmente.

São muitas as postagens no Instagram cujo objetivo é “dar dicas” às mães sobre os mais diversos assuntos, tais como comportamento, saúde, alimentação, trabalho e outros. Apesar de utilizarem a palavra ‘dica’, que remete a uma ação facultativa, um conselho informal a quem possa interessar, tais postagens recuperam as características de um manual de instrução, na medida em que geralmente são veiculadas por profissionais da saúde, baseadas num conhecimento supostamente científico e cujas características discursivas cumprem a função de instrumentalizar o usuário a fazer algo. É curioso notar a quantidade de postagens que segue esse formato nos perfis sobre maternidade, todos atravessados pelo sentido de que as mulheres devem ser ensinadas a respeito do que fazer com seu corpo, de como devem se alimentar e a que profissionais devem recorrer, para que consigam exercer idealmente seus papéis de mãe.

Na Figura 4.0 vemos uma postagem que resume bem essas prescrições:

Figura 4.0



- Aqui vão algumas dicas:
- 1 O sono é fundamental para a saúde da mãe e do bebê;
 - 2 Seu bebê sente suas emoções, sejam boas ou ruins. Evite estresses e situações que podem gerar instabilidade emocional.
 - 3 Uma boa alimentação faz toda a diferença. Procure comer de forma saudável e personalizada, para atender suas necessidades.
 - 4 Procure se exercitar regularmente, pelo menos 30min 5 vezes na semana.
 - 5 Não esqueça de se atentar aos exames que precisam ser realizados durante o pré-natal. Eles servem para diagnosticar possíveis alterações na mãe e no bebê.

A postagem é realizada por uma médica obstetra e tem como objetivo dar “5 dicas para uma gestação mais saudável”. Na imagem, figura uma mãe negra sorrindo, retratada de frente para o observador e com pouca roupa, de modo a exibir seu corpo, sobretudo, sua barriga grávida, posicionada como o centro da informação, tanto que seus olhos ficam de fora do enquadramento. A mulher também pousa as mãos sobre o ventre, formando um coração, símbolo universal do amor. As dicas aparecem na legenda, expostas em forma de tópicos que versam sobre a necessidade de que essas mães cuidem do sono, da alimentação, da saúde mental, já que o bebê “*sente suas emoções, sejam boas ou ruins*” e de que realizem atividades físicas, “*pelo menos 30 min 5 vezes na semana*” e seus exames pré-natais, para “*diagnosticar alterações*” o mais cedo possível.

Vemos, portanto, como é demandado que a mulher ponha o seu corpo, seu tempo e sua subjetividade a serviço da maternidade. O cuidado com sua saúde deve ser incentivado, na medida em que isso corresponde à saúde física do bebê que, por sua vez, deve ser atestada por exames médicos. No mesmo sentido, deve ter atenção às suas emoções, pois seu sofrimento psíquico pode refletir-se em algum mal-estar para seu filho. A mulher não é, portanto, posicionada como alvo real de preocupação e, sim, somente na medida em que seu corpo é o meio para gerar uma vida saudável. Contraditoriamente, é representada, ao mesmo tempo, como um agente passivo e ativo na condução da boa maternidade; passivo, porque precisa seguir prescrições médicas e por ter que ceder seu corpo e otimizá-lo em favor do melhor desenvolvimento do feto; e, ativo, na medida em que deve se responsabilizar por todo o trabalho relativo a isso, dispendendo boa parte do seu tempo na realização dessas atividades. No entanto, as mãos em forma de coração trazem a

noção de que tudo isso é feito em prol do amor que essa mãe sente naturalmente pelo filho. Esse sentimento, por sua vez, é visto como algo que ameniza as agruras da maternidade, que torna possível o engajamento da mulher nessa função, de modo que ela se sente impelida ao sacrifício, quase involuntariamente.

Percebemos aqui, o discurso do maternalismo científico, característico do início do século XX, ser recontextualizado. Dessa vez, sem grandes pretensões patrióticas nem de reconstrução da nação, mas agora atravessado pelas exigências do novo regime de visibilidade das redes sociais (SIBILIA, 2016). Vimos como os almanaques femininos e os manuais de puericultura ajudaram a construir e difundir a ideologia da mãe moderna, ícone de grande importância para a construção de uma República sem vestígios do modo de vida colonial. O discurso científico, fortemente recrutado para formatar uma nova cultura materna, era o conhecimento por excelência para instruir as mulheres sobre a melhor forma de criar e educar os cidadãos de uma sociedade civilizada baseada no progresso e no desenvolvimento da nação. (FREIRE, 2008).

O passado colonial brasileiro trazia consigo práticas familiares que deveriam ser reformuladas, higienizadas, tornadas assépticas; livres da desordem, da degradação física e moral e da falta de decoro dos tempos coloniais (FREIRE COSTA, 1975). Dessa forma, a atribuição do aleitamento materno e dos cuidados infantis às amas de leite ou mães pretas passou a ser condenável, em favor do incentivo ao exercício pleno da maternidade – gerar, parir, amamentar, cuidar, instruir – pela própria mãe (obviamente algo restrito às mulheres da classe média burguesa). Apesar de recorrerem à noção de instinto materno para justificarem a necessidade de que a mulher assumisse tais atribuições – do contrário seria ‘desnaturada’ – afirmavam a necessidade de otimizar sua inclinação natural através da doutrinação médica. Assim, as mães em geral passaram a ter de cumprir critérios e boas práticas que se referiam desde à nutrição, ao desenvolvimento físico e mental e também à educação cívica e moral dos futuros cidadãos. (FREIRE, 2008).

O incentivo ao aleitamento materno pela própria mãe biológica figurou como uma das principais ações higienistas. Essa prática passou a ser representada como o dever natural da mulher, que na sua condição de animal mamífero, não poderia declinar das obrigações impostas por sua biologia ao preço de ser associada a feras cruéis, o que gerava intenso sentimento de culpa. Freire Costa (1975) afirma que os objetivos desse estímulo à amamentação não se resumiam à promoção dos cuidados com o filho, mas também cumpria

o papel de normatizar a função social da mulher, isto é, de estabelecer os trilhos sobre os quais sua vida social deveria acontecer.

O propósito de converter as mulheres ao modelo da ‘mãe amorosa alimentando o bebê’ era nítido. O que nos leva a supor que a pressão higiênica em favor da amamentação tinha outros objetivos, além da proteção à vida das crianças. Com efeito, a nosso ver, a mãe deveria compulsoriamente amamentar porque essa tarefa, além de proteger a vida dos filhos, regulava a vida da mulher. A mulher que não amamentasse isentava-se, automaticamente, de uma ocupação indispensável à redefinição de seu lugar no universo disciplinar. (FREIRE COSTA, 1975, p. 258).

A Figura 5.0 mostra como a regulação do aleitamento materno continua ocorrendo através das interações no Instagram. O discurso, mais uma vez, possui as características de manual de instrução, mas, nesse caso, as orientações aparecem excessivamente detalhadas, de modo que o simples ato de levar o bebê ao peito para amamentá-lo é subdividido em diversas etapas que devem ser seguidas à risca para não correr o risco de causar danos aos seios da mulher. A postagem inicia denunciando a naturalização da dor ao amamentar. A usuária, que é consultora de amamentação, afirma que essa atitude seria inadmissível para qualquer outra dor, como “*dor nas costas*”, então por que afirmar que “*a dor para amamentar precisa ser aguentada até passar?*” (*sic.*). Dessa maneira, constrói sua argumentação de modo a mostrar que essa dor decorre do fato de as mães ignorarem um saber muito específico sobre o aleitamento materno que ela, enquanto especialista, detém. Assim, justifica a necessidade do seu saber e da sua técnica, garantindo assim seu nicho de trabalho.

Figura 5.0



plantaio_materno Quando você sente dor em algum lugar, recorrentemente, e busca ajuda médica, provavelmente o profissional não vai te dizer: “aguenta que passa”, ele vai investigar a causa da dor. Por que naturalizamos dizer que a dor para amamentar precisa ser aguentada até passar?

Não é só a pega que causa dor. Aliás, a tal boca de peixinho, mega aberta, geralmente não é um bom indicativo de boa pega.

Arrasta pro lado e veja: uma boa pega tem queixo encostando na mama, lábios neutros, bochechas cheias e nariz liberado, com a cabecinha do bebê levemente inclinada pra trás.

Se, mesmo com a pega aparentemente boa ainda seguir doendo, não aceite de NINGUÉM o pitaco de aguentar até calear.

Vamos por exclusão, se a pega aparentemente está ok:

- posicionamento: bebê bem alinhado, barriga com barriga para o corpo da mãe;

- apoie a sua mama em C. Mesmo o peitinho pequeno. Dar sustentação faz com o que o bebê precise menos força para sustentar o peso da mama na boquinha e tende a relaxar e mamar com menos esforço, diminuindo a dor;

- leve o bebê ao seio, e não o seio ao bebê. Pode parecer bobagem, mas faz toda diferença.

- esvazie a mama antes de oferecer, se estiver cheia demais. Assim o bebê abocanha a areola melhor e não escorrega pra ponta do mamilo;

- descarte candidíase, fenômeno de raynaud e outras patologias;

- avalie freios orais com profissional habilitado;

- evite uso de bicos artificiais. A sucção no seio usa um grupo de músculos diferente do chupar chupeta. Peito se suga, chupeta se chupa. E essa diferença no uso de musculatura faz com que o bebê que usa chupeta venha ao seio querendo chupar e não sugar, o que causa trauma mamilar;

- avalie o fluxo de leite: baixa produção pode fazer o bebê aumentar o esforço na sucção e causar dor.

Ainda sente dor? Busque ajuda especializada nos bancos de leite da sua cidade (sabia que eles dão assessoria em aleitamento gratuita? Não é só pra doar leite não!) ou de consultoras de lactação. Eu atendo em Porto Alegre presencialmente e online pro mundo ;)

Lembre-se que amamentação é aprendizado, e que raramente acontece com facilidade e “naturalmente”.

Ortega y Gasset (1930) adverte sobre os problemas do ‘especialismo’. Segundo ele, a técnica surge da associação entre o capitalismo e a ciência experimental, a partir do século XIX. Essa junção é algo único na história da humanidade e foi o que possibilitou um progresso ilimitado da ciência que, por consequência, formou uma casta de técnicos: “engenheiro, médico, financista, professor, etc.” (p.178), ou seja, os homens de ciência que, ironicamente, ele chamou de “cume da humanidade europeia” (p. 179). O autor realiza, então, uma crítica a esse personagem afirmando que a própria técnica o torna um “homem-massa”, isto é, um homem comum, vulgar, mediano. Explica isso apontando o intenso processo de especialização desses homens que, apesar de permitir o desenvolvimento das ciências, faz com que se encerrem “num campo de ocupação intelectual cada vez mais estreito.” (ORTEGA y GASSET, 1930, p. 180). Dessa maneira, perdem, cada vez mais, o contato com outras áreas do conhecimento, impedindo uma visão integral da realidade. Além disso, esse processo de especialização vem acompanhado por uma intensa mecanização do trabalho científico, tornando-o extremamente racionalizado, resumindo-se a um conjunto de tarefas padronizadas que podem ser realizadas por qualquer pessoa que for treinada para tal, não exigindo amplas capacidades reflexivas.

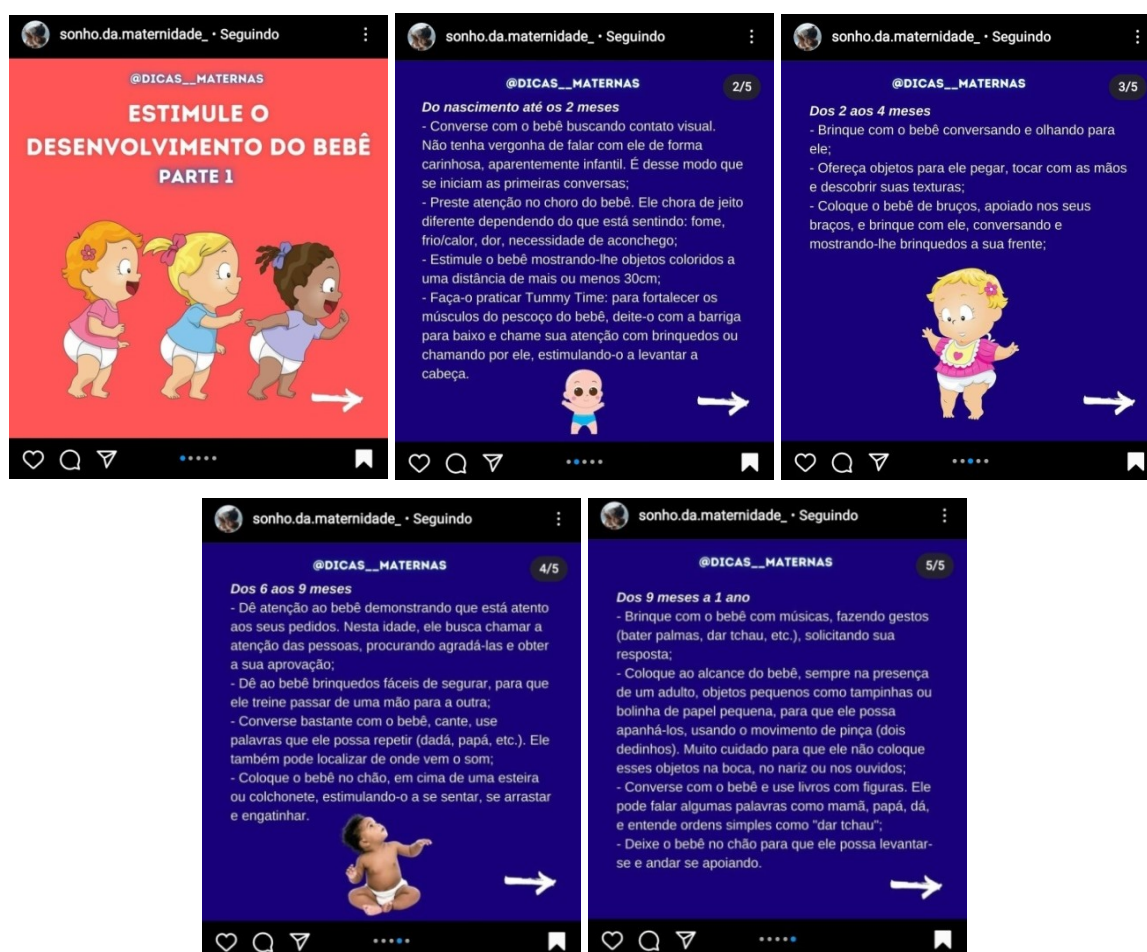
Trabalha-se com um desses métodos como uma máquina, e nem sequer é forçoso, para obter abundantes resultados, possuir ideias rigorosas sobre o sentido e o fundamento deles. Assim, a maior parte dos científicos propelem o progresso geral da ciência encerrados num nicho de seu laboratório, como a abelha no seu alvéolo. (ORTEGA y GASSET, 1930, p. 182).

Vemos, no texto da postagem, a compartimentalização de uma tarefa orgânica, como se cada etapa do ato de amamentar exigisse um conhecimento especializado para ser

realizado. A “boa pega” é trazida como um conceito definido por um conjunto de movimentos e posições como “*barriga com barriga para o corpo da mãe*”, “*apoie a mama em C*”, “*leve o bebê ao seio e, não o seio ao bebê*”, “*esvazie a mama antes de oferecer*” que garantirá o aleitamento perfeito. Há também a criação de diferenças entre termos que, à primeira vista, podem ser sinônimos. A usuária expõe que “*sugar*” é diferente de “*chupar*”, sendo o primeiro o movimento que o bebê realiza para extrair o leite do seio materno e o segundo, aquele que ele faz ao se alimentar através de bicos artificiais. A amamentação passa a ser algo mecânico, que deve ser reproduzido de acordo com uma norma, criada muito mais para justificar uma especialidade do que para auxiliar as mulheres nas suas tarefas maternas. Produz-se, assim, mais um protocolo a ser seguido para ser uma boa mãe, segundo o qual esta será avaliada e julgada e entrará na lista da infinidade de coisas com as quais precisa se ocupar.

Para além dos cuidados com a saúde materna em prol de uma gestação saudável e da regulação da amamentação, outra obrigação materna apontada pelo discurso higienista é promover o bom desenvolvimento das crianças. No Instagram, também encontramos postagens que trazem à cena tais atribuições. No entanto, o fazem de forma mais ritualizada e especializada. A postagem ilustrada na Figura 5.0, assim como no exemplo anterior, divide o primeiro ano da criança em períodos e indica que atividades devem ser estimuladas para que a criança adquira de forma satisfatória diversas capacidades que, talvez, seriam conquistadas de toda maneira, através das interações cotidianas com os outros e com o ambiente, independente de tal esforço materno.

Figura 6.0



Ao intervalo de dois meses de vida, tais atividades devem ser incrementadas, de modo que o bebê progrida em seu desenvolvimento. No entanto, percebemos pouquíssimas diferenças entre aquilo que é recomendado em cada fase. Basicamente, trata-se de “conversar”, “brincar”, “dar atenção”, “estabelecer contato visual”, “interagir” com o bebê, apresentar a ele objetos do mundo e deixa-lo interagir com eles. É de se refletir sobre a necessidade de compartimentalizar tanto assim o tempo de vida da criança e de supostamente especificar suas necessidades em cada fase. Apesar de não acrescentar conhecimentos tão inéditos assim para as mães, esse tipo de discurso cumpre o efeito de recrutar a preocupação delas, de fazer com que sintam a necessidade de buscar conhecimentos específicos e de contratar seus respectivos especialistas, uma vez que são posicionadas num lugar de não saber, ao mesmo tempo em que são intensamente cobradas e reforçadas por saber.

No rol das formas de instrução voltadas para as mães, acreditamos que o que foi exposto até aqui seja suficiente para compreendermos a força do discurso higienista, de modo que até hoje continua sendo recuperado nas interações online. No entanto, esse

fenômeno pode ser ilustrado por uma infinidade de outros exemplos como as recomendações por consultores de sono, por nutricionistas que tecnizam todo o processo de introdução alimentar, pelos gerenciadores de crises emocionais e que recomendam uma criação positiva e com apego. O que é comum a todas essas estratégias é que todas tendem a exacerbar as tarefas delegadas às mulheres, a fazer crescer o número de requisitos necessários a uma maternidade ideal e a criar motivos para a culpabilização das mulheres, caso não cumpram todas essas metas. É curioso notar o quanto essas estratégias instrucionais deixam a entender que se as mães não seguirem suas orientações, não contratarem seus serviços, não acatarem suas orientações elas sofrerão de algum modo ou colocarão em risco a saúde e o desenvolvimento da sua criança. Cria-se assim uma patrulha do comportamento da mulher que é exercida pelos profissionais de saúde, mas também pelas interações online e offline entre mulheres que reproduzem a noção de ideal.

Atualmente, ainda que presenciemos usos políticos da maternidade, já que as mulheres ainda são o alvo da maioria das políticas públicas de assistência social e de saúde; no âmbito das redes sociais, o discurso do maternalismo científico aparece a serviço de outras forças ideológicas cujos objetivos não são necessariamente o melhoramento da nação. Se considerarmos a função interpessoal do discurso, podemos perceber que essas postagens se endereçam a mães que, presumidamente, querem ter uma gestação mais saudável, querem amamentar seus filhos e que desejam promover o desenvolvimento deles. Podem, de fato, desejar isso pelo motivo óbvio de que sua gestação ocorra livre de intercorrências ou de preservar a saúde e a vida de seus filhos, mas também e, sobretudo, porque precisam mostrar que são boas mães, para si e para os outros. Aqui, a mãe exemplar não é afirmada em favor de um prisma nacionalista, mas, sim, em favor da lógica da promoção e da exposição de si, cada vez mais presente como uma exigência social do mundo conectado. Dessa maneira, em nosso tempo, além de perseguir o ideal materno prescrito pelos saberes médicos e científicos dos especialistas, é necessário publicar isso nas redes, ou seja, não somente ser uma mãe ideal, mas, sobretudo, ‘parecer’ ser.

Paula Sibilía (2016) discorre sobre como se produziu essa necessidade contemporânea de exibição da intimidade (ou ‘extimidade’, termo que prefere ao primeiro) no mundo da Internet 2.0. Esse fenômeno fundou uma intensa modificação das barreiras entre os mundos público e privado, uma vez que coisas cotidianas, que antes aconteciam entre quatro paredes e diziam respeito somente ao núcleo familiar, devem agora ser compartilhados na rede e passar pelo escrutínio do coletivo. É como se estivéssemos saindo

do regime da privacidade e da discrição, em que a imagem pública era extremamente restrita e calculada, para o regime da autenticidade, que convoca as pessoas a revelarem o que ‘realmente’ são, a serem genuínas, a não esconderem nada. Houve, portanto, uma intensificação das narrativas biográficas, uma vez que o mundo tornou-se voraz pelo consumo de histórias que versam sobre a vida real. No entanto, a autora reflete sobre se aquilo que é mostrado trata-se, de fato, do que a pessoa vive ou se seria algo editado e preparado para ser mostrado ao público, de modo a criar uma fronteira bastante tênue entre o que é real e o que é ficcional: “Aproveitando vantagens como os diversos graus de anonimato e a facilidade de recursos que oferecem as mídias interativas, por exemplo, os habitantes desses espaços montariam espetáculos de si mesmos para exibir uma intimidade inventada” (SIBILIA, 2016, p. 60).

Dessa maneira, apesar de uma busca incessante pela autenticidade, há uma necessidade equiparável de aprovação, de ter a existência legitimada através dos *likes*, dos comentários e do número de compartilhamentos; ou ainda, de modo a evitar a reprovação ou o famoso “cancelamento” dos últimos tempos, como se o valor pessoal pudesse ser quantificado através desses escores. O cancelamento trata-se de uma forma de boicote ou de ostracismo realizados contra pessoas ou empresas, que se manifestam de modo reprovável nas redes sociais ou no mundo off-line. A pessoa cancelada é penalizada virtualmente, de modo a perder seguidores, número de *likes* e de visualizações de seus conteúdos. Além disso, é comum a atitude tanto de empresas como de pessoas de desvincular sua imagem da de quem caiu no ostracismo das redes; tanto para manter sua idoneidade moral, como para evitar o próprio cancelamento. Apesar de essa imputação acontecer, sobretudo com grandes empresas ou com celebridades que têm seus lucros dependentes da sua performance no mundo virtual, essa constante patrulha do comportamento social tem se alastrado pelas trocas virtuais ordinárias como um código de conduta a ser seguido. Os motivos de cancelamento são inúmeros, podem dizer respeito a questões de gênero, raciais, econômicas ou políticas, mas sempre se tratam de algo relacionado à boa conduta, julgada de acordo com a ideologia ou a moral dominante em determinado grupo. Os conteúdos publicados por mães no Instagram são intensamente moldados por essas preocupações. Analisemos a seguinte postagem:

Figura 7.0



felicidade, tristeza, exaustão, e principalmente, preocupação. Ela emagrecia a cada consulta ao pediatra, não fazia xixi nem coco suficientes e ficava 4 horas seguidas pendurada no meu peito. Eu, prestes a entrar numa depressão pós parto, resolvi buscar ajuda com uma profissional em amamentação. Stephanie me recebeu em sua casa e acolheu todo o choro que tinha dentro de mim. Na consulta descobrimos que eu estava com baixa produção de leite, notícia que não foi fácil digerir! Senti a impotência de não ser mulher o suficiente pra produzir o alimento que minha filha precisava. Sai de lá com o apoio e carinho do meu marido e com a parafernália pra fazer a amamentação via transactação. Mas eu não havia desistido de amamentar. Apelei pra todos os procedimentos possíveis que poderiam aumentar minha produção de leite, dos científicos às mandingas: cápsula de alfafa, plasil de 12 em 12 horas, acupuntura semanal, estímulo com a bombinha, canjicada, cerveja preta, rapadura. A quantidade aumentou, mas nunca consegui amamentar exclusivamente com leite materno. Desmamei Marieta com 5 meses, que pegou a mamadeira numa boa, nunca adoeceu e me faz muito realizada com o vínculo que temos. Aproveito essa semana tão importante da amamentação pra compartilhar minha história porque, só quando aconteceu comigo, foi que descobri o quanto essa questão é comum. A maternidade pode ser cruel se você não segue as regras escritas nos livros. Aleitamento materno é a melhor coisa para o bebê? Sem dúvida! Mas quem não consegue não é menos mãe por isso. Viva as que amamentam e as que não amamentam! E todas as mães que alimentam! #semanadoaleitamentomaterno

A publicação foi realizada pela consultora de moda e comunicadora Giovanna Nader, famosa pelo seu ativismo no campo da moda sustentável e pela produção e apresentação de podcasts e programas televisivos a respeito do tema. Por ocasião da Semana Mundial do Aleitamento Materno¹⁷ do ano de 2018, resolveu publicar sua experiência ao tentar amamentar sua primogênita. Na foto, posa oferecendo mamadeira para sua filha, provavelmente contendo fórmula infantil, em posição similar a da amamentação, como se quisesse esmaecer as diferenças entre oferecer leite artificial e leite materno. No texto, relata suas dificuldades em amamentar e as repercussões emocionais decorrentes disso. Mesmo com toda sua persistência e, apesar de utilizar todos os recursos disponíveis para aumentar sua produção láctea, Giovanna precisou desmamar sua filha aos cinco meses de idade, pois não conseguiu produzir leite suficiente para que ela ganhasse peso e se desenvolvesse satisfatoriamente. Decisão esta que não foi tomada sem sofrimento e sem a sensação de fracasso. Ela confessa que passou a gravidez “*sonhando com a amamentação e condenando fórmulas lácteas*” e mais adiante afirma: “*Senti a impotência de não ser mulher o suficiente pra produzir o alimento que minha filha precisava*” (sic.). Afirma, então, que o desmame precoce (pelo menos segundo as diretrizes dos órgãos de saúde) não causou nenhum malefício à sua bebê nem prejudicou seu vínculo com ela. Por fim, reflete que essa experiência lhe permitiu pôr em perspectiva seus anseios sobre a maternidade, fazendo com

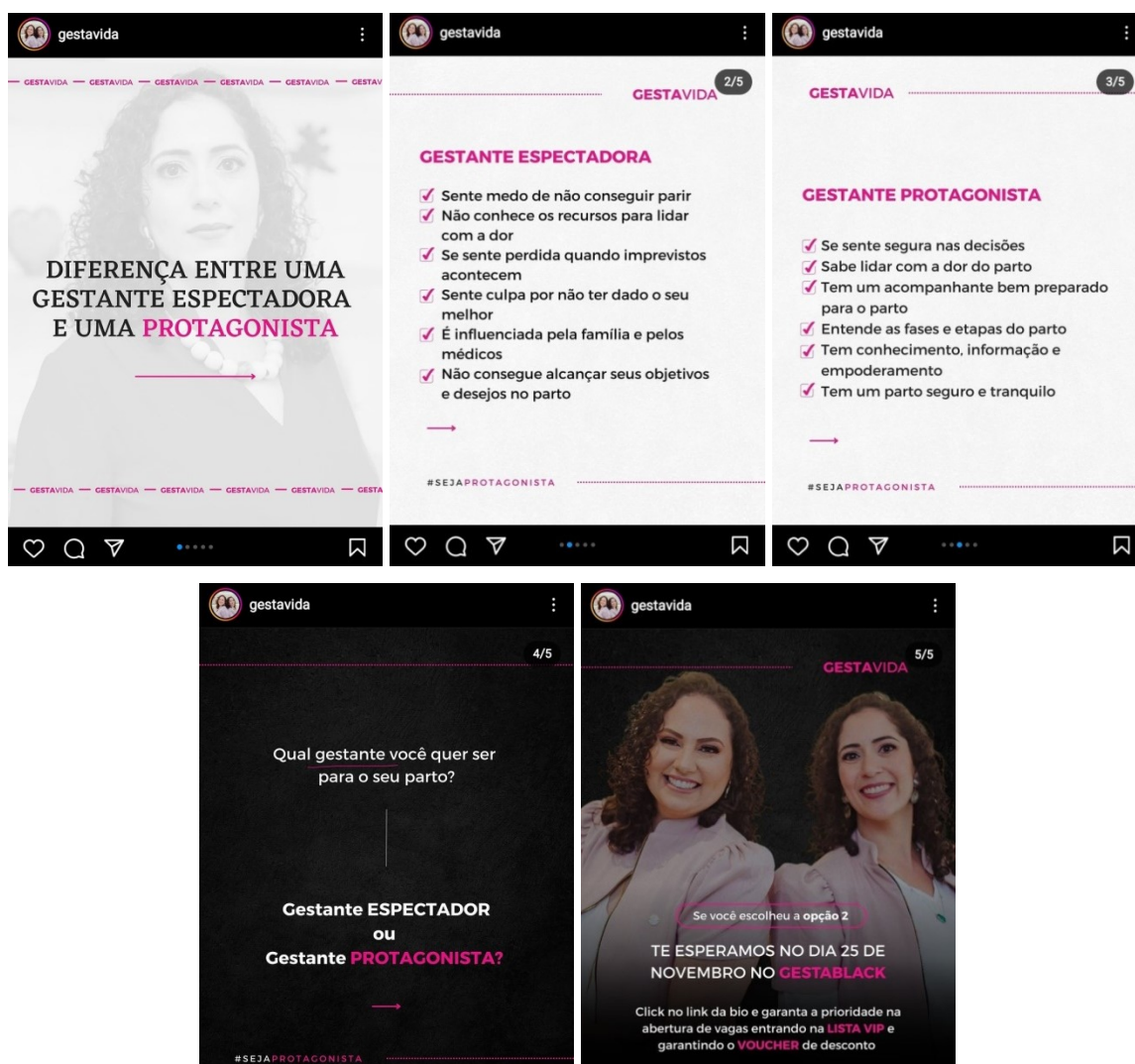
¹⁷ Evento criado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em parceria com a UNICEF, em 1992, com o objetivo de incentivar o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida do bebê.

que percebesse o quanto ela “*pode ser cruel se você não segue as regras escritas dos livros*” e o quanto é comum fugir à regra.

O relato da ativista parece ter a intenção de desabafo, no sentido de que visa à exposição de como foi sofrido para ela perseguir a máxima fomentada pelo discurso médico científico e alardeada no senso-comum e nas postagens em redes sociais de que amamentar, sem dúvidas, é “*a melhor coisa para o bebê*”. No entanto, vemos que não é simples expor experiências que se distanciem de uma maternidade esperada. Não basta, portanto, afirmar que são diversas as formas de maternar e que as tecnologias disponíveis podem ser salutares quando a natureza “falha”. É preciso apresentar uma série de motivos, todos independentes da vontade da mulher, para que o ideal não tenha sido alcançado. O uso da fórmula infantil como uma escolha parece ser uma conduta reprovável moralmente, pois deve ser utilizada somente no caso em que todos os esforços para amamentar foram empreendidos, mas sem sucesso. Dessa maneira, até se pode comunicar um desvio do ideal materno, mas não sem antes reforça-lo como cânone e afirmar ter feito tudo para persegui-lo, o que concede a absolvição dessa mãe frente ao tribunal das redes, protegendo-a do cancelamento.

É impressionante como todo novo discurso sobre a maternidade, mesmo aqueles mais emancipatórios, que se propõem a restabelecer às mulheres o poder sobre si mesmas, tem o potencial de virar novas prescrições e compor o rol de obrigações maternas. Mesmo com todos os avanços tecnológicos, políticos, culturais e sociais do último século, que permitiram às mulheres um maior controle sobre os processos reprodutivos, a possibilidade de ocupar espaços públicos e uma relativa liberação sexual, ainda constatamos a força retórica de discursos que teimam em posicioná-las num lugar subalterno, isto é, daquela que não sabe sobre si e precisa ser instruída, tanto sobre suas conhecidas obrigações materno-domésticas; mas agora, também sobre como deve se empoderar e lutar pelos seus direitos. A postagem a seguir (Figura 8.0) mostra como os discursos provenientes do movimento social pela humanização do parto e do nascimento une-se à lógica instrucional dos manuais, mudando o conteúdo daquilo que deve ser ensinado às mulheres, mas mantendo a forma.

Figura 8.0



A postagem foi realizada pelo perfil @gestavida que se trata de um coletivo de profissionais da saúde, sobretudo fisioterapeutas, que oferece uma série de serviços – como exercícios para gestantes, acupuntura, preparação do assoalho pélvico, dentre outros – cujo objetivo é preparar a gestante para o parto. A publicação pretende estabelecer “a diferença entre a gestante espectadora e a gestante protagonista” e aponta as vantagens da última em relação à primeira, o que é explícito desde o início da postagem, através do destaque da palavra ‘protagonista’ em rosa. Essa comparação é realizada basicamente a partir da contradição entre uma posição passiva e ativa em relação ao parto. A ‘gestante espectadora’ é aquela que apenas assiste ao parto, não sendo a principal agente dele. Tem medo da dor de parir, não sabe fazer nada para lidar com ela e fica perdida frente a imprevistos do parto. Resta-lhe, apenas, a influência da família e dos médicos, que é vista como não confiável. Dessa maneira, por não ter buscado os serviços da Gestavida, não conseguirá atingir seus objetivos e desejos ao parir, de modo que sentirá culpa “por não ter dado o seu melhor”.

Em contrapartida, a gestante protagonista é aquela que obviamente vai aderir ao pacote de serviços do grupo – o Gestablack, também destacado em rosa – e, portanto, saberá lidar com a dor do parto, já que receberá “*conhecimento, informação e empoderamento*”, de modo que se sentirá “*segura nas decisões*” e, assim, terá “*um parto seguro e tranquilo*”. Fica a impressão de que o poder em relação ao parto reside na escolha pela compra dos serviços. Após isso, parece que tudo o que é preciso para parir tranquilamente será garantido pelas profissionais. É contraditório o fato de que o protagonismo da mulher reside somente na sua ação como consumidora. Todas as outras atividades necessárias à empreitada do parto serão promovidas por outrem, como se magicamente a relação que ela tem com seu corpo, com sua dor e com suas expectativas pudesse ser determinada pelo acompanhamento profissional, este sim capaz de garantir que o parto normal aconteça e seja tranquilo.

A década de 1980, no Brasil, presenciou a construção e o desenvolvimento do movimento social para a humanização do parto e do nascimento. Esse movimento foi formado tanto por profissionais da saúde (como enfermeiras e médicos obstetras, fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc.); bem como por instituições do Terceiro Setor formadas por mulheres intelectualizadas da classe média urbana, defensoras de uma ideologia ecológica e espiritualista, típica dos desdobramentos dos movimentos de contracultura da década de 1960. Em resumo, a agenda de tal mobilização baseava-se na proposta da OMS de 1985 cujo objetivo era incentivar o parto vaginal e o aleitamento imediatamente após o nascimento, garantir o direito da mulher à presença de um acompanhante ao parir, bem como coibir práticas médicas excessivamente intervencionistas como partos cesáreos desnecessários, episiotomia¹⁸ e tricotomia¹⁹. (TORNQUIST, 2002).

O objetivo das reivindicações era questionar a excessiva medicalização dos processos reprodutivos uma vez que não se tratavam de eventos patológicos, mas sim de acontecimentos de ordem existencial e social, de modo que deviam ser arbitrados pela mulher e por sua família e, não, pela medicina. Além do mais, apontavam que essa rotina de parto tecnologizado estava muito mais a serviço da otimização da prática médica e dos serviços hospitalares do que da saúde da mulher e do bebê; podendo, inclusive, trazer malefícios para ambos. Para o movimento, essas transformações estariam atreladas a uma mudança maior, de ordem cultural, que visava à contraposição de um ideal civilizatório ocidental, cuja tendência é tecnologizar e racionalizar todas as esferas da vida, distanciando-a de seus processos naturais e fisiológicos. No entanto, ao fazer frente à hiperinflação de

¹⁸ Corte no períneo da mulher para facilitar a passagem do bebê pelo canal vaginal, durante o parto.

¹⁹ Raspagem dos pelos pubianos antes da realização do parto, com o argumento de torna-lo mais asséptico.

uma cultura ocidental, racionalista, tecnicista e patriarcal e que, tradicionalmente, posiciona a mulher num lugar secundário, acabam generalizando sua contestação à cultura de uma forma geral, que passa a ser vista como algo que apenas constrange a natureza e traz malefícios e, não, como algo que faz parte da condição humana. (TORNQUIST, 2002).

Dessa maneira, ‘humanizar’ o parto trata-se de descentralizar a figura do médico do cenário do parto, de oferecer condições mais dignas para as mulheres – protegendo-as de violências obstétricas e de incluir a família nesse evento – permitindo a presença de acompanhantes. O foco principal do discurso do movimento é situar a mulher como protagonista dos seus processos reprodutivos, devolvendo-a o poder sobre seu próprio corpo; poder este que fora tomado pelo saber médico. No entanto, esse protagonismo deve ser realizado na medida em que essa mãe busque o caminho de ‘recuperação’ da sua natureza perdida no processo civilizatório, o que na prática, significa optar pelo parto vaginal sem anestesia, assistido por um grupo de mulheres (agora, todas profissionais) que utilizarão métodos ancestrais, tidos como mais eficientes do que os hospitalares; amamentar em livre demanda, porque isso naturalmente facilita a recuperação pós-parto e proporciona a melhor defesa imunológica para a criança; e restabelecer uma relação instintual precoce entre mãe e filho, direito este que foi completamente negado pela forma como os nascimentos ocorriam nas maternidades em geral. Contraditoriamente, toda essa recuperação da natureza feminina não se dá sem ajuda, sem alguém que ofereça as diretrizes para tanto.

O empoderamento das mulheres passaria pelo resgate dos poderes e saberes femininos que o processo civilizatório teria eliminado ou submetido. Esses poderes estariam centrados na condição natural, biológica e instintiva da mulher, ou seja, a sua sexualidade, sua capacidade reprodutiva, seu instinto maternal. No entanto, há um reconhecimento de que é preciso aprender a resgatar esses saberes ancestrais, de onde a necessidade da didática do parir e do maternar. (TORNQUIST, 2002, p. 489).

Badinter (2011) também alertou para o resgate de certo naturalismo a respeito da maternidade, a partir da década de 1980. Ela afirma que, por ocasião do desenvolvimento do pensamento ecológico, difundiu-se pela humanidade um estado de alerta generalizado a respeito dos malefícios provenientes do modo de vida capitalista. A excessiva industrialização, o desenvolvimento da indústria farmacêutica, o contínuo desmatamento em prol tanto das monoculturas, mas também da especulação imobiliária, gerou um dano irreparável à natureza e, a partir de então, estaríamos vivendo seus revezes, de modo que seria fundamental respeitá-la, resgatá-la e voltar a viver em consonância com ela. A natureza ganha, portanto, um caráter moral, de modo que não seguir suas diretrizes (que

contraditoriamente não seriam sequer definidas sem que a cultura fosse possível) trata-se de algo frívolo, desonesto e reprovável pelos militantes de plantão.

Foi durante a década de 1970, sobretudo na Europa, que as mulheres estavam colhendo os frutos de anos de luta e reivindicações. Estavam usufruindo da possibilidade de compartilhar o mundo público com os homens, na medida em que puderam diferenciar-se dos seus processos reprodutivos. Muito dessa conquista foi decorrente do desenvolvimento de tecnologias como a dos anticoncepcionais, dos leites artificiais e toda uma série de produtos criados para facilitar o desempenho das atividades maternas – como fraldas descartáveis, mamadeiras, bombas de tirar leite, chupeta, dentre outros – fazendo com que essa mulher pudesse despender menos tempo sendo mãe e pudesse dedicar-se a outras esferas da vida. Dessa forma, recuperar a noção de instinto materno e fazer apologia a uma forma mais ‘natural’ de ser mãe mostra-se um desserviço aos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970 que buscaram uma maior igualdade entre homens e mulheres. Além disso, a moralização desse resgate do natural tem o efeito de culpabilizar as mulheres pelo mínimo desvio dessa natureza tão exuberante e potente, já que não a seguir pode trazer grandes malefícios para a saúde e o desenvolvimento do seu filho. Há de se pensar que mãe optaria pelo contrário.

Para além do caráter moral, a postagem da Figura 8.0 reforça que essa forma naturalística de parir é característica de uma mulher protagonista, ou seja, daquela que representa o papel mais importante daquela situação, que tem poder sobre o acontecimento do parto, não sendo, portanto, somente espectadora, passiva, incapaz de intervir no curso da história. A evidente contradição entre as noções de naturalismo e de protagonismo não é discutida, pois não se questiona sobre como é possível que alguém tão determinado pela natureza possa ser protagonista. O resgate da natureza parece fazer frente ao poder médico, mas não ao poder da biologia sobre o qual a mulher deve aprender e que será reforçado por toda sorte de outros profissionais cujo serviço será ficar a postos (mediante o pagamento de honorários pouco acessíveis) para garantir que a natureza funcione como deve. Há, ainda, a presunção de que por ser uma tendência natural é algo bom, agradável e deve ser atendido, como se a humanidade não tivesse se constituído justamente pela sua capacidade de produzir cultura através da qual conhece, intervém, controla e modifica a natureza.

Não se trata, porém, de fazer apologia aos excessos produzidos por uma cultura capitalista predatória e que ponha a natureza completamente a serviço das necessidades humanas. Da mesma maneira não afirmamos aqui que as mulheres devem continuar

submetidas à prepotência médica ou que não devam lutar pela sua dignidade na hora de parir. Estamos cientes das inúmeras formas de violência sofridas por mulheres, sobretudo as negras e de classes menos favorecidas, nos contextos em que precisam de assistência médica obstétrica. Sem dúvida, compartilhamos da ideia de que há tempos a civilização ocidental padece da unilateralidade e do exagero de um modo de vida racional, técnico, patriarcal, branco, androcêntrico, heteronormativo e que precisa ser equilibrado por formas alternativas de existência compostas por saberes múltiplos, que incluam outras dimensões da humanidade como os afetos, as relações entre as pessoas e uma nova ética frente à natureza. Na verdade, estamos querendo apontar para a recalcitrância do ideal materno, produto dessa mesma civilização, como um discurso regulador das vidas das mães, mesmo que contemporaneamente apareça com ares de discurso emancipatório. Queremos questionar discursos que se pretendem progressistas, mas acabam ressuscitando a velha aproximação entre o feminino e a natureza, pondo a perder a história penosa de muitas mulheres que empreenderam um intenso esforço para se diferenciarem de suas funções reprodutivas e, assim, poderem habitar a vida pública de modo mais igualitário com os homens.

Percebemos que antigas prescrições são recontextualizadas, fomentadas por novas demandas culturais e econômicas do mundo conectado; que novas prescrições são criadas, na medida em que se diversificam as expectativas sociais sobre a mulher, que hoje deve continuar cumprindo o papel da mãe do início do século, mas que também deve se empoderar, lutar pelos seus direitos e perseguir uma moral que vise à transformação civilizacional. O que parece não mudar é que a mulher sempre deve ser instruída para tais fins e que sempre vai estar a cargo dela qualquer mudança na forma como nossa sociedade divide as atribuições necessárias para os cuidados domésticos e com os filhos. As interações em redes sociais, como veremos adiante, até conseguem abrir um espaço de contestação desse ideal materno, possibilitando a denúncia de aspectos não idealizados da maternidade e a crítica das diversas formas de opressão das mulheres que decidem ser mães; no entanto, ainda não conseguem gerar transformações mais substanciais, na medida em que alguns temas ainda não podem ser discutidos e que, ainda, precisam se valer do humor, da charge e da ironia para apresentar suas reivindicações. Além disso, mesmo tendo o potencial de intensificar as trocas humanas o que, teoricamente, permitiria a discussão e elaboração de questões naturalizadas sobre a maternidade, a vivência nas redes acaba sendo cooptada pela lógica dos algoritmos que visam somente à computação de dados para alimentar um

mercado publicitário cada vez mais voraz. Exploremos, então, as possibilidades de questionamento do ideal materno que têm ocorrido no Instagram.

4.2 A contestação do ideal materno nas redes e o desvelamento de uma maternidade real

Em paralelo às formas de reprodução, encontramos, nas redes sociais, diversos modos de denúncia, de crítica e de resistência ao ideal materno tradicional. Seja divulgando a impossibilidade de alcançar tal padrão ou apresentando as consequências disso para a saúde física e mental da mulher ou ainda estabelecendo a possibilidade de troca e acolhimento entre mães, as interações virtuais também configuram um campo fértil para a transformação das desigualdades entre homens e mulheres, na vivência dos processos reprodutivos.

A possibilidade de produzir e divulgar narrativas sobre si ou relatos de experiência para um amplo público, tem ajudado mulheres a tornarem lugar comum as dificuldades da maternidade. Além disso, as publicações expressam a forma como as mães têm se relacionado com o ideal materno, que parece ser percebido como ideal somente na ocasião das vivências de maternidade, na medida em que elas começam a verificar na própria experiência o nível de abdicção e de expectativa social que envolve o maternar. A postagem a seguir (Figura 9.0) tenta naturalizar a frustração sentida por muitas mulheres ao se depararem com a impossibilidade de alcançar tal perfeição.

Figura 9.0



No dia do nascimento você ficou esperando o tempo todo pelo tal instinto materno que te fizeram acreditar que era automático? Sei bem, senti igual.

A tal pressão para amamentar te deixou angustiada, e com um medo absurdo de não ser boa o suficiente? Por aqui foi exatamente assim.

Tudo o que me fizeram acreditar, não fazia sentido. Nada do que eu vivia batia com aquelas fotos maravilhosas no Instagram de mães recém paridas.

Você se olha, vê uma barriga murcha, olheiras, o cabelo que no seu melhor dia ganha um coque. Você corre o olho pela casa casa, e só enxerga pijama espalhado, remédios, fraldinhas, louça na pia.

E o pior de todo esse cenário, é o caos que está acontecendo dentro de você.

A sociedade exige que tudo seja lindo, perfeito. Isso só serve para brotar de dentro da gente culpa e frustração. Eu enfrentei muitos desafios e queria te dizer que você não está sozinha. De alguma forma estamos todas juntas. Claro que algumas em situações bem mais favoráveis que outras (rede de apoio), mas navegamos no mesmo mar. Alguns dias mar doce e calmo, outros tempestades e furacão!

E se em algum dia seguido daquela noite mal dormida, o cansaço bater e nada parecer fazer sentido, não ouse duvidar de você! Olhe para o lado e encontre em meio a bagunça o maior e mais precioso presente que alguém poderia receber.

Se permita chorar, desabafar, mas se concentre em viver o que o presente tem de bom. Sabe por quê? Lá no seu futuro, que parece tão distante (SQN), você certamente sentirá saudade.

Texto da leitora: @andriiconte
Coautora: @maeforadacaixa
Você se sente assim?
Conheça o @maerecemnascidaprojeto

Para desacreditar o ideal materno hegemônico, a narradora se vale da ironia na descrição dos preparativos organizados para a chegada do bebê e do cenário caótico da vida real quando a maternagem ocorre para valer. A ironia possui um caráter intertextual, na medida em que ecoa um enunciado produzido em outro contexto, para contestar seus valores ou perspectivas. (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa maneira, através de perguntas dirigidas às seguidoras, compartilha as contradições vividas entre aquilo que imaginava ser ideal e o que, de fato, experimentou, por ocasião do nascimento de seu filho. Aponta para a inutilidade da série de produtos que “fazem” parecer necessários para cuidar de um recém-nascido; para a falta de prontidão do instinto materno, que “disseram” que era automático; para a angústia gerada pela pressão de amamentar; e para o “caos” emocional vivido durante o puerpério. Em seguida, revela a discrepância entre essa cena ideal e o que, de fato, experimentou nesse momento: *“Você se olha, vê uma barriga murcha, olheiras, o cabelo que no seu melhor dia ganha um coque. Você corre o olho pela casa, e só enxerga pijama espalhado, remédios, fraldinhas, louça na pia”*. A usuária expõe, portanto, as consequências da maternidade que se refletem no seu corpo, na sua casa e na sua subjetividade. Impacto este somente sentido e percebido por ocasião do nascimento do filho, para o qual *“a sociedade”* não prepara a mulher e, pelo contrário, exerce pressão para que *“tudo seja lindo, perfeito.”*, gerando *“culpa e frustração”*. Por tudo isso, é que a postagem se propõe a comunicar às seguidoras: *“Você não é a única que sente assim...”* negando o caráter excepcional e individual desses

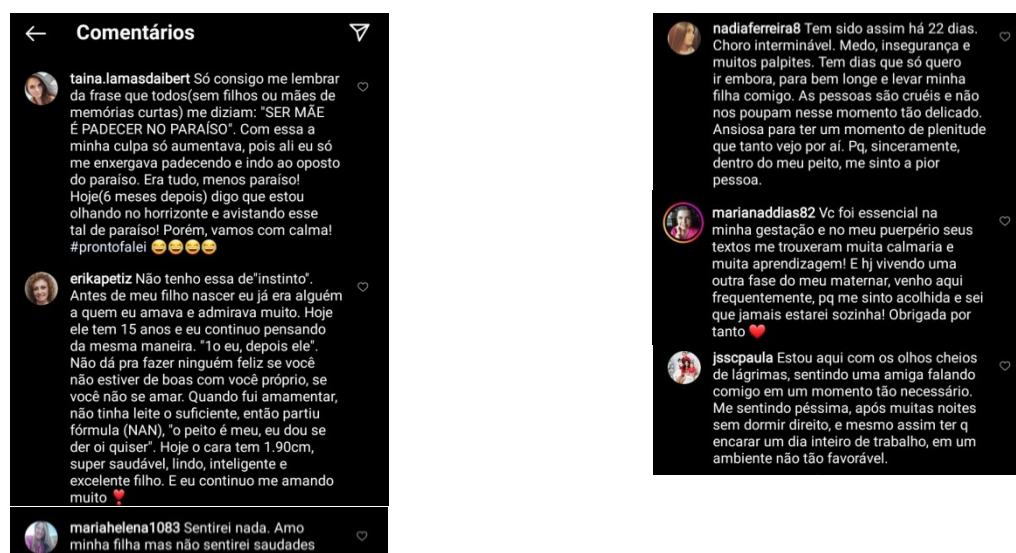
sentimentos, frisando a dimensão coletiva e ordinária dessas tribulações maternas e convocando à saída do isolamento e ao auto perdão por não atingir tal ideal.

Vemos que, apesar de pôr em xeque o ideal materno, a postagem não deixa claro quem o mantém ou reproduz. Os sujeitos das frases que indicam quem promove tais padrões estão todos ausentes ou, quando muito, a usuária indica a “sociedade” como autora. Isso promove um efeito de pulverização da agência de quem perpetua esse discurso ideológico como se constituísse um senso comum, compartilhado por todas as mulheres, reproduzido em todas as instâncias sociais, inclusive nas redes (a usuária aponta o Instagram como mais um reprodutor da maternidade perfeita). A noção de hegemonia proposta por Gramsci e adotada pela ADC pode ser útil aqui: trata-se, justamente, “da relação de dominação baseada no consentimento, que envolve a naturalização de práticas.” (VIEIRA e MACEDO, 2018, p. 59). Assim, podemos refletir sobre os processos através dos quais uma maternidade ideal se mantém, mesmo que a maioria das mulheres atravessem dificuldades semelhantes, como as descritas na postagem. Um discurso investido ideologicamente arregimenta práticas que, por sua vez, constroem as formas de representar o mundo, as relações sociais e as identidades, deixando de fora sentidos que contradigam o cânone preestabelecido. Dessa maneira, o sofrimento e as dificuldades experimentadas pelas mulheres dificilmente são simbolizados ou, quando o são, não têm autorização para tornarem-se públicos, a não ser sob o risco de condenação social. Portanto, essas experiências carecem de espaço de trocas, onde novas semioses possam ser produzidas. Aqui, percebemos o ambiente das redes sociais, mesmo que limitadamente, servir a esse propósito.

Se por um lado o layout da plataforma do Instagram prioriza respostas emocionais através dos botões de curtir ou dos emojis; por outro, oferece uma espécie de anonimato que facilita a exposição de discursos dissonantes sobre a maternidade, mesmo que também o torne alvo de críticas. Nos comentários do post anterior (Figura 9.1), observamos mulheres que, instigadas pelo texto, ousam questionar algumas máximas da maternidade como a noção de instinto materno ou frases repetidas popularmente como “ser mãe é padecer no paraíso” ou a ideia de que a mãe deve sentir saudades tanto da gravidez como dos filhos bebês. Além disso, encontramos vários relatos sobre as dificuldades vividas durante o puerpério e sobre a culpabilização das mulheres pelo fato de não conseguirem vivenciar uma maternidade tão paradisíaca assim. O texto da usuária parece tornar legítimas as experiências de sofrimento que, talvez, em outras circunstâncias, não seriam compartilhadas com outros, mas que as redes parecem autorizar. É como se se criasse uma

rede de acolhimento e empatia que torna aceitáveis discursos tradicionalmente criticados socialmente, revelando o fato de que a maternidade tem também seu lado sacrificial.

Figura 9.1



O comentário da usuária @taina.lamasdaibert recontextualiza a frase célebre “ser mãe é padecer no paraíso” cuja origem é o poema “Ser mãe”, de Coelho Neto, escrito no século XIX. É interessante trazermos o poema na íntegra, para compreendermos de que maneira os discursos das mães no Instagram deslocam o sentido originário desse texto, atravessado pelo ideário materno característico do início do século, mas perpetuado até os dias atuais.

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
o coração! Ser mãe é ter no alheio
lábio que suga, o pedestal do seio,
onde a vida, onde o amor, cantando, vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se libra
sobre um berço dormindo! É ser anseio,
é ser temeridade, é ser receio,
é ser força que os males equilibra!

Todo o bem que a mãe goza é bem do
filho, espelho em que se mira afortunada,
Luz que lhe põe nos olhos novo brilho!

Ser mãe é andar chorando num sorriso!
Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!
Ser mãe é padecer num paraíso! (COELHO NETO, s.d.)

O escritor Coelho Neto, apesar de identificar-se como modernista, foi intensamente criticado por autores dessa mesma escola, pelo fato de sua obra ainda conter características parnasianas. O Parnasianismo trata-se de uma escola literária de transição entre o romantismo e o modernismo, cujas características principais são adoção de uma linguagem mais objetiva, em contraposição ao idealismo romântico e seu foco subjetivo, porém mais rebuscada e formal. Segundo Bosi (1994), tratava-se do “estilo das camadas dirigentes, da burocracia culta e semiculta, das profissões liberais habituadas a conceber a poesia como ‘linguagem ornada’, segundo padrões já consagrados que garantam o bom gosto da imitação.” (p. 234, grifo do autor). Vimos que essa mesma classe intelectual atuou fortemente na concepção e execução do higienismo brasileiro, de modo que vemos ecoar no poema modos de representação da maternidade característicos do período.

O texto pretende exprimir poeticamente o que, de fato, significa ser mãe. Apesar da pretensão conceitual, de informar do que se trata a realidade, faz uso de figuras de linguagem romantizadas que contribuem para a construção de uma maternidade ao mesmo tempo idealizada e útil socialmente, na medida em que colocada ao dispor da prole. Dessa maneira, as emoções, o corpo e o sacrifício da mulher são todos glorificados, uma vez que servem para acalentar, nutrir e pajear os filhos. Tudo isso feito em prol do amor que sente por eles, amor este que tudo releva e que é recompensado pelo bem da criança, representado como o próprio reflexo do bom maternar que, por sua vez, deve ser suficiente para o regozijo da mãe. Apesar de construir uma imagem contraditória de maternidade, já que apresenta seu lado sacrificial e sofrido, faz a afirmação de tais dissabores como algo natural e inerente à maternagem, não concebendo a alternativa de formas menos penosas de ser mãe. Dessa maneira, para que elas façam adesão a tal peleja, é necessário que se prometa um paraíso que fará tudo valer a pena. No entanto, o Éden nem sempre é encontrado, o que historicamente fez e faz com que mulheres se sintam de tal forma culpadas que não ousavam compartilhar publicamente tais frustrações.

Nas trocas entre mães no Instagram, vemos essa realidade mudar. Percebemos que as redes criaram um espaço interativo em que os discursos hegemônicos sobre a maternidade podem ser questionados. Castells (2013), ao tratar das implicações das tecnologias digitais na forma como os movimentos sociais têm acontecido, afirma que num processo de ação comunicativa, como o que ocorre nas redes sociais, o compartilhamento de experiências e o efeito de identificação que ele gera tem liberado formas de indignação

capazes de superar o medo promovido pela dominação e tem gerado formas de ação e de mudanças coletivas:

[...] o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, coordenar, deliberar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (p. 135).

O uso de tecnologias sociais tem sido um grande catalisador dos projetos de individuação em que as pessoas se tornam sujeitos de suas próprias vidas, ao propor e realizar projetos alternativos de funcionamento social e criar novos valores que não precisem responder a certos ditames institucionais. É como se qualquer manifestação individual tivesse, em potencial, a capacidade de ganhar repercussão coletiva, esmaecendo assim as dicotomias local-global e individual-social que antes, para serem rompidas, dependiam de ampla articulação entre sujeitos que precisavam aglutinar recursos para se fazerem ouvir ou para se conectarem; além de terem que enfrentar as instituições detentoras do poder de divulgação e conseqüentemente de determinar aquilo que merecia apreciação pública.

Mesmo que não estejamos tratando aqui de um movimento social propriamente dito, as redes, pelo potencial de visibilidade que ensejam, são capazes de aglutinar demandas individuais, tornando-as coletivas. Dessa maneira, quando uma mãe publica na rede suas insatisfações, que a princípio podem ser individuais, na medida em que seu texto é acessado por outras cujas experiências são semelhantes, novas manifestações são encorajadas, criando uma teia de interações que prescindem das grandes instituições, mas que vão alcançando um público cada vez mais extenso. Poder afirmar, portanto, que sua maternidade “*foi tudo, menos paraíso!*”, que seu puerpério constituiu-se de “*choro interminável, medo, insegurança e muitos palpites*”, que não sentirão saudades dessa época e que instinto materno não existe descortina um universo materno vivido por muitas mães, mas não legitimado como algo comum. Assim, sentem-se “*acolhidas*” e “*aliviadas*” ao lerem tais desabafos. Afirmam que as trocas promovem “*calmaria*” e “*aprendizado*”, como se uma “*amiga*” as tivesse escutado. Portanto, na medida em que essas experiências ganham um caráter coletivo, elas liberam as mães da culpa e as motivam a se posicionarem de modo diferente do que é esperado pela tradição. Vemos, por exemplo, a usuária @erikapetiz afirmar: “*primeiro eu, depois ele*”, pois “*não dá pra fazer ninguém feliz se você não estiver de boas com você próprio, se você não se amar.*” (sic.). Suas palavras subvertem, portanto, a lógica que põe a criança como centro de tudo em detrimento da mãe, cujas necessidades

são sempre legadas a segundo plano. O diálogo proporcionado pela postagem permite, inclusive, que ela revele não ter cumprido a cartilha da amamentação, tendo oferecido fórmula para seu filho que, segundo ela, não teve por isso seu desenvolvimento prejudicado; apresentando, assim, novas possibilidades de ser mãe, sem a obrigatoriedade de pôr seu corpo completamente a serviço do bem estar da criança.

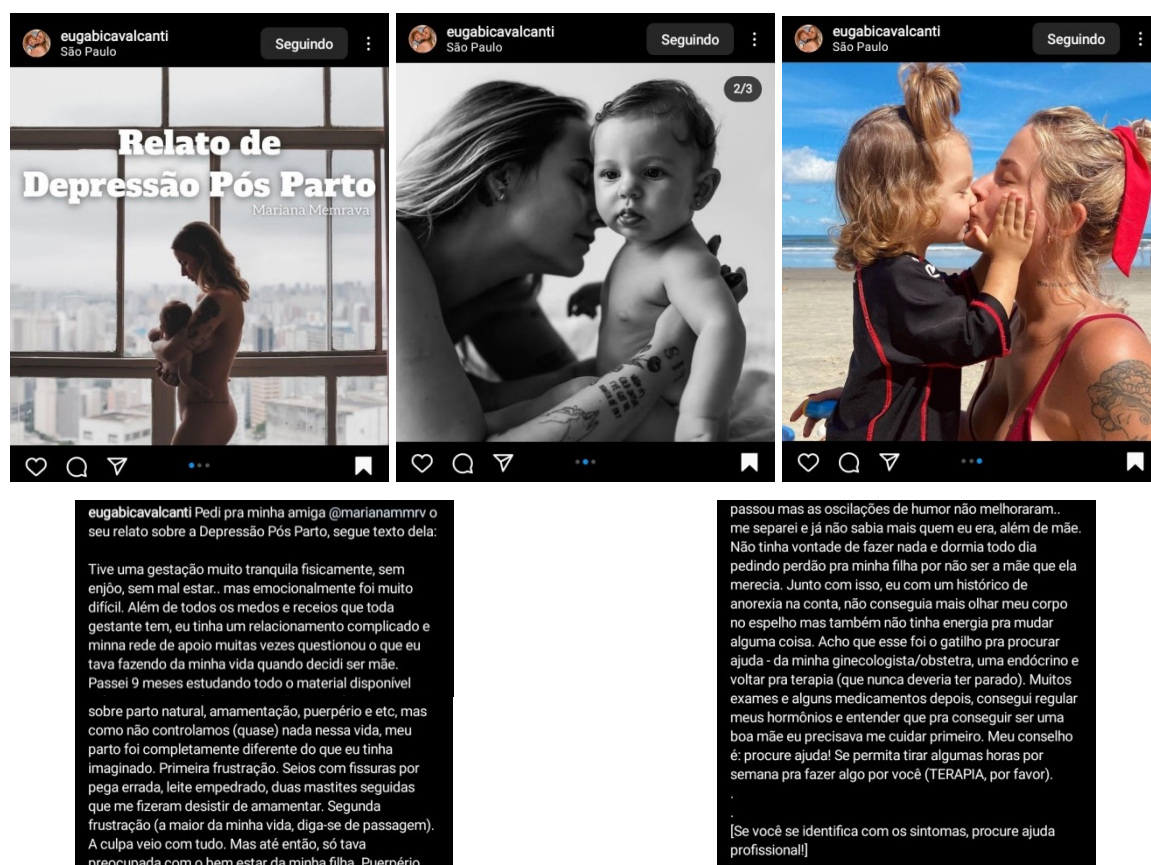
Em sua obra *The other room: entering the culture of motherhood* (2009), Fiona Nelson investigou interações entre mães em grupos denominados pela autora de “Clube das Mamães”. Nesse espaço de troca, a autora identificou a construção de uma espécie de ‘cultura da maternidade’ que cumpre a importante função de auxiliar mulheres oferecendo repertórios simbólicos para a construção de suas identidades maternas. Assim, na medida em que dialogavam, que trocavam experiências sobre o seu maternar e sobre suas dificuldades, criava-se a possibilidade de questionar discursos hegemônicos oportunizando novas formas de representar-se enquanto mães. Além disso, esses grupos ofereciam um espaço de escuta e de acolhimento para essas mulheres, promovendo uma sociabilidade menos excludente, diferente do regime de relacionamento baseado na crítica, na cobrança e na culpabilização, comumente vivido por elas em outros espaços.

As interações online entre mães alargam esse espaço referido por Nelson ampliando os horizontes de significação e de representação das experiências de maternidade. Em sua pesquisa, ela percebeu que esses grupos estão longe de ser homogêneos e pacíficos. Ela identificou inúmeras tensões e problemáticas tais como uma tendência a silenciar discursos de mães que não se adequavam à opinião da maioria, bem como compreendeu que as reflexões ali realizadas não se disseminavam para além dos próprios grupos, que tendiam a se ensimesmar. A internet permite a qualquer pessoa conectada a possibilidade de divulgar seus conteúdos na rede e de acessar uma audiência múltipla, plural e diversa. No caso das mães, o que antes se resumia ao ‘Clube’ passa a integrar ‘Redes’ que se articulam publicamente a muitos outros indivíduos e coletividades com demandas semelhantes de direito à voz, de modo que outras esferas da sociedade podem acessá-las e delas participarem.

Assim, a possibilidade de narrar suas experiências para um grande público contribui para que as mães elaborem suas experiências de sofrimento e ainda que se posicionem frente à patrulha da maternidade. Nas duas próximas postagens (Figura 10.0 e Figura 11.0), vemos como relatos de experiência põem em pauta discussões sobre a saúde mental das mulheres, que é intensamente afetada por ocasião da maternidade, e sobre a

necessária associação entre amor materno e o cumprimento das expectativas sociais para ser considerada uma boa mãe.

Figura 10.0



A usuária publica imagens de uma amiga com sua filha cujo texto relata sua experiência de depressão pós-parto. Falar sobre o adoecimento materno, sobretudo o psicológico, não consistia em assunto comum ao espaço público até bem pouco tempo. Somente se podia tratar disso em âmbito privado como em sessões de terapia, atendimentos médicos, confissões entre mulheres, na própria intimidade do lar – isso quando não se ignorava completamente tal realidade. No entanto, os índices de enfermidade entre mulheres durante seu período reprodutivo são consideráveis. Cantilino *et als* (2010) apontaram que uma em cada cinco mulheres desenvolvem algum tipo de transtorno mental perinatal, isto é, sofrimentos psíquicos que ocorrem desde o início da gravidez até um ano após o parto. Além disso, metade dessas mães possui diagnóstico tardio ou não recebem tratamento adequado. Os autores afirmam que a subnotificação dos casos relaciona-se com o estigma voltado para

mulheres que enfrentam dificuldades durante sua maternidade de modo que há uma grande tendência para o agravamento dos quadros e para o aumento do risco de suicídio materno. Os fatores de risco para suicídio são idade jovem, vulnerabilidade social e ou financeira, ausência de parceiro, relação conjugal conflituosa e ou violenta, falta de apoio social, antecedentes psiquiátricos e história pessoal e/ou familiar prévia de tentativa de suicídio ou de ideação suicida.

Podemos perceber que quase todos esses fatores convergiram para o quadro de depressão pós-parto descrito na postagem anterior. A usuária trata-se de uma mãe jovem que possui histórico de anorexia e que relata uma relação conflituosa com o pai da sua filha, culminando com uma separação durante seu puerpério. Somando-se a isso, constatamos o excesso de culpabilização por não ter conseguido seguir a cartilha da maternidade contemporânea de classe média composta pelo combo – parto natural, amamentação em livre demanda e rápida recuperação do corpo segundo os padrões estéticos disseminados – mesmo que tenha se preparado muito para isso. A referência ao pai da criança é quase nula, a não ser quando aponta o questionamento feito por sua rede de apoio sobre a inconsequência de ela ter tido um filho com quem mantinha um relacionamento difícil. Aqui, vemos o quanto a responsabilidade pela gravidez é lançada sobre a mulher, de forma que esta é que deve ponderar sobre o melhor progenitor, este dificilmente imputado, mesmo quando abandona suas obrigações paternas. O abandono paterno constitui uma realidade relevante no Brasil. De acordo com informações do Portal da Transparência do Governo Federal (2023), no período de 2018 a 2022, dos 13,5 milhões de nascimentos, por volta de 807 mil (6%) foram registrados somente com o nome de suas mães. Além disso, mesmo aqueles que chegam a registrar seus filhos, deixam seus lares durante a primeira infância. O índice de famílias formadas apenas por mães com seus filhos (mães solo) é de cerca de 16%. (IBGE, 2015). Dessa maneira, vemos que a maternidade, para a mulher, torna-se compulsória e, não opcional como a paternidade é para os homens, apesar da existência de leis que os obriguem ao reconhecimento de seus filhos. Assim, o fardo de sustentar e criar as crianças sozinha, juntamente com a saga em busca da mãe perfeita adoecem as mulheres, de modo que é consequência óbvia desse estado de coisas que sua identidade se confunda com a de mãe, assim como afirmou a usuária.

Constatamos, também, o poder dos discursos naturalistas sobre parto natural e amamentação em livre demanda atuando na produção do sofrimento materno, na medida em que presumem que o valor da mãe encontra-se na perseguição desses ideais, de modo que

acontecimentos corriqueiros ligados à parturição, como a necessidade de partos cesarianos e dificuldades na amamentação, são praticamente demonizados, como se fossem algo que as mulheres pudessem controlar via de regra. Vimos, anteriormente, que o discurso sobre o empoderamento materno está muito atrelado ao consumo de bens e serviços realizado pelas mães, o que ajuda a construir a noção ideológica de que, uma vez que a mulher se informe, compre os produtos “necessários” e contrate os profissionais “certos”; ela garantirá que a natureza seguirá seu curso satisfatoriamente. Isso faz com que intercorrências comuns à gravidez, ao parto e ao puerpério soem como um fracasso materno, o que se trata de um verdadeiro disparate.

Por outro lado, é importante ressaltar que a postagem se trata de um relato de experiência com um final feliz. Afinal, a usuária conta que conseguiu se recuperar após um intenso processo de tratamento acompanhado por diversos profissionais da saúde. A sucessão de fotos que compõe a publicação parece formar uma linha do tempo que se inicia com uma imagem em que a usuária encontra-se nua e segura sua filha recém-nascida no colo e que tem como pano de fundo uma cidade grande. As duas são enquadradas de forma mais distante nesta primeira foto do que nas seguintes. Segundo a Gramática Visual, a distância de enquadramento pode ser traduzida como o grau de identificação entre participantes e observadores de determinada imagem. Assim, o momento do puerpério é representado como algo vivido em isolamento, destacado do mundo ao redor, de intensa vulnerabilidade (nudez) e com que dificilmente se tem empatia. Em seguida, temos uma foto em preto e branco retratando a mãe e a filha, agora com alguns meses de vida a mais. O enquadramento é um pouco mais próximo do observador, de modo que cumpre o efeito de acercar o olhar do público a esse momento representado como algo tão sombrio e, portanto, sem cor. Kress e Van Leeuwen (2002) afirmam como as cores carregam, por si mesmas, um caráter semiótico historicamente associado à representação dos afetos. Uma imagem com baixa saturação, isto é, em preto e branco, guarda, portanto, um sentido frio e melancólico, remetendo à condição depressiva dessa mãe. Por fim e de forma contrastante com o momento anterior, vemos uma foto colorida das duas na praia, num momento de lazer aparentemente agradável. A filha, aqui, já é uma criança e, além das cores, a foto retrata a mãe vestida e trocando afeto com a menina, construindo uma ideia de superação do quadro de adoecimento e de recompensa por todo o sacrifício.

Sem dúvida, é salutar que as mães reconheçam a necessidade de autocuidado frente a uma situação de adoecimento provocada pelas exigências altruísticas da

maternidade. A usuária incentiva isso, ao concluir seu texto com a seguinte frase: *“pra conseguir ser uma boa mãe, tem que se cuidar primeiro.”* (sic.). No entanto, constitui mais uma tarefa materna buscar formas de tratar-se, no caso de um adoecimento, ou de promover o próprio bem estar. A mulher dificilmente é posicionada num lugar de vulnerabilidade, de modo que ela seja alvo de um cuidado coletivo – tanto no que diz respeito aos grupos sociais em que se insere como a família, os amigos e o trabalho; mas também no que cabe ao Estado, que poderia desenvolver ações que auxiliassem essas mulheres a cuidarem de si e de seus filhos. A busca pelo cuidado de si é individual e, muitas vezes, movida mais pelas expectativas sociais – como no caso da usuária em questão que buscou ajuda porque estava insatisfeita com o seu corpo – do que pelo seu bem estar propriamente dito. Por fim, as formas de autocuidado resumem-se muito à aquisição de produtos ou ao acesso a serviços com os quais nem todas as mulheres têm condições de arcar, fazendo com que as possibilidades de resistência a essa condição materna seja restrita aos grupos com poder aquisitivo alto.

Apesar de histórias de adoecimento materno não serem uma novidade, a possibilidade de narrar essas experiências para um grande público, entronizada pela Internet, o é e produz efeitos nas vidas de muitas mães. Além da rede de acolhimento e empatia, sobre a qual nos referimos anteriormente, que oferece um espaço de compreensão e legitimidade para experiências maternas que fogem às expectativas sociais, o compartilhamento de relatos de sofrimento contribui para que o lado árduo da maternidade deixe de ser invisível. Por muito tempo, a sobrecarga materna e o controle sobre seus corpos, seus sentimentos e seus comportamentos não eram nem mesmo representados; sempre tidos como algo inerente à função de mãe; além da própria maternidade ser vista como destino de toda mulher. Essas narrativas, portanto, constituem verdadeiras denúncias que, além de pôr em palavras o que essas mulheres vivenciam, lançam a possibilidade de consternação pelo público que, de outra maneira, não teriam como acessar tais realidades.

Paula Sibilía (2016) afirma que a subjetividade se funda justamente na capacidade de narrar. Na medida em que conseguimos organizar nossas experiências através da linguagem conjugada na primeira pessoa do singular é que somos um “eu”. Ela diz:

[...] a subjetividade se constitui na vertigem desse córrego discursivo, pois é nesse fluxo narrativo que o eu de fato se realiza. Usar palavras e imagens constitui uma forma de agir: graças a elas podemos criar universos e com elas construímos nossas subjetividades, nutrindo o mundo com um rico acervo de significações. A linguagem não só ajuda a organizar o tumultuado fluir da própria experiência e a dar sentido à vida, mas também estabiliza o espaço e ordena o tempo, em diálogo constante com a multidão de outras vozes que nos modelam, coloreiam e recheiam. (p. 62 e 63).

As interações em redes sociais, portanto, ao incentivarem mulheres a construir narrativas sobre como vivenciam sua maternidade, permitem que elas utilizem a linguagem de modo a fazer frente a esses moldes culturais de que falou Sibília. Funda-se, assim, a possibilidade de construir novas subjetividades maternas, menos ideais e menos romantizadas. Há, inclusive, a possibilidade de vivências múltiplas de maternidade, no sentido de que o manual materno nem sempre precisa ser seguido. Abre-se espaço para uma maternidade singular, balizada no contexto e nas condições de vida de cada mulher. Vejamos na postagem seguinte como a produção de textos por mães no Instagram, permite que mulheres posicionem-se individualmente frente aos padrões estabelecidos sobre a maternidade.

Figura 11.0



Apesar de ter a intenção de falar sobre o desmame, o post publica uma foto de uma mulher amamentando uma criança com cerca de dois anos de idade, quando o desmame já é endossado pela OMS. Ainda que a imagem se trate de uma estrutura narrativa que indica um processo de ação, podemos dizer que o ato de amamentar em si figura como um importante símbolo. Isso é confirmado pelo enquadramento e pelo posicionamento central do seio da mulher. A postagem fala sobre a importância de estabelecer limites para a dedicação materna integral, de modo a considerar também as necessidades maternas além das da criança. Inicialmente, a usuária descreve o desmame como um dos processos da parentalidade que, para que os pais atravessassem-no de modo saudável, devem estar cientes de que processos de perda acontecerão. Isso porque, para ela, é inevitável que ocorra um

confronto com ideais preestabelecidos. Dessa maneira, é premente “saber perder”, pois sendo um ideal, é inalcançável. Assim, explica que “desmamar” não é “des-amar”. Contesta, portanto, a noção que faz confluir amor e instinto materno, criando a máxima de que uma mãe que não amamenta não ama seu filho. Critica também algumas consequências desta ideia como o fato de representar o seio materno como o único fator capaz de acalantar a criança, de calar seu choro, de resolver seus problemas; fincado no ideário popular segundo o qual “o peito resolve tudo”. Dessa maneira, justifica que é a mulher quem deve estar a serviço da prole, já que o pai é incapaz de amamentar não podendo, assim, consolar a criança. Confronta-se, deste modo, o discurso naturalista que tem como uma das suas mais importantes formas de atuação a patrulha do aleitamento materno. Em contraponto a isso, defende que permitir que as crianças se frustrem é algo fundamental para o desenvolvimento delas, deixar que se relacionem com outras pessoas e em outros contextos institucionais as prepara para a vida e, além disso, descola a mulher da função de única capaz de cuidar, lançando a possibilidade de que ela não se resuma às suas funções reprodutivas.

O uso da palavra “parentalidade” pela usuária não é neutro e reforça esse deslocamento da mãe como a única a exercer as funções de cuidado. Segundo Neyrand (2013; 2016), esse termo, que passou a ser utilizado a partir da década de 1980, marca uma dissociação entre os sujeitos que mantêm relações de parentesco com a criança, isto é, família biológica, daqueles que, de fato, exercem a parentalidade, ou seja, responsabilizam-se pela sua alimentação, segurança, instrução, desenvolvimento e que formam vínculos afetivos com ela, sem a necessidade de laços sanguíneos. Desde meados do século XX, viemos atravessando intensas transformações dos modelos familiares, a partir do declínio da instituição do casamento heterossexual, monogâmico, hierárquico e nuclear como sendo o principal dispositivo regulador da formação de famílias. Esse processo foi impulsionado tanto pela inserção das mulheres no mercado de trabalho bem como pelas conquistas da pílula anticoncepcional e do divórcio, que possibilitaram a formação de famílias monoparentais (geralmente formadas apenas por mães com seus filhos) ou pluriparentais (famílias que possuem vários núcleos, constituídos por pais divorciados e seus novos companheiros). Além disso, presenciamos os movimentos de luta em prol do casamento homossexual e da formação de famílias homoparentais. (RODRIGUEZ e GOMES, 2012).

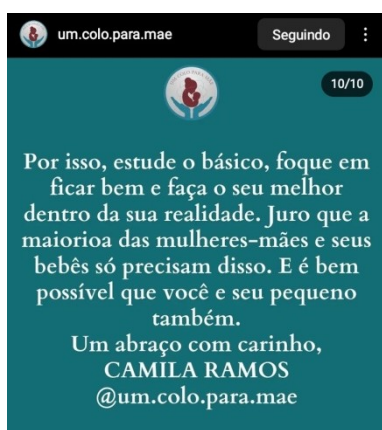
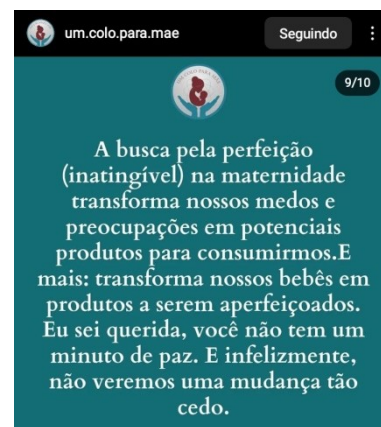
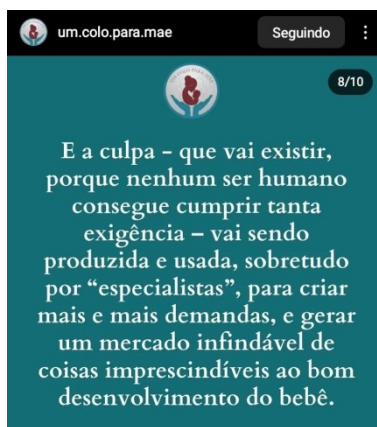
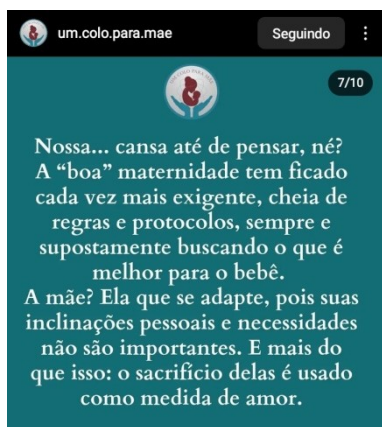
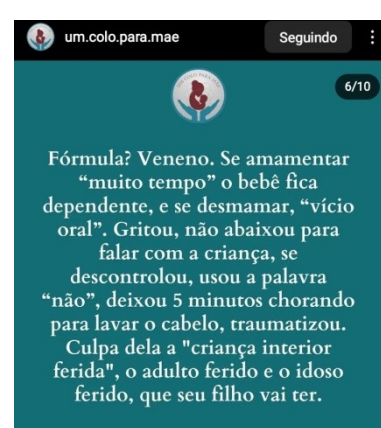
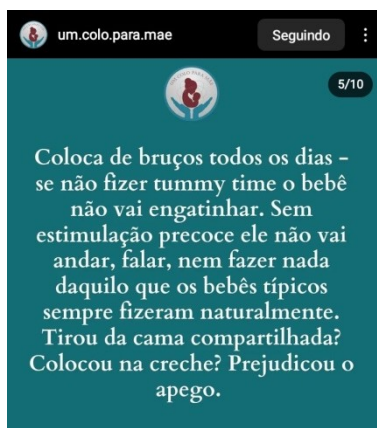
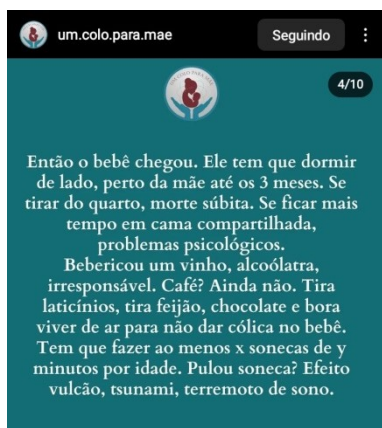
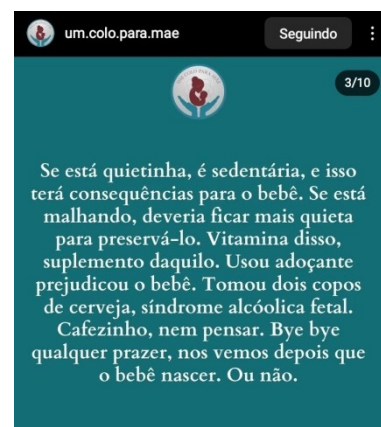
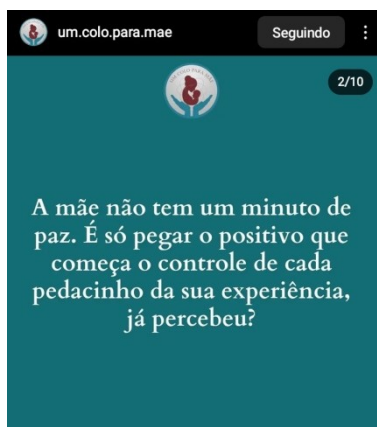
Somam-se a todas essas transformações as mudanças relativas à representação da infância que puseram a criança como o centro do núcleo familiar, em torno da qual os adultos, com ou sem parentesco, deveriam se organizar para garantir suas necessidades

específicas de afeto, educação e de sustento. Ao mesmo tempo, os laços familiares vão se tornando cada vez mais democráticos, com valores que se diferenciam do modelo tradicional autoritário, concentrando-se muito mais nos vínculos afetivos entre crianças e cuidadores, do que na lei arbitrária do pai. Apesar disso, não podemos falar de uma suplantação completa do formato moderno e burguês de família e, sim, de uma convivência entre os diversos modelos familiares. (RODRIGUEZ e GOMES, 2012). Mas, ainda assim, o uso do termo parentalidade é um avanço no que concerne à desidentificação das mulheres do lugar de vínculo e de cuidado, já que qualquer adulto passa a poder estar a cargo da formação de novos indivíduos, desde que disposto a se posicionar num lugar de abdicação de sua individualidade em prol do bem estar dos filhos, lugar este tradicionalmente tido como subalterno.

A reivindicação de mulheres por uma divisão mais justa dos trabalhos reprodutivos, bem como a denúncia da situação opressora a que as mães são submetidas nem sempre podem ser livremente expressas no espaço das redes. Diversas figuras de linguagem, que aparecem através de textos e de imagens, são utilizadas de modo a abrandar as contestações realizadas por essas mulheres ou de maneira a diminuir a virulência de suas críticas. Dessa maneira, o uso de ironias, de hipérboles e de gêneros como os ‘memes’, permitem que através de uma estratégia bem humorada, a difícil realidade materna seja exposta de modo mais aceitável e torne-se mais conhecida coletivamente.

Na próxima postagem, a usuária @um.colo.para.mae descreve de modo detalhado como seria a vida de uma mulher que buscasse atender a todos os critérios da maternidade intensiva, particularmente as de classe média. Ela recorre a um texto irônico que, através do exagero, ressalta a impossibilidade de atingir esse ideal materno. Aqui, destacamos o fato de que a vivência nas redes sociais tem acentuado, ainda mais, a carga materna, pois, ao interagirem nos espaços virtuais, as mães são expostas aos novos imperativos de consumo de produtos e serviços (intensificado pelos especialismos) e às novas sociabilidades atravessadas pelo imperativo da popularidade e da visibilidade. Tudo isso, somado às demandas que já existiam.

Figura 12.0



A imagem retrata uma cena cotidiana para muitas mulheres. Figura uma mãe segurando uma criança no colo, na frente de um varal com roupas estendidas. A foto é em preto e branco e mãe e filho olham para trás, não fazendo contato visual nenhum com o observador. O filho tem a mão inserida dentro da roupa da mulher, como se estivesse pedindo para mamar. Assim como na Figura 9.0, a foto em preto e branco traz um sentido soturno e melancólico para a cena que ilustra o acúmulo de atividades a que esta mãe está submetida. Ao mesmo tempo em que lava roupas, precisa dar colo para a criança que exige seu seio, seu tempo e seu afeto. Ademais, várias frases do texto ocultam o sujeito “mãe” e dão ênfase às ações desempenhadas por ela (“usou”, “tomou”, “colocou”, “pulou”, “bebericou”, “gritou”, “baixou”, “descontrolou”, etc.) e aos objetos dessas ações (“adoçante”, “cerveja”, “café”, “soneca”, “cama”, “creche”). Os verbos se referem tanto às atividades maternas, como também às reações da mãe frente a elas. Isso produz o sentido de que, frente a tantos quefazeres, a identidade dessa mulher vai se esmaecendo e ela vai se tornando somente uma realizadora de tarefas, todas em prol do bem-estar dos filhos, ou simplesmente reage à sobrecarga de forma irracional, quando chega ao seu limite. Vemos também que a cada ação da mãe são atribuídas consequências, todas negativas, descritas através de orações ou de substantivos (“prejudicou o bebê”, “síndrome alcoólica fetal”, “morte súbita”, “problemas psicológicos”, “alcoólatra”, “o bebê não vai engatinhar”, “prejudicou o apego”, “efeito vulcão, tsunami, terremoto de sono”, dentre outros). Dessa maneira, não há alternativa: a mãe pode ou não treinar, pode ou não usar suplementos, pode ou não amamentar, nunca satisfará os críticos de plantão. A usuária ressalta também algo corriqueiro que é a superestimação das consequências do que a mãe faz ou deixa de fazer para seus filhos. Cada passo seu é milimetricamente regulado, com o argumento de que deve evitar tudo o que pode ser um risco em potencial para eles. Para tanto, ela fica suscetível a acatar toda sorte de recomendações compartilhadas exaustivamente nas redes, o que é um prato cheio para um mercado sedento pela venda de produtos e serviços. Constrói-se, então, uma realidade em que ela não tem escapatória nem sossego, ou seja, “não tem um minuto de paz”.

Linda Rose Ennis (2014) recupera o conceito de maternidade intensiva, desenvolvido por Sharon Hays na década de 1990 e o atualiza considerando as mudanças sociais, culturais e econômicas da virada do século XX para o século XXI. Para Hays (1990), a modernidade permitiu que as mulheres pudessem escolher se e quando seriam mães; no entanto, não lhes deu a alternativa de optarem pela forma como iriam desempenhar

tal função. Assim, afirma que não haveria outra forma de ser uma boa mãe, na nossa sociedade, que não fosse intensiva, isto é, que não envolvesse gastar uma quantidade enorme de tempo, energia e dinheiro na criação de seus filhos. A maternidade intensiva seria, portanto, a ideologia segundo a qual uma mulher que não tem filhos não está completa e que, conseqüentemente, deveria buscar plenitude sendo a melhor cuidadora de criança possível, de maneira que todos os seus recursos físicos, psicológicos, emocionais e intelectuais sejam postos à disposição dos filhos durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Recomenda, também, que toda conduta materna seja auxiliada por especialistas que irão indicar, segundo a ciência, como deve proceder. Além do mais, tem que se manter preocupada com seus filhos e seus afazeres o tempo inteiro, não restando, portanto, parte nenhuma da sua existência que possa servir a seu próprio proveito.

Ennis (2014) acrescenta que, apesar do que pode parecer, a maternidade intensiva não é uma particularidade da dona de casa que não possui uma posição no mercado de trabalho. Essa ideologia também afeta as mulheres que tentam conciliar suas carreiras com a função materna e ainda com o agravante de constrangê-las a compensar o tempo que passam fora de casa com um grau de dedicação materna ainda maior, no sentido de se desfazerem da culpa de não poderem ser mães em tempo integral. Em contrapartida, as que abrem mão de sua vida laboral em prol da maternidade também precisam fazer valer sua abdicação através dos resultados do seu trabalho enquanto mães. Nesse caso, não há limites para as expectativas lançadas sobre os filhos, já que a recompensa pela sua empreitada materna será o sucesso deles.

Solveig Brown (2014) reflete sobre as contradições que atravessam esse fenômeno da maternidade intensiva, também recuperando o pensamento de Sharon Hays, segundo o qual esse modo contemporâneo de desempenhar a maternidade é extremamente contraditório com os parâmetros de uma sociedade altamente baseada na busca competitiva pelo próprio interesse. Como, então, compreender que mulheres do mundo inteiro se submetam espontaneamente a esses parâmetros extremamente altruístas e abnegados de maternidade? Para Brown, a sociedade de mercado, sobretudo em sua versão contemporânea, criou circunstâncias específicas para isso.

A autora parte das argumentações de Giddens (2002) sobre as implicações que a modernidade tardia teve sobre as identidades. A pluralidade dos 'sistemas peritos' e a 'reflexividade institucional', aos quais nos referimos anteriormente, criaram um contexto de dúvida radical a respeito dos conhecimentos produzidos pelas múltiplas fontes de

autoridade. Dessa maneira, qualquer compreensão sobre a realidade se tornou passível de questionamento, crítica e revisão; gerando uma sensação de insegurança e risco generalizado que, a todo o momento, somos incitados a calcular. Nesse sentido, através de uma reflexividade constante passamos a mudar nossas práticas do presente à luz das previsões que fazemos do futuro, com o auxílio dos inúmeros peritos disponíveis, nem sempre tão confiáveis, mas muito eficientes em propor produtos e serviços e em produzir prescrições que supostamente nos protegerão dos revezes vindouros. Soma-se a isso uma individualização da responsabilidade por esses riscos, de modo que os próprios indivíduos, no regime da competição desenfreada, é que devem buscar estratégias e recursos para garantirem seu futuro.

Considerando esses fatos atrelados às ideologias de gênero que atravessam nossa sociedade, podemos prever que recai sobre as mães a responsabilidade de administração dos riscos não somente em relação à própria vida, mas também em relação a dos filhos. (BROWN, 2014). Dessa maneira, não devem poupar esforços para cuidar do futuro deles, desde a concepção. A postagem anterior é ilustrativa dessa empreitada materna em busca de garantir o que é melhor para a sua prole. Descreve os dilemas vividos pelas mães sobre que práticas alimentares adotar durante sua gravidez, sobre se devem ou não se exercitar e por quanto tempo devem amamentar. Mostra como a variedade de conhecimentos disponíveis a respeito de como se deve cuidar de uma criança põem as mães em dúvida se estão fazendo bem o seu papel. Devem ou não compartilhar a cama com a criança? Devem ou não oferecer fórmula em substituição ao leite materno? Quando devem levar à creche? Quais, de fato, são as consequências de “um copo de vinho”, “um grito” ou de “deixar chorando” por um tempo para a saúde da criança? Será que estimulou o filho o suficiente? A lista dos “ses” e do “serás” não tem fim e a verdade é que não há consenso para responder a essas perguntas. Cabe, inclusive, perguntarmos sobre a necessidade de tanto conhecimento para criar crianças. Se assim o fosse, como teríamos, enquanto humanidade, chegado até os dias de hoje sem eles? O fato é que, com medo de errar ou de serem omissas, as mães acabam criando uma lista infinita de atribuições a que dedicam todo seu tempo e seus recursos para cumprir e é justo isso o que faz com que essa maternidade seja necessariamente intensiva.

No entanto, ao apontar essa situação de encruzilhada vivida pelas mães de modo exagerado, absurdo e irônico, ao mesmo tempo em que lança luz sobre essa realidade, tornando-a visível, desencoraja essas mulheres a continuarem tentando alcançar esse ideal, uma vez que nunca o atingirão. Ao afirmar que a culpa materna é produzida por especialistas

a fim de gerar mais demandas que alimentam um mercado de produtos “imprescindíveis”, contrapõe o fenômeno da individualização da gestão de riscos atribuído às mães na nossa sociedade. Dessa maneira, convoca essas mulheres a fazerem o básico, a reconhecerem suas realidades e a se dedicarem dentro de limites possíveis, diminuindo o nível de estresse e de tensão auto infligidos.

Outra forma que as mães têm encontrado para realizar suas críticas à maternidade é através dos ‘memes’. Esse termo é grego e significa imitação. É utilizado no mundo da internet para se referir ao fenômeno de "viralização" de qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc., ou seja, quando qualquer informação se espalha rapidamente entre muitos usuários, alcançando muita popularidade. O termo foi retirado da obra “O Gene Egoísta”, publicado em 1976, pelo biólogo darwinista Richard Dawkins. No livro, o autor define meme como um replicador cultural análogo ao gene. Para ele, assim como os genes são capazes de se multiplicar e de se propagar segundo as leis da seleção natural, a transmissão de ideias (para Dawkins, o substrato da cultura) também obedece a princípios similares e se replicam através de processos de imitação e de aprendizagem. Independente das controvérsias que essa teoria gerou, o termo se popularizou na internet, sobretudo nas redes sociais, para se referir a qualquer conteúdo midiático que se dissemine facilmente e que seja replicado em grande escala e em diferentes contextos. (BRUNETTICANI, 2019; WAIZBORT, 2003).

Assim como as plataformas digitais, com seus layouts e suas interfaces, os memes também são artefatos culturais, na medida em que são constituídos a partir das semioses compartilhadas por determinados grupos. Eles se formam, sobretudo, a partir de elementos da cultura popular (imagens de famosos ou de personagens “viralizados”, trechos de filmes ou de vídeos da internet, frases de efeito, etc.). Possuem autoria indeterminada, ao mesmo tempo em que podem ser criados por qualquer pessoa usuária da rede; além de possuírem diversos propósitos como realizar ou rebater críticas políticas, ofertar serviços, representar estados emocionais e tantas outras possibilidades quantos são os contextos, pois o mundo virtual é uma fonte inesgotável de conteúdos, todos esses passíveis de serem reunidos em uma prática comunicacional situada e fñcada num jogo interacional momentâneo. (BRUNETTICANI, 2019).

Apesar dessa diversidade, o meme pode ser considerado como um gênero discursivo propriamente dito, uma vez que possui “um conjunto de convenções relativamente estável que é associado com [...] um tipo de atividade socialmente aprovada

[...] e possui processos particulares de produção, distribuição e consumo.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 161). Uma das características mais relevantes desse gênero discursivo, assim como de grande parte dos discursos que circulam nas redes sociais em geral, é sua multimodalidade. Discursos multimodais são aqueles compostos por uma diversidade de modos, isto é, de formas de semiose, como a escrita, a fala, o gesto, a imagem, o movimento, o som, etc.. O meme é, então, uma costura intertextual de diversos elementos semióticos, muitas vezes provenientes de universos simbólicos distintos, que, uma vez articulados, recontextualizam sentidos específicos e intencionais que se produzem no contexto das interações em rede. Por esse motivo, o significado composicional dos memes, ou seja, aquele proveniente da forma como seus elementos são dispostos para formar um todo significativo (KRESS e VAN LEEUEN, 2006), é extremamente relevante para seu entendimento. Uma mudança no posicionamento dos seus elementos textuais e imagéticos, por exemplo, podem alterar completamente o seu significado.

Outra qualidade típica dos memes é seu caráter bem-humorado, que produz riso ao subverter os sentidos originais dos elementos que articula, na medida em que os retira de contexto, e ao inaugurar sentidos novos, geralmente inusitados, que surgem da junção singular entre textos e imagens. O humor é uma categoria extremamente útil para a análise social, uma vez que a graça sempre é provocada por algum grau de identificação com os discursos que compõem determinada peça humorística. Isso porque o efeito cômico se produz a partir de um repertório simbólico comum, disponível coletivamente, mas rearranjado e apresentado de modo insólito. Essa novidade desconcertante característica do humor revela, muitas vezes, realidades sociais que até então estavam ocultas e, que, mesmo sendo conhecidas por determinado grupo, ainda não tinham sido trazidas a público. Por esse motivo, o riso tem sido historicamente utilizado pela humanidade como uma importante estratégia de contraposição do poder. Ele participa de movimentos de subversão do status quo e de resistência às formas solenes de representação vinculadas às práticas dominantes e hegemônicas. A tradição, os costumes, os discursos, valores e práticas que gozam de relativa estabilidade são questionados, surpreendidos e tomados de assalto pela piada, pelo risível. “Na espreita, ele aguarda o momento de subverter o sério, o trágico, o inevitável.” (OLIVEIRA, 2009, p. 15).

No que diz respeito a seus processos interacionais de produção, distribuição e consumo, os memes são fortemente atravessados pelas regras de interação da plataforma virtual a que estão vinculados e das características técnicas dos sites ou aplicativos utilizados

para fabricá-los. Qualquer usuário da internet com conhecimento básico em edição de imagens é capaz de produzir esses artefatos culturais. No entanto, o processo comunicacional realizado por esse gênero exige que produtor e consumidor estejam afinados culturalmente, isto é, que compartilhem conhecimentos a respeito dos elementos que estão sendo articulados naquela estrutura. Por exemplo, um meme elaborado a partir da imagem de um personagem de um filme acompanhado de uma frase relativa ao momento político do país, só será compreendido por aqueles que tenham conhecimento sobre o filme e sobre as características do personagem, bem como acompanhem minimamente os acontecimentos políticos através de alguma fonte midiática. Um consumidor que não esteja inserido nesse mesmo mundo simbólico será incapaz de interpretá-lo.

No que concerne à sua distribuição, um meme pode ser compartilhado tanto diretamente ao seu destinatário (em chats do Instagram e do Whatsapp), como também pode ser disseminado ao grande público e, dessa forma, será distribuído segundo as regras dos algoritmos ou de popularidade das plataformas digitais. Apesar disso, há algumas imagens, músicas ou frases que viralizam mais que outras e passam a compor uma diversidade de memes, dependendo dos temas em voga num dado momento histórico ou num nicho específico do mundo virtual. É curioso notar a quantidade de memes utilizados por mães para falarem do lado opressor da maternidade. A usuária cuja postagem é ilustrada na Figura 13.0, abaixo, usa esse recurso para expressar sua sobrecarga materna.

Figura 13.0



No que tange aos aspectos representacionais, a foto da postagem possui uma estrutura narrativa e indica um misto entre processos mentais e reacionais. A participante representada reage, com exaustão, de modo a deitar-se no chão de olhos fechados, à série de demandas maternas, descritas verbalmente, como se formassem um *check list* mental. A escolha da imagem de uma criança para representar a mãe exaurida sugere a incapacidade de dar conta de tantas exigências e o fato de que mães também precisam ser cuidadas. Os verbos “lavar”, “dar”, “fazer” no infinitivo, enfatizam o aspecto acional das tarefas de cuidado doméstico e com os filhos, além das obrigações conjugais, e contrastam com a reação de esgotamento da menina. Somam-se à lista os “boletos”, forma de cobrança de dívidas típica do modo de consumo contemporâneo, que faz referência à necessidade de trabalho remunerado, para além dos deveres familiares; e, por fim, a “chegada das visitas” que remete ao lugar comum que responsabiliza as mulheres pela boa apresentação da casa e por bem receber seus visitantes, de modo a manter a aparência de uma mãe incansável, para quem é exequível todo o trabalho por trás desse ideal.

Relativamente ao nível interacional de análise, podemos dizer que a falta de conexão entre o olhar da participante representada (que está de olhos fechados) e do participante interativo posiciona a primeira como oferta de informação para o segundo, como se quisesse afirmar: “vejam, essa é, de fato, a realidade materna”; sugere, também, distanciamento e falta de identificação entre ambos. Ademais, a participante representada é retratada numa perspectiva vertical absoluta, ou seja, o observador a percebe de cima para baixo, ocupando uma posição de superioridade em relação a ela. Segundo Kress e Van Leeuwen (2006), essa perspectiva geralmente indica que o observador está no lugar do sujeito do conhecimento e tudo sabe sobre o objeto representado. Porém, aqui, parece cumprir mais um sentido de revelação, como se a partir do momento em que visualiza a imagem, o espectador descobrisse que a vida daquela mãe é deveras extenuante.

O meme presente nessa publicação possui linguagem hiperbólica, uma vez que se utiliza de exageros – representação da mãe como uma menina exaurida – para ressaltar a intensidade dos efeitos da maternidade, somada com as obrigações domésticas e conjugais, na vida da mulher. A apresentação dessa realidade de forma caricata produz um alívio cômico e permite ver o que não chega facilmente aos olhos de um observador comum. Traduz um estado mental em que muitas mães se encontram frente à sua lida diária, mas que nem sempre compartilham com outros porque são atravessadas pela necessidade de atingir o ideal materno. É como se a usuária dissesse que dá vontade sim de deitar de olhos fechados

no chão de tão cansada; mesmo que dificilmente o faça. Freud (1927/2006) já dizia “que a essência do humor é poupar os afetos a que a situação [adversa] naturalmente daria origem e afastar com uma pilhéria a possibilidade de tais expressões de emoção.” (p. 166). Para ele, o efeito do chiste consistia numa potente estratégia para proteger o indivíduo das intempéries da realidade, na medida em que lhe permitia não se resignar frente ao sofrimento produzido por ela. Ao rebelar-se frente a essa sujeição, o sujeito conseguiria reduzir a fonte do seu suplício à irrelevância, pois esta, em vez de submetê-lo, viraria alvo de graça, produzindo-lhe prazer. No caso da postagem, a usuária e mãe utiliza o recurso do meme para rir e fazer rir da exaustão materna, de modo que, se não é possível mudar o fato de que é desigual a divisão do trabalho doméstico e reprodutivo entre homens e mulheres, pelo menos é aceitável, através do riso, não sucumbir completamente aos seus efeitos penosos. Enfim, essa mãe brinca com a realidade pungente da maternidade intensiva, da qual não pode escapar completamente.

Além de ser uma estratégia subjetiva de resistência frente às opressões do mundo, o humor também possui características subversivas, em razão de auxiliar a romper as amarras de um código moral preestabelecido. Um discurso bem humorado geralmente aponta para uma realidade alternativa, diferente da que é esperada e trivial; oferece, assim, uma saída criativa em meio a discursos hegemônicos caducos, tidos como naturais e, portanto, inquestionáveis. Numa linguagem mais próxima à ADC, podemos dizer que textos humorísticos se produzem a partir de uma intertextualidade inusitada; trata-se de uma nova costura feita a partir de discursos canônicos que, ao serem recontextualizados de modo excepcional, perdem o efeito de poder que antes exerciam. Dessa maneira, um discurso cômico pode desestabilizar o regime de forças que rege as relações entre os diversos elementos de uma prática social, produzindo práticas novas e menos desiguais. A postagem a seguir ilustra como uma construção inventiva e engraçada, constituída por texto e imagem, pode subverter formas de sociabilidade que reproduzem a sexualização do corpo da mulher, particularmente no que diz respeito ao direito de amamentar em locais públicos.

Figura 14.0



Anteriormente, vimos como a regulação da amamentação foi uma das principais estratégias da retomada naturalista que ocorreu a partir das décadas de 1980 e 1990 em reação à disseminação do uso de fórmulas infantis e de mamadeiras, na década de 1970, devido à ampla inserção da mulher no mercado de trabalho. Através de discursos ecológicos que davam autoridade moral à natureza e de outros que divulgavam os inúmeros benefícios do aleitamento tanto para as mães como para as crianças, esse movimento retomou o crescimento da prática da amamentação que estava em baixa na década anterior. Não somente a prática se difundiu, mas também os efeitos ideológicos dos discursos que a incentivavam. Para além de prescreverem a amamentação exclusiva e em livre demanda da criança, pelo menos, até os seus seis meses de vida; criaram uma realidade em que a boa mãe seria aquela que põe as necessidades do bebê acima de tudo. Dessa maneira, ele é quem deveria decidir a hora de se alimentar, bem como o momento do desmame. A mãe que não se pusesse à disposição para atender à natureza do filho, seria uma mãe má, desnaturada. (BADINTER, 2011).

Até bem pouco tempo, as pesquisas a respeito da amamentação concentravam-se, sobretudo, nos seus aspectos médicos e nutricionais, uma vez que consideravam somente seus efeitos na saúde física e biológica das mães e dos bebês. Nas duas últimas décadas, os estudos que consideram os aspectos psicossociais, econômicos e culturais dessa prática têm se disseminado. Dessa maneira, têm-se refletido sobre a retórica das campanhas de incentivo à amamentação, sobre seus custos e benefícios econômicos tanto para as famílias como

também para o Estado, sobre seus efeitos na vida da mulher e sobre as influências das interações virtuais nessa prática. (LOCATELLI, 2017).

Um dos temas que passou a ser intensamente discutido por intermédio dessas pesquisas é a relação entre o corpo que amamenta e a sexualização do corpo da mulher. A capacidade de gerar vida e de amamentar foi historicamente representada como algo sacralizado e foi reforçado tanto pelos discursos tradicionais sobre maternidade (aqueles que datam do final do século XIX) bem como pelo renascimento do maternalismo no final do século XX. Por outro lado, as políticas de assistência à maternidade e as formas de representação do corpo da mulher não se desenvolveram o suficiente para dar suporte a essa prática tão divinizada. Apesar das conquistas do feminismo ligadas à liberação sexual, o corpo feminino ainda possui forte apelo sexual na nossa cultura, de modo que a representação do seio materno como órgão sexual acarreta diversos limites e constrangimentos para aquelas que ousam amamentar em locais públicos.

Rodrigues (2017) apresenta uma pesquisa sobre os hábitos ligados à amamentação, realizada pela Lansinoh Laboratórios, em 2015, que entrevistou 13.300 mães, em dez países (inclusive o Brasil). Apesar de o ato de amamentar em público ter sido considerado algo normal para 64,4% das brasileiras, 47,5%²⁰ delas afirmaram já ter sofrido preconceito enquanto o faziam. Outra pesquisa²¹ levantou as justificativas comumente utilizadas para coibir a exposição do seio materno. Dentre elas estão:

- a prática ‘desvia’ a atenção dos homens;
- essas mulheres estavam tentando “seduzir seus maridos”;
- o bebê era muito “grande” para mamar no peito;
- o incômodo da falta de “pudor” das mães;
- era “feio” deixar o seio “à mostra”;
- os familiares do sexo masculino se sentem “constrangidos”;
- era uma “pouca vergonha”;
- o ato de amamentar chama atenção por ter uma “conotação sexual” e que era necessário recolher-se em um local “apropriado”;
- outras crianças sentiram “nojo” por ver um bebê mamando no seio;
- não era “educado” amamentar em público e que se tratava de um “desrespeito” com as pessoas presentes;
- e o bebê deveria ser alimentado com comida “de verdade”. (RODRIGUES, 2017, p. 34 e 35).

Constatamos que vivemos numa sociedade que ao mesmo tempo em que constrange as mulheres a amamentarem seus filhos em livre demanda e até os seis meses de idade; pune as que dão de mamar em público, afirmando que só devem fazer isso em espaço

²⁰ A média global das mulheres que relataram constrangimentos ao amamentar em público foi de 18,1%. (RODRIGUES, 2017).

²¹ Em 2015, o grupo Aleitamento Materno Solidário, entrevistou 250 mães para a realização do Levantamento Nacional sobre o Constrangimento de Mães pelo Ato de Amamentar em Público. (RODRIGUES, 2017).

privado. Se a mãe só pode amamentar em locais privados e ela tem que amamentar de acordo com a vontade de seu filho; logo, ela ficará impossibilitada de frequentar locais públicos. Em contraposição a essa cultura, em 2011, aconteceu o primeiro “mamaço”²² que se tem registro em território nacional. Indignadas com a expulsão de uma arquiteta que amamentava seu filho durante um evento no Itaú Cultural de São Paulo, diversas mães se reuniram para amamentar publicamente, nesse local, em protesto. Depois disso, a prática dos mamaços ficou mais frequente e ocorre tanto com o objetivo de incentivar a amamentação, mas também em prol da dissociação entre sexo e corpo feminino, uma vez que isso auxiliaria mães a conciliarem melhor suas maternidades com sua vida pública que envolve trabalho, estudo, circulação na cidade e participação social.

No universo das redes sociais, a regulação do corpo materno também ocorre através das políticas das plataformas. Até recentemente o algoritmo do Instagram reconhecia fotos de mulheres amamentando como conteúdo inapropriado (ligado à nudez) e penalizava quem postasse imagens desse tipo, inclusive com o cancelamento de seus perfis. Em 2015, a plataforma mudou sua política e passou a permitir tais compartilhamentos bem como a exposição de cicatrizes decorrentes de mastectomias. Em contrapartida às formas de regulação, percebemos que as plataformas também são refratárias às reivindicações de suas usuárias. Nesse sentido, testemunhamos uma intensa mobilização nas redes em favor da naturalização da amamentação através da popularização de hashtags como *#normalizeamentação*, *#apoieaamamentaçãoempúblico* e *#liberteomami*. (LOCATELLI, 2017). As hashtags do Instagram aglutinam postagens relacionadas ao mesmo tema. Elas funcionam como hiperlinks que podem ser acessados através dos mecanismos de busca do aplicativo, de modo que qualquer pessoa que se interesse por determinada questão possa ter acesso e interagir com todas as postagens relacionadas a ela. Ao tensionar os limites daquilo que pode ou não ser postado no espaço público das redes sociais, essas hashtags modificam também a demarcação do que as mulheres podem ou não fazer com seus corpos, na medida em que naturalizam circunstâncias em que um seio nu pode ser exposto sem o risco de quebrar o decoro.

No caso da postagem da Figura 13.0, a usuária @faxinaboa, além de fazer uso de hashtags como as que nos referimos (*#maternidadereal*, *#amamentação*, *#livredemanda*, *#vidareal*) ela cria um meme constituído por uma foto sua amamentando seu filho em local público (um café localizado em Perdizes, bairro nobre de São Paulo) e pela frase: “*Coloca*

²² Os mamaços surgiram na França, em 2006, através de ação organizada pela Associação Colegiada La Grande Tettée.

um paninho, moça.”. Faz, assim, alusão ao estigma social vivido por muitas mulheres ao dar de mamar publicamente. Não é inverossímil que muitas mães já tenham sido solicitadas a cobrir o seio nessas circunstâncias por pessoas que tenham se incomodado com ele à mostra. Muitas vezes, “colocar o paninho” é algo que as mães já fazem em antecipação para evitar tais situações constrangedoras, já que a alternativa a isso seria substituir a amamentação pela fórmula ou parar de frequentar locais públicos. Não é habitual, por exemplo, que os locais de uso coletivo disponham de espaços reservados para que a mãe amamente isoladamente; quando muito, encontramos fraldários e todos, como poderíamos prever, localizados nos banheiros femininos.

Contudo, em vez de cobrir o seio, irônica e subversivamente, a mãe cobre sua cabeça e rosto, amamentando o filho normalmente. Ao reagir à frase de modo inusitado, ela zomba da tentativa de normatização do seu corpo e do seu comportamento, escapando do efeito ultrajante que tal opressão gera. A graça que seu gesto produz descredibiliza e ridiculariza um pedido cínico que se utiliza de diminutivos (“paninho”) como uma forma de polidez mal sucedida, mas que, apesar de parecer uma sugestão amigável, é, na verdade, uma forma de regulação. Bergson (1940/1983) afirmou que o “riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vinga-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela.” (p. 92). Dessa maneira, esse tipo de interação nas redes sociais expressa e, ao mesmo tempo, conquista o desejo feminino de autonomia na exposição dos seus corpos, enquanto exercem uma das tarefas mais desgastantes da maternidade que é a amamentação. Sabemos que isso não acontece livre de críticas. São inúmeros os comentários de postagens como esta que condenam tais práticas. No entanto, podemos afirmar que essas postagens no Instagram cumprem a função de desestigmatizar a amamentação, esclarecendo os vieses vividos pelas mães que a praticam e informando sobre como oferecer suporte a elas.

Aqui, estivemos apresentando o potencial que as interações sobre maternidade no Instagram têm de contestar o ideal materno e de revelar um lado da maternidade que, até então, só se manifestava em âmbito particular, na proteção do seio familiar. Em contrapartida, percebemos que há alguns temas cuja relevância não se pode ignorar que praticamente não aparecem nessas trocas virtuais. Assuntos como o questionamento do amor materno, o arrependimento por ter tido filhos (parece que, no final das contas, “sempre vale a pena ser mãe”), a entrega de filhos para adoção, a questão do aborto, a escolha por não ser mãe, o compartilhamento da responsabilidade de maternar com as instituições e demais

peças da sociedade, dentre outros; são pouco ou de forma nenhuma explorados. Cabe, ainda, perguntarmos em que medida o que está em debate no mundo virtual produz transformações na vida cotidiana dessas mães. A seguir, iremos discutir sobre os caminhos apontados por essas interações para que outras formas de maternar sejam possíveis e sobre o seu potencial de mudança do regime de forças que mantém viva e atuante uma cultura patriarcal.

4.3 Maternidades possíveis e a transformação de uma cultura patriarcal

É inegável o ganho que a Internet, de uma forma geral, trouxe para a vida cotidiana. Temos, de fato, na palma das mãos, uma gama infinita de informações que se atualizam a cada dia. Encontramos nas redes sociais tutoriais de como fazer toda sorte de coisas, dicas de toda ordem, cujos temas variam do mercado financeiro à carpintaria. Portanto, é fato que o mundo virtual facilitou nossas vidas de forma inédita, uma vez que jamais foi tão simples adquirir conhecimentos e acessar informações como somos capazes hoje. Por outro lado, a multiplicidade desses dados fez com que se disseminasse uma suspeita generalizada a respeito da sua fidedignidade. Já não confiamos mais facilmente na procedência de boa parte das informações compartilhadas em rede. Apesar disso, não deixa de ser habitual para boa parte das pessoas pesquisar em plataformas de busca toda vez que precisa resolver um problema, seja para se informar a respeito de diagnósticos ou para aprender a fazer determinada receita, enfim, para buscar materiais informativos sobre qualquer tema.

Em meio a tantas prescrições voltadas para o fazer materno, várias autorizadas por saberes científicos ou cujo objetivo é a venda de produtos e serviços, há algumas publicações, efetuadas por mães comuns que são reconhecidas por mães usuárias de redes sociais como úteis para a rotina materna. Elas oferecem sugestões de como otimizar algumas atividades ou de como solucionar situações desafiadoras típicas do dia-a-dia doméstico. A Figura 15.0 a seguir ilustra esse tipo de postagem:

Figura 15.0



Na foto, a usuária @dicas_maternas compartilha uma forma mais fácil de administrar medicação a crianças muito pequenas, com a ajuda de uma seringa acoplada a uma chupeta. Quem já viveu a experiência sabe o quanto pode ser trabalhosa tal tarefa. A criança, muitas vezes, regurgita o remédio deixando muitas mães aflitas por não saberem o quanto daquela substância foi ingerida e se devem ou não administrá-la mais uma vez. Para uma mãe cobrada pela saúde da sua criança e por todas as consequências de seus atos, pode ser desesperador ter uma criança doente e não conseguir medicá-la. Assim, a dica apresentada pela usuária pode ser muito bem vinda para tranquiliza-la. Nesse sentido, “*salva demais*” as mães dessa angústia. Essas provações são cotidianas às mulheres em geral que cuidam de suas crianças. Assim como na situação retratada na postagem, as mães estão constantemente tendo que lançar mão de artifícios para fazerem seus filhos comerem, dormirem, banharem-se, irem para escola, fazerem lição de casa, desfraldarem, comportarem-se, enfim, para realizarem o que é necessário para a sua saúde, para o seu desenvolvimento e para viverem em sociedade. Se considerarmos que praticamente tudo o que fazemos e somos é aprendido e que geralmente há uma mulher acompanhando cada etapa de aprendizagem, podemos imaginar o nível de diligência e abnegação necessário para que todos cheguemos à idade adulta.

Dessa maneira, qualquer forma de facilitar a labuta doméstica diária funciona como um alento para essas mulheres e torna mais possível atravessar o calvário da maternidade. Os conhecimentos antes transmitidos somente pelos especialistas ou por

mulheres mais experientes agora podem ser encontrados aos montes nas redes, no momento em que cada mãe decide publicar suas artimanhas para dar conta de suas atribuições. A diferença é que a troca de informações como esta em redes sociais alcança um número bem maior de mães, fazendo circular mais intensamente formas de maternar factíveis, que não exijam das mulheres o cumprimento de uma série de protocolos que, se não seguidos, supostamente trazem sérios riscos às suas crianças. A facilidade de registrar e divulgar minúcias da sua vida ordinária, por intermédio dos smartphones, sempre à mão, permite que momentos desafiadores como esses possam ter visibilidade juntamente com as estratégias mais singulares de resolução, fruto da criatividade de cada mãe, na experiência com seu filho. Assim, são inúmeras as postagens que ensinam, por exemplo, como congelar leite materno por ocasião da volta ao trabalho, como preparar as refeições da semana mais rapidamente, como distrair a criança enquanto se faz qualquer outra atividade, dentre outros. Muitos desses macetes confrontam formas canonizadas de maternar, como disse a usuária @natashasaraiva (mãe de cinco filhos pequenos e de uma adolescente) em um de seus stories: *“aqui em casa todo mundo come papinha do mesmo prato, dada pela mamãe na boca, para evitar bagunça”*. Percebemos que, aqui, ela contrapõe-se ao reconhecido método de introdução alimentar, criado pela enfermeira britânica Gill Rapley, em 2008, denominado BLW (*baby led-weaning* que, em português, significa ‘desmame guiado pelo bebê’). Trata-se, na prática, de deixar que a criança conduza seu processo de introdução alimentar, baseando-se na crença de que ela possui uma capacidade inata de autoalimentação e que pode decidir quando, quanto e em que ritmo comer. Dessa maneira, os pais não devem ser os ‘alimentadores’ das crianças, mas, sim, ‘mediadores’ entre elas e os alimentos. Devem abandonar os talheres e oferecer os alimentos em tamanhos e texturas que possibilitem que elas segurem a comida com as mãos, de modo que possam levá-los à boca autonomamente, experimentando-os livremente. (RESENDE, 2022).

Não nos posicionamos aqui contra o fato de que permitir que as crianças tenham autonomia para se alimentar ou que tenham tempo para saborear diferentes tipos de alimentos seja pertinente e que realmente contribua para melhores hábitos alimentares ao longo de sua vida. A questão é que, para que isso ocorra, exige-se que alguém tenha tempo e disponibilidade suficientes para acompanhar tal processo, uma vez que ele faz crescer a lista de atribuições dos cuidadores (geralmente mães) que precisam de mais horas cozinhando, comprando e limpando. Quando pensamos na realidade de uma mãe que precisa alimentar todos os dias cinco crianças pequenas, essa prática torna-se inviável. Assim, ao publicar uma

forma mais exequível de dar alimento para seus filhos, a usuária tensiona essas exigências e faz uma afirmação de que para ser possível maternar de modo menos opressivo, é preciso facilitar a vida das mães. Isso proporciona certo desvio de formas hegemônicas de maternar, autorizando o que cada mãe consegue fazer, de acordo com sua realidade.

Por outro lado, é comum que essas práticas mais alternativas sejam extremamente criticadas nas redes. Na postagem da Figura 14.0, vemos que a própria usuária antevê, na legenda, alguma forma de julgamento pelo fato de estar utilizando chupeta (artefato que divide as opiniões dos peritos de plantão). Ela adverte as “*mães julguianes*”, ou seja, aquelas que julgam; que, por um minuto, abram mão de sua postura condenatória e que deem licença para que ela crie seu filho como deseja. E, de fato, o post é seguido por muitos comentários de reprovação como: “*tadinho*”, “*Meu Deus que perigo de engasgo*”, “*Melhor só com a seringa.... chupeta só em último caso, último mesmo*”, “*Não dê bicos artificiais*”, etc.; mas também por outros que julgam a estratégia como uma boa ideia, como algo a ser copiado e que, de fato, pode facilitar a vida de muitas mães.

Vemos que, apesar do clima contencioso gerado por essas postagens, elas cumprem a função de acostumar o olhar do público em geral para práticas de maternagem não padronizadas, mais livres, realistas e menos idealizadas. Por outro lado, além de facilitarem o cotidiano materno e de produzirem novas representações e expectativas sociais em relação à maternidade, essas formas de interação atendem também ao forte apelo de uma cultura da conectividade (VAN DIJCK, 2016), com seus imperativos de “transparência” e “popularidade”. Na medida em que interagem, as mães produzem dados constantemente que, uma vez contabilizados e agrupados pela plataforma, fornecem a empresas do ramo materno-infantil um panorama de seus gostos, costumes, interesses, desejos e necessidades. Todas essas informações orientam a produção de mercadorias bem como ajudam a direcionar publicidades a nichos específicos de consumo, alimentando o complexo funcionamento do mercado contemporâneo, muito eficiente em transformar em produto qualquer manifestação de criatividade dos seus usuários. Como afirmou Sibilía (2016): “[...] há uma convocação informal e espontânea aos usuários ou consumidores para que compartilhem voluntariamente suas invenções; algo que, na maioria dos casos, consiste em performar suas personalidades e encenar suas vidas na visibilidade das telas interconectadas”. (p. 31).

As plataformas acabam submetendo todos os seus usuários a esse tipo de sociabilidade. É difícil não cair nas graças das tendências de exibição da intimidade que

proliferam hoje em dia e não ceder à vontade de bisbilhotar vidas cotidianas de pessoas comuns. Tudo isso fomentado por um desejo ímpar de aprovação social, através dos *likes*, dos compartilhamentos e dos comentários; mas também intencionando fazer parte de um mercado de trabalho que promete grandes ganhos e fama, mas que é, ao mesmo tempo, extremamente competitivo, inconstante e precário. Estamos falando da figura do influenciador digital, atualmente o carro chefe do mercado publicitário e que atua em diferentes segmentos de venda, inclusive no nicho materno-infantil. Trata-se de criadores de conteúdos digitais que cultivam determinado público interessado em suas postagens, possuindo, assim, certo alcance social (medido pelo seu número de seguidores e pelo seu engajamento²³) e cuja remuneração é proveniente de parcerias ou contratos com empresas para promoverem mercadorias e serviços para sua audiência. (O'MEARA, 2019).

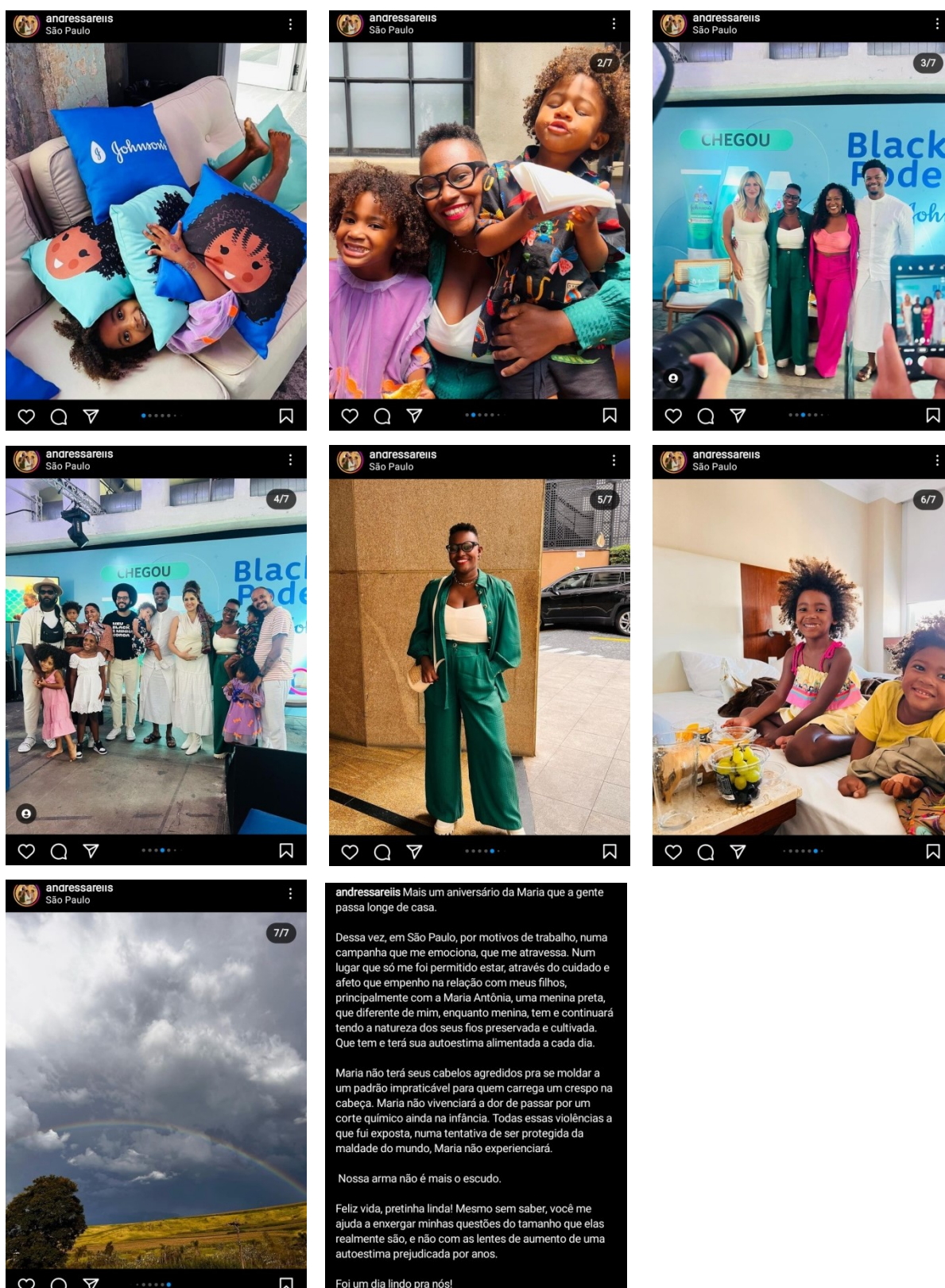
Esse formato de trabalho é muito cobiçado atualmente por supostamente conceder mais liberdade e autonomia para os criadores, em relação aos empregos formais nas empresas de mídia. Além de prometer melhores rendimentos que as organizações tradicionais, vende-se como promotor de condições mais democráticas de participação, uma vez que qualquer indivíduo conectado é um influenciador em potencial, basta que se esforce para garantir a sua visibilidade, o que, frente à desvairada corrida por atenção no mundo das redes, nem sempre é algo fácil, exigindo uma exposição constante e uma ampla interação com seus seguidores. Em contrapartida, o que parece subdimensionado no rol das subcelebridades é o quanto fazem parte de uma lógica de mercado baseada em projetos (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), típico de um capitalismo neoliberal e pós-fordista, que oferece pouca segurança, quase nenhum benefício e que transfere todo o risco econômico para o trabalhador. Soma-se a isso uma intensa carga horária de trabalho criativo não remunerado, além das horas gastas em 'trabalho aspiracional' (O'MEARA, 2019), isto é, aquele que é orientado para o futuro na esperança de obter resultados que aumentem seu alcance social, podendo ser convertido ou não em remuneração posterior. Dessa maneira, o mito de que o trabalho de influenciador proporciona mais controle e liberdade cai por terra e o cenário pode ser ainda pior quando consideramos a falta de transparência das plataformas quanto às regras algorítmicas do jogo midiático, fazendo com que os produtores de conteúdo sejam obrigados a trabalhar sob o regime de normas que desconhecem.

²³ Trata-se do grau de interatividade entre os conteúdos de determinado influenciador e seus seguidores bem como do seu nível de retenção de audiência. O engajamento é medido pela quantidade de curtidas, de visualizações, de comentários e de compartilhamentos.

Apesar de tudo, é crescente o número de mães influenciadoras no Instagram que se dispõem a tornar seu dia-a-dia público ou a produzir conteúdos variados sobre maternidade, almejando serem notadas por marcas que se interessem em fechar negócios. Algumas (a minoria) atingem grande repercussão nas mídias e conseguem estabelecer uma carreira bem sucedida, com remunerações cujas cifras se distanciam em muito dos salários historicamente pagos para as mães em geral, isto quando conseguem trabalhar. Já outras (a maioria) se contentam com a aprovação social proveniente das trocas com seu número reduzido de seguidores.

A adesão de mães ao trabalho de criação de conteúdo digital guarda intensas contradições. A partir das postagens a seguir (Figuras 15.0 e 16.0), podemos explorar algumas delas. As duas publicações foram retiradas do perfil de Andressa Reis (@andressareis), uma das poucas mães influenciadoras negras que possui um grande número de seguidores. Ela teve seu perfil viralizado no Instagram quando, por ocasião da pandemia do Covid-19, momento em que ela e seu marido ficaram desempregados, começou a realizar vídeos num tom sarcástico e bem humorado sobre o cotidiano materno. A primeira postagem retrata uma viagem realizada pela influenciadora juntamente com sua família em função de uma campanha publicitária promovida pela empresa Johnson & Johnson e na segunda a influenciadora expõe uma foto da cozinha de sua casa nova, com o intuito de agradecer seus seguidores pelo apoio concedido (em visualizações), o que permitiu que realizasse o que, para ela, foi uma grande conquista.

Figura 16.0



Num primeiro momento, o que salta aos olhos nessa postagem da Figura 16.0 é o seu aspecto intertextual, a sua capacidade de recontextualizar diversos temas – como visibilidade, estilo de vida, representatividade racial e trabalho – amalgamados numa só

produção cultural. Andressa afirma na legenda que a data do aniversário de sua filha coincidiu com a viagem a trabalho. Dessa maneira, pôde reunir a comemoração do nascimento dela com sua participação numa campanha publicitária de uma linha de cosméticos infantis própria para crianças com cabelos crespos, denominada “Blackinho Poderoso”, de cuja participação a influencer aparenta se orgulhar bastante.

Destaca-se o caráter simbólico das imagens representadas. Segundo Kress e Van Leeuwen (2006), os “processos simbólicos são sobre o que um participante significa ou é.” (p. 105). Podem ser constituídos tanto por um portador e um atributo que lhe confere o caráter simbólico (processos atributivos simbólicos²⁴) ou somente por um portador, sendo o significado atribuído pelo que ele próprio representa (processos sugestivos simbólicos²⁵). Na primeira foto, a filha (portadora) aparece deitada num sofá confortável, abraçada com uma série de almofadas (atributos) ilustradas com desenhos de crianças negras e com a logomarca da Johnson & Johnson. Em estruturas simbólicas, geralmente os atributos aparecem de modo destacado e os portadores posam artificialmente olhando para o espectador. O efeito simbólico da imagem parece informar que a empresa, por produzir cosméticos para o público infantil negro e por escolher aquela família negra para representar sua campanha, promove o conforto e a felicidade da menina. Com o slogan: “*Para crespinhos crescerem ainda mais potentes*” a linha promete ativos adequados para garantir a saúde e a beleza de cabelos encaracolados e, com isso, asseverar que crianças com esse tipo de cabelo tenham a liberdade de usá-lo em seu estado natural. As crianças, nesse sentido, assim como seus cabelos, também se tornariam mais potentes, na medida em que fariam frente à histórica opressão estética que a população negra vive, numa sociedade que privilegia fenótipos brancos (cabelo liso, lábios finos, nariz afilado, etc.) como padrão de beleza. Na legenda, a mãe compara sua trajetória com a da filha afirmando que, diferente dela, a menina “*tem e continuará tendo a natureza dos seus fios preservada e cultivada*” bem como “*sua autoestima alimentada a cada dia*”. Andressa, por sua vez, não conseguiu se livrar do alisamento capilar, durante a infância, visto por ela como uma violência necessária, à época, para se proteger do preconceito contra seus traços físicos, o que acabou deixando sua autoestima prejudicada.

É histórica a tentativa de aniquilamento da estética negra, no Brasil. A partir de estratégias de alterocídio (MBEMBE, 2018), que significa a negação das diferenças que caracterizam o fenótipo das populações negras, a ideologia da branquitude tem construído

²⁴ *Symbolic Attributive Processes.*

²⁵ *Symbolic Suggestive Processes.*

representações que posicionam o estereótipo branco como sendo o ideal e como inferior qualquer corporeidade que se diferencie disso. Esse tipo de investimento ideológico tornou habitual práticas racistas que depreciam os traços negros (cabelos encaracolados, lábios grossos e narizes largos) e incitam, desde cedo, mulheres com tais características a modificarem-se através de técnicas cirúrgicas ou de alisamento capilar, para assemelharem-se às brancas. No entanto, temos testemunhado contemporaneamente, muito por influência do feminismo negro, movimentos afirmativos que resistem a essa necessidade de conformação à estética branca. Essa resistência se manifesta, principalmente, a partir da aceitação dos cabelos crespos ao natural, livres de química; de modo que muitas mulheres têm realizado a transição capilar, que é justo o processo de abandono dos alisamentos e reassunção dos cachos. (AMORIM, ALÉSSIO e DANFÁ, 2021).

Criou-se, portanto, um nicho de mercado bem interessante para empresas de cosméticos que passaram a se especializar em produtos para cabelos crespos ou em transição. Como afirmaram Boltanski e Chiapello (2009), a ‘crítica’ é a principal fonte de reestruturação do capitalismo, de modo que, para continuar lucrando, é comum que esse sistema econômico coopte demandas sociais – muitas vezes, contrárias a seus princípios – oferecendo-lhes saídas parciais, mas que lhe arrefecem o poder de reivindicação, fazendo com que o capitalismo se reproduza. Dessa maneira, vemos a publicidade e o mercado se apropriarem de reivindicações antirracistas, promovendo, sim, uma estética negra, mas somente na medida em que isso promove seus lucros; enquanto questões mais amplas e estruturais sobre racismo ficam em segundo plano. A segunda foto da postagem 15.0 ilustra bem esse fenômeno. Nela, o simbolismo está encarnado na própria figura da família negra que aparece feliz, beneficiada, reconhecida e recompensada; claro, desde que vendam bem os produtos.

Somam-se a tudo isso os imperativos de visibilidade e popularidade. A usuária afirma ter sido convidada a participar de tal campanha como resultado do “*cuidado e afeto que empenha na relação com os filhos*”, parecendo ignorar o interesse da marca nos seus 432 mil seguidores. Vemo-la também posar para fotos junto com outras celebridades negras da Internet, mas também de uma atriz global branca, Giovanna Ewbank, que ganhou ainda mais popularidade nas redes após adotar duas crianças negras juntamente com seu marido, o ator global branco Bruno Gagliasso. Dessa maneira, as fotos 3, 4 e 5 da postagem simbolizam o sucesso dessa mãe negra que, agora, por intermédio do seu trabalho como influenciadora digital, pode vestir-se bem, ocupar um lugar de destaque (antes permitidos

somente a pessoas brancas) e frequentar lugares tradicionalmente de elite. Particularmente na foto 3, vemos ser ressaltado o aspecto da visibilidade. Trata-se de uma foto que mostra a usuária, ao lado dos outros *influencers*, sendo filmada ou fotografada por uma câmera e por um celular *smartphone*. Através do recurso à metanarrativa, a foto representa o motor da cultura da conectividade, que é o ato de registrar todos os momentos da vida e torna-los visíveis a um público que irá apreciá-los. A visibilidade é, então, apresentada como um valor a ser cultivado, uma vez que pode trazer bons resultados financeiros e popularidade. Constitui, assim, um modo de vida ou, nas palavras de Fairclough (2001), um *ethos* que expressa o tipo de pessoa que a usuária julga ser e que sinaliza sua identidade social, bem como sua subjetividade. A sexta foto da imagem expressa bem isso, ao retratar suas crianças satisfeitas, tomando um café da manhã robusto num quarto de hotel, como resultado da vida de influenciadora. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que opera transformações sociais, na medida em que proporciona trabalho e visibilidade para mães que de outra maneira não teriam acesso ao mercado de trabalho, esse novo modelo econômico informacional coopta pautas de representação e transforma identidades, personalidades e a condição social de seus atores (no caso, a de mãe preta) em produto.

Não há dúvidas de que o trabalho nas redes sociais mudou a vida de Andressa. Ela conta em entrevista ao *podcast* “Senta direito, garota!” que não foi só uma mudança financeira, mas que criou uma rede de acolhimento e empatia transformadora para ela e para muitas outras mulheres. No entanto, é possível questionarmos em que medida a transformação da vida de uma única família aponta para uma transformação social maior, que modificasse o valor dado à função materna, bem como avançasse nas questões do racismo. No *post* a seguir (Figura 16.0), vemos que, mesmo com remuneração equivalente a pessoas de classe média alta, a ponto de poder comprar e reformar uma casa confortável e luxuosa, Andressa afirma ter enfrentado preconceito por parte de vendedores de lojas de construção que não lhe davam a devida atenção, por não a reconhecerem como alguém com poder aquisitivo suficiente para efetuar compras vultosas; única e exclusivamente por conta da cor de sua pele. Relata que, muitas vezes, ela e o marido tinham que voltar em casa para vestirem roupas “mais apresentáveis”, no intuito de serem mais bem atendidos. Além do mais, vemos que a internet facilita a inserção no mercado de trabalho de mães que decidem trabalhar como influenciadoras digitais, na maioria das vezes, monetizando o seu próprio cotidiano materno. E se uma mãe não quer se submeter ao regime de exposição necessário a tal atividade e se tem o interesse de seguir qualquer outra forma de carreira que não tenha

ligação com o mundo digital. Por enquanto, as plataformas digitais não oferecem caminho promissor para elas.

Figura 17.0



andressareis Estamos no dia 95 da obra que deveria durar 45 dias. Saiu pedreiro, entrou pedreiro e parece que agora estamos perto do fim.

Nossa cozinha falta receber as pedras e a cuba, mas já nos permite ensaiar as receitas que vamos fazer ou as quentinhas que iremos abrir sobre o balcão da ilha. E ela é linda, espaçosa e funcional.

Porém, não foi fácil chegarmos até ela. Das lojas que visitamos, quando o nosso bom dia não era respondido com o valor mínimo do serviço, as visitas que conseguimos marcar (com muito custo) para ter um orçamento, nunca aconteceram.

Num ato de desespero, voltamos em casa, nos arrumamos "melhor", pra quem sabe assim, conseguíssemos ser olhados nos olhos, do jeito que todo cliente deve ser recebido, independente da sua cor, gênero, aparência, vestimentas, credo, quantidade de filhos. Independente da visão preconcebida do profissional sobre quem tem condições de adquirir determinado produto / serviço ou não.

Felizmente, a @criardesignoficial nos proporcionou essa experiência positiva. E isso não é uma publi. Pagamos cada centavo da nossa cozinha. Isso é um agradecimento por toda atenção e acolhimento, que embora seja como deve ser, pra nós, uma família preta, sabemos que nem sempre é.

Assim, percebemos que para avançarmos na luta contra as desigualdades de gênero, raça, classe social e outras não basta somente uma atuação no mundo das redes sociais. Afinal, no caso das mães, o que elas precisam é de horas de sono, descanso e lazer; é que alguém divida com elas as tarefas domésticas; é que possam deixar seus filhos em segurança para poderem trabalhar; é que não sejam mal remuneradas simplesmente pelo fato de serem mães. Nada disso, porém, é passível de ser realizado virtualmente. Por outro lado, defendemos, aqui, a partir do suporte da Análise de Discurso Crítica, que a mudança social ocorre parcialmente através dos discursos; que, a partir de novas formas de representação e de interação, podemos promover um arranjo diferente dos diversos elementos, inclusive os materiais, de uma prática social. Ressaltamos somente que não podemos superdimensionar os aspectos discursivos em detrimento dos demais, mas, sim, fazer com que eles legitimem práticas parentais mais igualitárias.

Nesse sentido, constatamos, no Instagram, o compartilhamento de textos e de imagens que visam a promover novos sentidos no âmbito da parentalidade, criando categorias como “mãe possível” e “pai participativo”, disseminando outras como “mãe solo” e, ainda, naturalizando imagens de corpos de mulheres que acabaram de parir; corpos estes intensamente regulados para que muito rapidamente voltem a ser como antes da gravidez. A

Figura 17.0 traz um exemplo de como as mulheres têm utilizado as redes sociais para naturalizar as consequências da maternidade sobre os corpos femininos.

Figura 18.0



No quesito representação, a imagem do post possui uma estrutura conceitual analítica, de modo que visa a informar como, de fato, é o corpo de uma mulher logo após um parto. Constitui-se, assim, de quatro fotos que ilustram as marcas deixadas pela gestação, como estrias e celulites nos glúteos e na barriga, cicatriz de uma cesariana e excesso de pele abdominal. Apesar de mostrar um corpo que se distancia dos padrões estéticos, a usuária adjetiva-se de “gostosa”, não porque tem o corpo modelo (intensamente sexualizado), mas, sim, porque afirma que “dá gosto” estar em sua presença. Em seguida, realiza uma crítica ao fenômeno de espetacularização de corpos sintéticos que faz com que muitas mulheres se espelhem em famosas cuja vida baseia-se em cultivar uma silhueta esbelta, muitas vezes adquirida cirurgicamente, e que populariza o uso de filtros que camuflam imperfeições comuns a toda mulher, forjando um modelo irreal de corpo, perseguido por todas, mas dificilmente atingido por alguma. Em vez do culto ao corpo perfeito, a usuária propõe um elogio à “mulher que acorda nas madrugadas, faz seu corre o dia todo, toma seu banho correndo e, no final do dia ao deitar ainda consegue sorrir e suspirar.”. Prefere, então, comparar-se a animais selvagens, como a águia e a leoa, ou aos míticos, como a fênix.

Assim como elas, reúne em seu corpo marcas de “guerra, de voos, de quedas” e é capaz de ressurgir das cinzas. Dessa maneira, percebemos que a influenciadora rompe com a expectativa social segundo a qual todas as mulheres devem ser escravas da perseguição do corpo ideal, mesmo depois de terem passado por transformações biológicas tão drásticas decorrentes da gravidez e do parto. Ao contrário de rejeitar e camuflar as consequências corporais de sua maternidade, ela as expõe e orgulha-se delas.

Naomi Wolf (1992) aponta que quanto mais as mulheres alcançam conquistas sociais, culturais e de direitos civis, mais recrudescem as estratégias de controle do corpo feminino através da adequação a modelos predefinidos de beleza. Para ela, “o mito da beleza” trata-se de uma contraofensiva à liberação da mulher promovida pelos feminismos das décadas de 1970 e 1980. Frente à derrocada da mística feminina e dos seus atributos como domesticidade, passividade e castidade, a cultura patriarcal, de forma reacionária, institucionalizou a discriminação de mulheres baseando-se na beleza. A autora afirma que:

[...] em meio à maioria das mulheres que trabalham, têm sucesso, são atraentes e controladas no mundo ocidental, existe uma subvida secreta que envenena nossa liberdade: imersa em conceitos de beleza, ela é um escuro filão de ódio a nós mesmas, obsessões com o físico, pânico de envelhecer e pavor de perder o controle. (p. 12).

Baseando-se na ideologia prosaica e rasa de que os homens escolhem suas parceiras sexuais devido a padrões estéticos naturais, definidos evolutivamente; a cultura patriarcal criou critérios de beleza em busca dos quais as mulheres devem competir para obter o apreço masculino. Trata-se, portanto, de nova estratégia para impor limites às mulheres, já que os antigos, relativos ao trabalho, ao sexo, à política e à educação elas cuidaram de ultrapassar.

Mais uma vez, o capitalismo ganha com tal fenômeno, pois este alimenta de modo contundente a indústria cosmética, o mercado das dietas e dos produtos para emagrecer; além do rol de academias e profissionais que, a cada dia, lançam o método mais eficiente para perder peso, barriga e alcançar o corpo ideal. Essa imagem da mulher perfeita, magra, esbelta, com curvas e seios fartos, mas com coeficiente de gordura extremamente baixo, é produto de uma convenção estética publicitária que Wolf (1992) chamou de pornografia da beleza. Frente à liberação sexual feminina, que fez com que as mulheres retomassem o controle do próprio corpo e do seu desejo sexual, surgiu uma urgência de devolvê-la a um lugar de docilidade e subalternidade em relação aos homens, o que foi fortemente empreendido pela divulgação, em peças publicitárias, de imagens de mulheres de corpo padrão, retratadas em posições que lembrassem situações sexuais típicas de filmes

pornográficos. Nesses vídeos, as mulheres geralmente ocupam o lugar de objeto sexual, adotando posturas que chegam a lhe violentar, com o único intuito de satisfazer o prazer masculino. No entanto, de modo distorcido, essa estética se popularizou como sendo aquela a ser perseguida por toda mulher; pois “ver um rosto na expectativa do orgasmo, mesmo se se tratar de uma representação, é um poderoso argumento de vendas. Com a inexistência de outras imagens sexuais, muitas mulheres passaram a acreditar que precisariam ter aquele rosto, aquele corpo, para atingir aquele êxtase.” (p. 178).

Isso explica, portanto, o excesso de cobrança experimentado pelas mães para extinguirem, o mais rápido possível, qualquer vestígio de que estiveram grávidas; para que, tão prontamente, voltem a ser objeto de desejo. Assim, a exposição do corpo materno de modo realístico, com marcas e dobras decorrentes da maternidade, estabelece um contraponto a essa cultura de sexualização do corpo feminino, ressaltando, para além da sua função sexual, seus atributos reprodutivos e sua capacidade de executar cuidado, naturalizando, assim, corpos díspares, que destoam dos modelos perpetrados pela propaganda.

Além de normalizar imagens de corpos maternos que jamais poderiam ser observados sem constrangimento por parte da mulher, as interações em redes sociais permitem também disseminar novos qualificativos para a maternidade que cumprem uma função contra hegemônica no que diz respeito à idealização materna. Na Figura 18.0 uma usuária divulga a noção de “mãe possível”, elencando diversos fatores que auxiliam no desempenho de uma maternidade mais exequível.

Figura 19.0

Lucianaarocho Brasília DF

Seguir

MÃE POSSÍVEL

SEGREDOS DE UMA MÃE POSSÍVEL

- ✓ Não dá ouvidos para pitacos que nada contribuem para um maternar saudável
- ✓ Entende que cada gravidez é única e que as experiências de outras mães não vão, necessariamente, acontecer com ela.
- ✓ Procura um pré-natal psicológico pra dar conta de tantos sentimentos que aparecem e evitar o adocimento no pós-parto.
- ✓ Sabe que precisa arrumar muitas coisas em muito pouco tempo, mas entende que delegar algumas obrigações a ajudam a passar por essa fase com mais tranquilidade.
- ✓ Sabe que exigir perfeição dos filhos é impossível e por isso entende que pode e deve "relaxar" em alguns momentos e até curtir a bagunça temporária.
- ✓ Sabe que é a melhor mãe que pode ser e que isso não significa falta de amor.
- ✓ Aproveita cada fase do maternar e se lembra com carinho de cada momento.
- ✓ Toma as suas próprias decisões sobre os cuidados com os filhos.
- ✓ Sabe que pedir ajuda não fere a sua autonomia como mãe.

Compartilhe essa postagem com mãe que você tem carinho

Lucianaarocho Brasília DF

Seguir

MÃE POSSÍVEL

2/2

Lucianaarocho Eu te revelei um segredo.

Agora o seu papel é aplicar esses itens do checklist para que você consiga ter mais tranquilidade no seu maternar.

Que você consiga ter mais segurança na sua jornada da maternidade.

Uma mãe que exige de si a perfeição, vai esperar que o seu bebê - depois a criança, o adolescente e o filho adulto - seja perfeito também.

Você já parou para pensar sobre isso?

Por melhor que você seja, em diversos momentos, seu filho pode te desapontar ou colocar em xeque os seus ensinamentos.

Cuidar de uma criança não se trata somente de você, mãe. É sobre a sua criança também!

O excesso de cobranças e de idealizações fazem com que você perca o essencial da vida que é a conexão com o seu bebê: o olhar genuíno, para o seu filho que te permite perceber o que ele realmente precisa e o que você pode oferecer.

O caminho de exigências e cobranças demasiadas é extremamente perigoso para mães, pais, crianças e famílias.

Mães robôs, perfeitas, não existem!

Mas mãe possível e real existe e está aqui lendo esse post!

É difícil precisar quando exatamente surge a ideia de “mãe possível” nas discussões feministas sobre maternidade. No entanto, constatamos, nos últimos dez anos, o uso e a disseminação dessa expressão nas interações em rede como contraponto à noção de “mãe ideal”. Os significados das palavras fazem parte de processos sociais e culturais mais amplos, uma vez que podem “constituir, reproduzir, desafiar e reestruturar os sistemas de conhecimento e crença”. (FAIRCLOUGH, 200, p. 211). Assim, qualificar o substantivo ‘mãe’ com a palavra ‘possível’ em vez de ‘ideal’ desafia ordens de discurso hegemônicas que tradicionalmente concebem a maternidade como algo sublime e prototípico e que sustentam desigualdades de gênero perpetradas há tempos em nossa sociedade. Aponta-se, portanto, para a necessidade de defender uma maternidade que seja realmente praticável, que não exija das mulheres feitos homéricos, impossíveis de realizar. Para tanto, a usuária propõe uma série de modificações que passa tanto pela diminuição da lista das atribuições maternas, como também por abrir mão do desejo de perfeição e pela assunção de um lado mais sombrio da maternidade (que envolve cansaço, sentimentos negativos, imperfeição, dentre outros).

Primeiramente, vemos que ela considera um segredo as informações que tem a compartilhar, remetendo ao fato de que dizer não às exigências da maternidade trata-se de algo inconfessável, que não se pode compartilhar coletivamente. No entanto, é exatamente o que a @lucianarocho faz, transgredindo a norma social que impede mulheres de revelar suas limitações em atingir um ideal materno. Além disso, subverte o sentido corrente do gênero

panfletário, muito presente nas redes em formato de lista de dicas voltadas para o aperfeiçoamento e para a persecução das melhores versões de si. Contrariamente, oferece sugestões para reduzir a performance materna. Desse modo, propõe que as mães não deem ouvidos a pitacos alheios, pois eles dificilmente lhe ajudarão; uma vez que cada experiência materna é singular, de modo que o que serve para uma mãe pode não servir para outra. Recomenda que façam pré-natal psicológico, isto é, que sejam acompanhadas também por psicólogos para além da assistência médica. Atesta, com isso, que a gravidez e a maternidade como um todo não se resumem, apenas, a questões biológicas. Elas também envolvem aspectos psicossociais que, se ignorados, podem trazer danos equiparáveis à negligência com a saúde física. Isso também ajudaria essas mulheres a acolherem e lidarem com sentimentos e emoções que não combinam muito com a forma ideal de ser mãe arraigada socialmente. Ademais, afirma ser necessário abrir mão da busca pela perfeição e pela autossuficiência, pois delegar atribuições a outros, não significa falta de amor pelos filhos. Por fim, ao desistir de tentar ser perfeita como um robô, entendendo que isso é impossível, pode viver uma maternidade mais prazerosa, de modo mais relaxado, curtindo o crescimento de suas crianças e se sentindo segura para tomar as próprias decisões, dispensando toda sorte de prescrições que venha a regular sua forma de maternar. Isto é, contenta-se em ser uma “mãe possível”.

Um dos argumentos apresentados no *post* para que as mães diminuam suas expectativas sobre si mesmas é que o excesso de autocobrança acaba se convertendo num anseio que se volta contra os próprios filhos. Uma vez que se dedicam a serem as melhores mães, também esperam que eles sejam os melhores filhos. A usuária contrapõe-se, assim, à lógica do que Milkie e Warner (2014) chamaram de “salvaguarda de status²⁶,” definindo-o como:

O trabalho vigilante das mães para preparar o caminho de uma criança para o mais alto status alcançável [...] fazendo todo o possível para garantir que o futuro (**do seu**) status social e econômico [...] em um mercado competitivo seja sustentado ou melhorado – em essência, tecendo uma rede de segurança individualizada.” (p.66, acréscimo nosso).

Para as autoras, isso é o que torna compreensível que as mulheres de classe média toquem a empreitada da maternidade intensiva, que exige tanta abdicção e esforço, numa sociedade em que a máxima é a do sucesso individual. Em vez de investirem em suas carreiras e nos próprios ganhos, elas se preocupam em garantir que os filhos sejam inseridos com sucesso no mercado de trabalho e, para isso, dispõem seu tempo, sua energia e seus

²⁶ *Status safeguarding.*

recursos para promover a melhor formação possível, seja no que concerne aos aspectos cognitivos, sociais ou psicoemocionais. É isso o que, por exemplo, torna tão sedutor para uma mãe de classe média consumir ou contratar toda sorte de produtos e serviços disponíveis nas redes. Ao mesmo tempo, é o que faz com que sua rotina seja interminável, ocupada em acompanhar a criança na escola, conduzi-la a toda sorte de cursos (inglês, teatro, piano, etc.), escolher a melhor alimentação, vigiar os conteúdos midiáticos que consomem, garantir uma boa rotina de sono, proporcionar experiências diversas, etc. Tudo isso, pensando em assegurar que o filho seja uma pessoa bem sucedida no futuro. Assim, essa mãe terá cumprido a sua missão.

Em contrapartida, essa prática produz consequências nem sempre tão salutares. Penso que já deixamos claro o quanto isso sobrecarrega e produz adoecimento para as mães. Mas, em adição, as crianças também ficam exauridas; pois, muitas vezes, ficam impedidas de desfrutar das atividades que de fato lhe aprazem, isso porque precisam cumprir uma série de outras tarefas designadas pela mãe, na ânsia de garantir o melhor desempenho. Cria-se, então, uma atmosfera propícia para uma série de conflitos entre ambos, uma vez que seus interesses apontam para lados distintos. Somam-se a isso consequências subjetivas e relacionais sofridas pelos filhos que, acostumados a sempre contar com os esforços maternos, geralmente invisíveis, podem tanto passar a desacreditar em sua própria capacidade para lidar com a vida, bem como ter dificuldades para conduzir sozinho situações frustrantes e problemáticas. (MILKIE e WARNER, 2014).

Assim sendo, é sintomática a intensa diminuição das taxas de natalidade mundiais. Segundo pesquisa divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1950, a taxa de fecundidade da população do globo era de 5 nascimentos por mulher. Já em 2021, passou a ser de 2,3 com tendência a decrescer para 2,1, até 2050. (CAUTI, 2022). Estamos vivendo uma verdadeira “greve dos ventres” como atestou Badinter (2010):

Desde que as mulheres controlam a reprodução, estudam, invadem o mercado de trabalho e reivindicam a liberdade financeira ou uma carreira, a maternidade não é mais uma evidência natural, mas um problema. Embora uma minoria rejeite filhos, a verdadeira revolução está presente, pedindo a redefinição da identidade feminina. É verdade que as normas culturais próprias a cada um deles podem evoluir, e que as políticas familiares podem influenciar as escolhas parentais, mas o fenômeno *childless*²⁷, em harmonia com o individualismo de nosso tempo, não está a ponto de desaparecer. Especialmente porque não faltam nem vantagens, nem atrativos. (p. 163 e 164, grifo da autora).

A queda de fecundidade é atribuída por ela tanto ao predomínio generalizado da ideologia da boa mãe como à ausência de políticas familiares que apoiem as mulheres

²⁷ Sem filhos.

suficientemente. Em contrapartida, Badinter apresenta o caso das francesas como sendo uma exceção a essa regra; pois, por mais que tenha sido afetada pela baixa mundial de natalidade dos últimos tempos, a França se mantém com um dos índices mais altos de filhos por mulher da Europa. Poderíamos aventar que isso se deve, sobretudo, à generosa política familiar francesa que concede inúmeros benefícios, como auxílios-maternidade que variam de acordo com a quantidade de filhos, licença paternidade de duas semanas, disponibilização de creches gratuitas para crianças a partir de 2 anos e meio, dentre outros. No entanto, não se verifica a mesma tendência em manter as taxas de nascimento em outros países, como, por exemplo, os da Escandinávia, que possuem políticas ainda mais dadas que as da França.

Dessa maneira, o que Badinter (2010) ressalta como sendo algo definidor para que as mulheres francesas não tenham abdicado de suas maternidades é que elas mantêm uma tradição ancestral de serem mulheres antes de mães, de modo que somente assim a maternidade se torna viável; elas dizem: somos “mães ‘mediócras’, porém mães...” (p.193). Historicamente, mais precisamente desde o século XVII, a maternidade não é suficiente para definir uma mulher ideal na França. Muito pelo contrário, ocupar-se das tarefas maternas era considerado incompatível com os deveres sociais e os de esposa, julgados prioridades à época para as mulheres aristocratas ou da alta burguesia. O ato de entregar as crianças, assim que nasciam, sem nenhuma culpa, aos cuidados de amas-de-leite, de tutores, governantas ou de internatos era, portanto, prática habitual dessa sociedade. É importante lembrar que as crianças ainda não tinham a relevância social que possuem hoje. Somente a partir do século XIX, com o fortalecimento do modelo de família burguesa, com a disseminação das ideias de Rousseau e posteriormente com a invenção da Psicanálise, é que as crianças passam a ter importância para a sociedade e, por serem vulneráveis, dependentes e necessitadas de cuidado, devem ocupar o centro das preocupações familiares.

Já comentamos como as mães foram convocadas, senão obrigadas, a se responsabilizarem por essa tarefa. O que queremos destacar aqui é que, mesmo com essas transformações sociais, das quais não saíram completamente ilesas, as mães francesas continuaram resistindo a que a maternidade ocupasse posição central em suas vidas. Apesar de terem de se adaptar à nova realidade que as obrigava a destinar uma atenção maior aos cuidados maternos, os limites entre sua condição de mãe e de mulher sempre foram mantidos. Dessa maneira, atualmente, percebe-se uma indulgência generalizada para as estratégias utilizadas pelas mães para não abdicarem das outras esferas de sua vida. Então, a escolha por não amamentar, o uso precoce de mamadeiras e a terceirização dos cuidados dos

filhos para instituições, não são tão mal vistos como em outros lugares, a exemplo do Brasil. É mais comum que as pessoas cobrem o Estado por não estar apoiando as famílias de modo suficiente, do que a penalização das mães para que assumam individualmente o ônus dos processos reprodutivos. Se a criação e formação de novas pessoas são de extrema relevância para a sociedade, é lugar comum que as mulheres não sejam as únicas responsáveis e que todos devam assumir a parte que lhe cabe nessa tarefa. (BADINTER, 2011).

Assim, podemos perceber que a problematização da questão materna não passa, apenas por conscientizar as mães a serem menos exigentes, mas também por um processo mais amplo e profundo que envolve a revisão do modelo de sociedade em que vivemos que é individualista, androcêntrico, racionalista, competitivo, heteronormativo e branco. Por ser unilateral, essa forma de organização social ignora aspectos fundamentais para a construção, a manutenção e a transformação da civilização como a adoção de uma perspectiva coletiva e social para a compreensão dos problemas humanos, o incentivo à cooperação e à solidariedade, a consideração dos sentimentos e emoções para o entendimento das realidades, além da superação das desigualdades de gênero, raça e classe. Não basta, portanto, que a mãe seja “possível” ou “mediocre”; é necessário que os pais assumam sua responsabilidade e escolham dividir as funções reprodutivas e domésticas com as mulheres, que o Estado garanta o apoio necessário, mas também que haja uma mudança em relação à forma como valoramos as práticas tradicionalmente ligadas ao feminino como cuidado, limpeza, alimentação, capacidade de se relacionar, sensibilidade, dentre outras.

Quanto à participação paterna na criação dos filhos, as interações em rede têm, cada vez mais, questionado o lugar privilegiado dos homens nesse quesito. São inúmeras as postagens, mais ou menos bem humoradas, que ressaltam as diferenças entre homens e mulheres em relação à carga física e mental despendida na parentalidade. O fato de poderem registrar os detalhes do cotidiano mais facilmente permite que mulheres consigam demonstrar, na prática, os diversos momentos em que são convocadas a sanar as necessidades dos filhos, enquanto os pais são poupados disso. No caso de casais separados, as redes servem, muitas vezes, como espaço de denúncia tanto para o abandono paterno como também para expor os pais que não cumprem suas obrigações de pensão alimentícia e de divisão de responsabilidades. Por outro lado, há também espaço para publicações mais propositivas a respeito da paternidade que pretendem não somente criticar, mas também informar, educar, oferecer alternativas e exemplos de como os homens podem agir para exercerem sua parentalidade de modo mais efetivo. Atualmente, é comum encontrarmos pais

que se dispõem a dividir as responsabilidades com as mulheres. No entanto, como foram culturalmente formados para acreditar que o ambiente doméstico e parental não se trata do seu domínio, passam ao largo da sua atenção tarefas banais, óbvias para as mulheres, como olhar a agenda da escola todos os dias, verificar se está na hora de comprar meias novas ou se já está na data de marcar o dentista. Diferente das mulheres, que o mais cedo possível têm bonecas e utensílios de cozinha colocados em suas mãos como brinquedos, os homens não são submetidos a experiências, ao longo de sua vida, que os preparem para a domesticidade, de modo que não constroem repertório para tanto. Assim como é resultado de aprendizagem essa inclinação feminina para lidar, cuidar e educar crianças, os homens também precisam de instrução para isso e as redes têm exercido papel importante em ajuda-los a adquirir tais habilidades. O post da Figura 19.0 traz um exemplo de como a figura do “pai participativo” tem se disseminado através das interações no Instagram.

Figura 20.0



Inicialmente, percebemos o destaque dado à frase: “*Pai não ‘ajuda’. Pai cria junto!*”, que aparece na postagem em letras maiúsculas, numa fonte maior que as outras frases, na parte superior da imagem, onde geralmente se posicionam as informações daquilo que é almejado pela comunicação (função textual). Além disso, a segunda oração encontra-se em negrito e seguida de exclamação, deixando claro o objetivo da publicação de afirmar a participação dos pais na criação dos filhos. A palavra ‘ajuda’ aparece entre aspas, o que ambigualmente pode indicar tanto a não autoria do discurso, como também pode produzir ironia. No primeiro caso, a usuária parece referir-se a frases comumente utilizadas quando um pai realiza tarefas que, em geral, são atribuídas à mãe, quais sejam: “Meu marido me

‘ajuda’ muito com as crianças!”, “Ele ‘ajuda’ em casa!”, “Ele faltou ao trabalho para ‘ajudar’ com a criança doente.”. Segundo o Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis (2023), ‘ajudar’ significa “dar auxílio a; favorecer; reforçar; socorrer; facilitar; propiciar”; palavras cujos sentidos apontam para uma ação benevolente voltada a outrem, isto é, para uma posição coadjuvante em relação a determinado fim. Assim, afirmar que o pai ‘ajuda’ na criação dos filhos significa que a responsabilidade por tal tarefa não é dele e que lhe cabe, apenas, prestar auxílio para quem, de fato, tem esse dever. Num segundo sentido, a usuária dá um tom de ironia para a frase, uma vez que não é raro encontrarmos pais que se vangloriam por oferecerem tal ‘ajuda’, exigindo louros por realizarem aquilo que é habitual ao cotidiano da maioria das mães. Nesse sentido, ela prefere definir o pai não como aquele que ajuda, mas, sim, como o que *“cria junto”, “fica sozinho com a criança para a mãe sair”, “coloca a criança para dormir”, “[...] se ausenta do trabalho para cuidar do filho”, “deixa de sair com os amigos para ficar com os filhos”*; não, porque a mãe estava impossibilitada ou porque esse pai desistiu de seus amigos ou, enfim, somente para ajudar a mãe; mas, simplesmente, *“porque ele é pai”* e, como tal, deve cumprir sua obrigação.

Utilizar novos verbos para caracterizar as ações que cabem a um pai configura estratégia contra hegemônica a uma cultura patriarcal que atribui lugar de privilégio aos homens na divisão do trabalho reprodutivo. Representar homens como aqueles que podem e devem se doar, cuidar, limpar ou abdicar da vida pública em prol dos filhos tem efeitos nas práticas sociais em que estão inseridos, na medida em que essas representações implicam também em novas formas de interação entre homens e mulheres tanto no que concerne a gestão da casa e da prole, mas também nas formas de ocupação dos espaços públicos e privados. Uma vez que os pais são convocados a dispenderem mais tempo com os filhos, isso pode interferir, por exemplo, no mundo do trabalho. Naturalmente, não terão a mesma disponibilidade de antes nem serão mais tão produtivos; aumentarão as reivindicações para ampliação do tempo de licença paternidade; contaremos de modo mais frequente com a presença de pais em consultórios médicos, em reuniões de escola e nos parquinhos; enfim sentiremos mover-se, de fato, o pendor da balança das desigualdades de gênero, o que torna conveniente pensar se enquanto sociedade estamos preparados para isso.

Palladino (2014) descreve as dificuldades que os homens encontram ao tentarem conciliar novas formas de paternidade com suas rotinas de trabalho. Culturalmente, parece ser menos compreensível que homens, em vez de mulheres, escolham reduzir horas laborais

para cuidar do filho recém-nascido. É comum que, por conta disso, sejam ridicularizados ou tenham perdas profissionais e monetárias. Mesmo em países cujas políticas de licença paternidade são mais robustas, os pais ainda dependem da cultura local de trabalho e das atitudes pessoais de seus superiores para, de fato, efetivarem seu direito de ausentar-se. A autora exemplifica:

Um pai foi demitido porque teve que se ausentar por oito horas de um turno obrigatório de 12 horas extras, que só foi anunciado quando ele chegou ao trabalho. Ele ficava dizendo ao supervisor que precisava sair para pegar os filhos e era ignorado. Finalmente ele acabou tendo que sair. Outro pai que trabalhava no turno da noite foi demitido depois que o carro de sua babá quebrou e ele não conseguiu chegar ao trabalho conforme programado. Um pai que trabalhava como motorista [...] foi demitido por duas vezes ultrapassar o horário de almoço em uma hora, quando foi verificar sua esposa, que estava sozinha em casa se recuperando do parto e cuidando de seu filho de dois anos. Ela havia desenvolvido mastite e estava com uma febre perigosa de 40°C. Para piorar, o filho deles estava gripado. (PALLADINO, 2014, p. 286, tradução nossa).

É importante considerar, ainda, que a paternidade participativa é uma prerrogativa de classe média. Para homens e mulheres pobres, que vivem do trabalho e são mais fortemente afetados por fatores econômicos e raciais, a vivência da parentalidade torna-se bem mais desafiadora (HOOKS, 1984/2019), de modo que as estratégias precisam ir além das proposições divulgadas em redes sociais. Na ilustração da Figura 19.0, reparamos que de modo intencional ou não, os pais brancos são retratados na parte superior da figura e os negros na parte inferior. Além disso, os primeiros aparecem fazendo contato visual com suas crianças e, não, com o observador e assumem posturas de cuidado frente a elas; enquanto os pais negros aparecem olhando para o público, um aparentemente brincando com o filho e o outro simplesmente posando ao lado da sua criança. Vimos que os elementos posicionados na parte superior das imagens, segundo a Gramática do Design Visual, geralmente são representados como aquilo que é ideal ou almejado e os que ficam na parte inferior como aquilo que é real ou atual e que deve espelhar-se no modelo apresentado. Em respeito à função relacional da imagem, a ausência de contato visual com o expectador, reforça os homens brancos na posição de pai ideal, na medida em que aparecem como uma oferta para quem observa. Em contrapartida, os homens negros são ilustrados estabelecendo contato com quem olha para a imagem, de modo a gerar uma espécie de identificação com outros homens, que, por sua vez, também devem se espelhar numa paternidade branca e de classe média.

É ilusório pensar que a grande maioria dos pais, sobretudo os das classes populares, irá tomar de exemplo um modelo de paternidade tão exigente, que se assemelha em muitos pontos à maternidade intensiva e que fere tão fortemente a cultura patriarcal em

que foram criados. Não somente por abrir mão de privilégios, mas também por não possuírem estofo social para agirem de outra maneira, os homens continuam a perpetrar desigualdades de gênero e assim continuará sendo, caso não haja mudança substancial no nosso modelo de sociabilidade baseado no individualismo, na competição, na racionalidade e na exclusão em prol de outro que privilegie relações baseadas na compreensão, na inclusão e no interesse genuíno de mudança.

Em seu livro “The will to change: man, masculinity and love” (2004), Bell Hooks tece críticas ao feminismo branco, acusando-o de ter deixado os homens de fora das questões discutidas pelo movimento e de tê-los transformado em verdadeiros inimigos, simplesmente algozes das mulheres e reprodutores puros do patriarcado. Para ela, essa atitude é problemática na medida em que ignora os efeitos do patriarcado também sobre as identidades masculinas. Desde cedo, os homens aprendem a ocupar uma posição dominante em relação às outras pessoas, dessa maneira, naturalizam que sua função social é prover, pensar, desenvolver estratégias, planejar, ser forte e, em contrapartida, devem ser servidos, obedecidos, temidos e reconhecidos. Portanto, exercer funções de cuidado, nutrição, relacionamento e intimidade, reconhecidamente femininas, significa, para muitos, fraqueza, emasculação, fracasso, etc. E mesmo quando se sentem inclinados a tais tarefas, exercem-nas de modo conflituoso, pois passam a ser alvo de estigma social ou começam a experimentar o ônus legado a quem ocupa tal *métier* em nossa sociedade. Tudo isso faz com que se torne natural o afastamento dos homens de tais funções, explicando, inclusive, o que faz o abandono paterno ser algo tão corriqueiro, sobretudo no contexto brasileiro. Consequentemente, restam às mulheres dois caminhos: entrincheirar com os homens, acusando-os de toda a sua opressão ou tornarem-se indulgentes com eles, na medida em que não acreditam no efeito de tal embate; pois, para muitas, os homens são uma questão sem esperança. (HOOKS, 1984/2019).

Em vista disso, vemos uma realidade em que são inúmeras as mães que, por escolha ou não, criam seus filhos sozinhas e que se desdobram para suprir suas necessidades emocionais e financeiras. Além de serem as únicas responsáveis por essas crianças, o que já traz dificuldades suficientes, é grande o estigma sofrido por essas mulheres que engravidam fora de uma relação conjugal, seja porque foram abandonadas ou porque decidiram ser mãe via adoção unilateral ou tecnologias reprodutivas. Até bem pouco tempo, chamávamos essas mulheres de ‘mães solteiras’, dando ênfase ao fato de ter gerado um filho fora do casamento,

única forma aceita juridicamente para constituir uma família, até a Constituição de 1988.²⁸ Antes disso, as mulheres tinham seus direitos civis, sexuais e reprodutivos todos submetidos ao marido, obrigando-se a adotar seu sobrenome após o casamento, a precisar de sua autorização para trabalhar, fazer negócios e arbitrar sobre a família. Somente a partir de meados do século XX, por ocasião de alterações legislativas como a criação do Estatuto da Mulher Casada (1962) e da Lei do Divórcio (1977) é que a igualdade legal entre homens e mulheres começa a ser instituída. (BORGES, 2020).

Cria-se, assim, o termo ‘mãe solo’ na tentativa de desvincular o estado civil da mulher da vivência da sua maternidade. Dessa maneira, para ser mãe, não é mais necessário estar casada nem dentro de um relacionamento heterossexual e monogâmico, permitindo que as mulheres exerçam o controle dos seus corpos e efetivem seus direitos reprodutivos da forma como lhes convier. No entanto, sabemos que as mudanças culturais nem sempre acompanham de pronto as mudanças legais. Em virtude disso, verificamos que ainda hoje as mães solo não gozam de status social semelhante ao das mães casadas. Elas ainda são comumente culpabilizadas pelo abandono paterno ou ainda têm sua criação considerada deficitária por não ser exercida em parceria com um homem. Para fazer frente a tal estigma, as mães solo acabam adotando soluções individuais e solitárias aumentando, ainda mais, sua sobrecarga de trabalho, no sentido de garantir que tudo ocorrerá bem com seus filhos e para camuflar possíveis faltas decorrentes da ausência paterna. Podemos imaginar os impactos na saúde física e psíquica dessas mulheres que, dificilmente, possuem rede de apoio para compartilhar tal fardo.

Nos discursos compartilhados em rede, é comum presenciarmos a romantização da vida das mães solo que, geralmente, são consideradas ‘guerreiras’, ‘pães’ (pai e mãe ao mesmo tempo), de modo que buscam ser tão boas e competentes, que supostamente tornam desnecessária a presença paterna ou de qualquer outra forma de ajuda, já que “dão conta de tudo”. No entanto, isso incorre no erro apontado por Bell Hooks (1984/2019) de atribuir somente às mulheres a responsabilidade pelas mudanças necessárias para dirimir as desigualdades de gênero. Para ela, essa deve ser uma tarefa coletiva em que homens e mulheres dialogam, inclusive aqueles que não têm filhos, para acharem uma solução comunitária para a divisão do trabalho reprodutivo. Ela afirma:

A insistência no individualismo, na primazia do eu, considerado “libertador” pelas feministas, não foi um conceito visionário e radical de liberdade. Mas ele fornece soluções individuais para as mulheres. Era a mesma ideia de independência

²⁸ A Constituição Federal de 1988 anula a necessidade de conjugalidade para constituir família, reconhecendo famílias monoparentais, isto é, formadas apenas por uma pessoa e seus dependentes.

perpetuada pelo Estado patriarcal imperialista, em que independência equivalia a narcisismo, e ausência de preocupações equivalia a ser um vencedor às custas de outras pessoas. (p. 123, grifo da autora).

Em consonância com essa ideia, vemos algumas postagens no Instagram, como a da Figura 21.0, que chamam a atenção para o isolamento das mães solo e que convocam as pessoas em geral para serem rede apoio de alguma mãe.

Figura 21.0



A usuária @sorrindocomlouise afirma, na legenda, que resolveu fazer essa publicação devido a comentários recebidos em seus *stories* que a fizeram refletir. Aparentemente, eles reforçavam o dito popular “*Quem pariu Mateus que balance*”. Apesar do uso dessa frase ter se generalizado para atribuir responsabilidade para quem criou qualquer sorte de problema, ela continua sendo frequente no universo materno, quando alguém quer dizer que deve ser a mãe a principal responsável por suas crianças e que, portanto, ninguém tem a obrigação de cuidar delas. Em contraponto a isso, a usuária faz a afirmação de que “*mães solo não precisam ser sozinhas*” e convoca seus seguidores para serem rede de apoio de alguém, isto é, saírem dessa lógica individualista e desenvolverem atitudes de empatia em relação a mães que precisam de ajuda.

Hooks (1984/2019) afirma que não há saída para a questão da parentalidade que não seja coletiva. O heroísmo materno que faz com que mulheres sejam absorvidas completamente pela função de mãe porque não têm com quem compartilhar o cuidado com os filhos, não é benéfico para as mulheres, nem para os filhos e também não o é para a sociedade como um todo. Uma vez que são as únicas provedoras, essas mães precisam

dedicar-se longas horas ao trabalho. Enquanto isso, por não terem rede de apoio, deixam as crianças em creches pagas, cujas mensalidades são bem onerosas. Dessa maneira, cria-se uma situação de isolamento generalizado. As crianças passam grande parte do tempo institucionalizadas, isoladas da convivência com outros familiares, sobretudo os do sexo masculino; longe de espaços coletivos, onde poderiam se relacionar com pessoas de idades e de realidades (étnicas e econômicas) diferentes da sua. Ao mesmo tempo, a sociedade em geral é privada do contato com crianças, de modo que muitos não fazem ideia das dificuldades envolvidas no processo de maternar, reforçando, assim, os mitos maternos. Em contrapartida, a autora propõe uma parentalidade comunitária constituída coletivamente, tanto por ações do Estado, que participaria disponibilizando creches públicas (com a presença de homens e de mulheres como cuidadores) e auxílios financeiros para mães solo; mas também por todo o corpo social, inclusive por aqueles que decidiram não ter filhos. Para ela,

O cuidado infantil é uma responsabilidade que pode ser partilhada com outros cuidadores, com pessoas que não vivem com crianças. Esse tipo de parentalidade é revolucionário nessa sociedade porque ocorre em oposição à ideia de que os agentes parentais, especialmente as mães, deveriam ser os únicos cuidadores. (HOOKS, 1984/2019, p. 209).

No entanto, a cultura ocidental historicamente rotulou os trabalhos ligados ao feminino como inferiores. E, no contexto brasileiro, isso se agrava frente à nossa forte herança escravocrata que submete até hoje a população negra à pobreza e ao preconceito. Não é à toa que empregadas domésticas, babás, professoras de educação infantil, cuidadoras de creche ou de idosos, trabalhadoras de serviços gerais sejam as profissões mais mal remuneradas do mercado de trabalho. Atividades essas todas exercidas, em sua maioria, por mulheres, sobretudo pelas negras. Então, empregamos muito pouco valor social em atividades não produtivas, de manutenção e de reprodução social que são extremamente importantes para a existência da humanidade. Essas mulheres trabalham arduamente todos os dias para que lares fiquem em ordem, para que crianças se desenvolvam de modo saudável e adquiram os atributos necessários para viver em sociedade e para que homens possam dedicar-se somente aos seus ambientes de trabalho. No entanto, toda essa labuta se mantém invisível, pouco reconhecida e rejeitada pela maioria das pessoas. São funções que a grande maioria das pessoas não quer ocupar, das quais todos empregam esforços para se distanciar. (CARNEIRO, 2003). Tudo isso torna a proposta de uma parentalidade comunitária aventada por Bell Hooks uma realidade muito distante, fazendo com que os

discursos que idealizam e romantizam a maternidade continuem sendo necessários para convencerem mulheres a realizarem tais tarefas.

É importante acrescentarmos que, malgrado as muitas conquistas e avanços derivados do movimento feminista, certas reivindicações oriundas das primeiras ondas (lideradas majoritariamente por feministas brancas) ajudaram a disseminar essa visão negativa da maternidade. Isso porque, com o intuito de se equipararem aos homens brancos, em termos de posição no espaço público, no mercado de trabalho e no seio familiar, condenaram a maternidade como o verdadeiro obstáculo para a liberação feminina, uma vez que ela as mantinha presas em casa e aos afazeres domésticos de limpar, cozinhar e cuidar de crianças. (HOOKS, 1984/2019). Dessa maneira, nos últimos cinquenta anos, aumentou o número de mulheres que dizem não à maternidade, bem como se tem tido cada vez menos filhos e em idades cada vez mais avançadas. Afinal, é preciso garantir o sucesso profissional e econômico, antes de ser mãe, e encontrar o parceiro(a) correto, que divida bem o trabalho de criação dos filhos. (BADINTER, 2010).

Por outro lado, é necessário refletirmos que essa forma de compreensão da maternidade precisa ser vista a partir de seus atravessamentos raciais e de classe. Constitui uma visão de mulheres brancas de classe média. Mulheres negras nunca deixaram de trabalhar porque se tornaram mães. Aliás, o exercício da maternidade tem se constituído como um verdadeiro motivo de luta para mulheres negras pobres, que geralmente são impedidas de criarem os próprios filhos para se dedicarem aos cuidados das crianças de mulheres brancas que precisam trabalhar. Elas sempre puderam contar mais facilmente com o auxílio de familiares ou de pessoas da comunidade para cuidarem de seus filhos enquanto trabalham. Isso quando não deixam os mais velhos tomando conta dos menores ou se valem de creches comunitárias. Recordo-me de uma estratégia adotada por minha diarista juntamente a um grupo de quatro amigas que também realizavam a mesma atividade, todas mães. Elas se revezavam no cuidado das crianças umas das outras. Enquanto quatro delas trabalhavam, uma ficava com todas as crianças e assim sucessivamente. Isso permitia que cada mulher realizasse quatro diárias por semana, o que, ao final de um mês, trazia uma diferença financeira considerável. Para Hooks (1984/2019), se as mulheres negras pudessem expressar sua visão sobre a maternidade, esta não seria tão pejorativa. Na lista de problemas a enfrentar dessas mulheres, a maternidade definitivamente não seria a principal preocupação.

Historicamente, as mulheres negras têm visto o trabalho no contexto familiar como um labor que humaniza, que afirma sua identidade como mulheres, como seres humanos que expressam amor e carinho, justamente os gestos de humanidade que a ideologia supremacista branca havia acusado os negros de serem incapazes de expressar. Em contraste, com o trabalho feito dentro de casa, num ambiente de cuidados, o trabalho fora de casa geralmente era visto como estressante, degradante e desumanizador. (p. 195 e 196).

Frente a essas discussões, podemos concluir que as interações no Instagram possuem limitações em promover uma valorização da parentalidade materna. Apesar de ser um espaço atravessado pelo princípio da interatividade, esta nem sempre é realizada no sentido de fortalecer os laços sociais, sendo muito contaminada pela lógica da conectividade, cujo objetivo fundamental é a acumulação de dados para produzir algoritmos cada vez mais eficazes em alimentar um mercado consumidor extremamente nichado. Apesar de promover um espaço em que novas semioses (textuais e imagéticas) sobre a maternidade estejam sendo construídas e em que é possível disseminar formas de maternas não canônicas; o mundo das redes sociais pouco contribui para efetivação de uma nova sociabilidade, baseada num *ethos* que rompa, de fato, com o atual sistema patriarcal de supremacia branca; em que mulheres não precisem ser as únicas responsáveis pelos trabalhos reprodutivos, na medida em que há uma consciência social generalizada de que todos devem participar na criação de crianças. Além disso, as trocas entre mães no Instagram dificilmente trazem à tona a necessidade de valorização das atividades maternas como um importante serviço social sem o qual a humanidade não poderia se manter nem se desenvolver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todos os avanços tecnológicos, culturais, sociais e políticos relativos à luta pela igualdade entre homens e mulheres, a maternidade continua sendo um assunto paradoxal no que diz respeito ao impacto que causa na vida de mulheres. Mesmo que todas as mães passem por tal experiência, vivam suas agruras e dificuldades, ainda há um véu que esconde a parte penosa do maternar e deixa transparecer somente seus aspectos que coadunam com as grandes narrativas de gênero disseminadas em nossa cultura.

Fazendo um balanço desse problema, nos últimos cinquenta anos, podemos dizer que apesar de terem logrado a conquista de um maior controle de fertilidade, de um maior poder econômico pela via do trabalho e por uma mudança identitária que suaviza a fusão entre a condição de mulher e de mãe, nenhuma mulher escapa do dilema da maternidade. Elas podem, hoje, escolher ser ou não mães; mas, nunca, sem o ônus dos juízos morais, seja por não quererem filhos, seja por quererem ser mães em tempo integral, ou ainda por tentarem conciliar o exercício da maternidade com o mundo do trabalho.

Nesse caso, precisam lidar com as agruras de uma maternidade intensiva, de modo que acabam extenuadas, adoecidas, frustradas, insatisfeitas e culpadas. O espírito que paira sobre a maternidade, atualmente, não é mais o do romantismo que ligava as mães à sua natureza e as dignificava por isso, mas sim o hedonismo que faz acreditar que a escolha da maternidade deve ser realizada em função da realização pessoal da mulher, escamoteando toda a resignação envolvida no ato de cuidar de crianças. Além disso, é preciso considerar o atravessamento de questões de classe e raça quando tratamos de uma realidade materna brasileira, para o entendimento de que, dependendo do seu contexto de vida, muitas mulheres sequer contam com os avanços e privilégios aos que as mulheres de classe média e alta têm acesso. Dessa maneira, vê-se que o desafio da construção de modos alternativos de ser mãe que rompam essas amarras ideológicas ainda carece de estofo.

As interações sobre maternidade no Instagram parecem exercer um efeito contraditório no que diz respeito ao equilíbrio das forças que mantém essas desigualdades. Por um lado, continuam reproduzindo um ideal materno repaginado que, agora, convoca as mulheres a exercerem sua maternidade como se fosse um empreendimento, de modo que elas precisam se especializar em diversas áreas do conhecimento (psicologia, nutrição, educação infantil, etc.), obviamente sem prescindir dos especialistas, para criarem seus

filhos. Devem também assumir a posição de protagonistas do seu maternar, pois é recomendado que estejam sempre bem instruídas e que sejam autônomas e empoderadas.

De modo contraditório, essas interações também tem oferecido um espaço, nunca antes imaginado, para que as mães possam se expressar. Mesmo que suas narrativas sejam constrangidas pelas regras da plataforma, essas mulheres, ainda assim, conseguem estabelecer laços de confiança entre si, que lhe permitem compartilhar as vivências maternas mais inconfessáveis. Além disso, as redes oferecem condições para que elas contestem esse ideal materno, que denunciem as formas sutis de opressão a que são submetidas diariamente; mesmo que, para isso, precisem abrandar seus discursos na forma de memes ou de textos bem humorados.

Além de criticar o ideal materno, as mães têm conseguido disseminar formas de maternar exequíveis, que podem ser conciliadas com as demais esferas de sua vida, de modo que possam exercer as outras dimensões da sua identidade. Estão conseguindo também convocar os pais e outras pessoas para dividirem os cuidados dos filhos com elas, diminuindo seu fardo diário. No entanto, apesar da humanidade não se reproduzir sem a maternidade, o problema do ideal materno está longe de ser superado.

Enquanto as práticas cotidianas de maternidade não forem um ato coletivo, impulsionado por uma vontade comunitária, continuaremos subjugando aquelas que a exercem. Infelizmente, o desafio de convencer a sociedade de que as crianças não devem ser criadas apenas por mulheres, é muito grande, pois também é antiga a história que tratou de desvalorizar uma atividade que deveria ser o alicerce sobre o qual a sociedade é construída. Dessa maneira, finalizo com as palavras de Oyèrónké Oyěwù (2016), segundo as quais, devemos atestar a iniquidade do modelo de liberdade e de privilégio do homem branco em vez de tentarmos persegui-lo a todo custo. Devemos reconhecer que foi justo por conta disso que chegamos a um estado patológico de sociabilidade, que produz tanta desigualdade entre homens e mulheres. O novo modelo custará a ser visto, mas o germe para a sua construção já se encontra posto. Cultivemo-lo, portanto!

REFERÊNCIAS

AMORIM, Cláudia; ALÉSSIO, Renata; DANFÁ, Lassana. Mulheres negras e construção de sentidos de identidade na transição capilar. **Psicologia & Sociedade**. n.33. 2021.

AJUDAR. *In*: MICHAELIS dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2023. ISBN 978-85-06-04024-9. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ajudar/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ALBERTUNI, P. S.; STENGEL, M. Maternidade e novos modos de vida para a mulher contemporânea. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, 22, 3, p. 709-728, dez. 2016.

ÁLVARO, J. L., e GARRIDO, A. **Psicologia Social**: perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

AZERÊDO, S. M. M. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia. **Cadernos Pagu (UNICAMP)**, n.11, p. 55-66, Campinas, 1998.

AZERÊDO, S. M. M. Teorias Feministas: A desconstrução dos conceitos pelas mulheres. *In*: AZEREDO, S. M. M. . **Preconceito contra a mulher**: diferença, poemas e corpos. 2. ed.: Cortez Editora: São Paulo, 2011.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1985.

BADINTER, Elizabeth. **O Conflito**: a mulher e a mãe. Editora Record: Rio de Janeiro, 2011.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo** – fatos e mitos. Tomo I. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1970.

BENITO, Augustín. El manual como texto. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3 (69), p. 33-50, set./dez. 2012.

BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo!: considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**. N. 01, mai. 2020.

BRASIL. Registro Civil. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>. Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL, Marina; COSTA, Ângelo. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? **Psic. Clin.** v. 3, n.3, Rio de Janeiro, 2018 , p. 427 – 446.

BROWN, Solveig. Intensive Mothering as an Adaptive Response to Our Cultural Environment. *In*: ENNIS, Linda Rose (ed.). **Intensive mothering**: the cultural contradiction of modern motherhood. Demeter Press: Bradford, 2014.

BRUNETTICANI, Josiane. Multimodalidade e efeitos de sentido no gênero meme. **Periferia**, v. 11, n. 2, pp. 242-267, maio – 2019.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, 110, p. 67-104, julho/ 2000.

BOLTANSKI, L. ; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo : wmf martinsfontes, 2009.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. Editora Cultrix: São Paulo, 1994.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Routledge: New York, 1990.

CANTILINO, Amaury. *et al.* Transtornos psiquiátricos no pós-parto. **Rev Psiq Clín**, n. 37(6), p. 278-84. 2010.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. v. 17, n. 49, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

CAUTI, Carlo. População mundial deve cair pela metade até 2100, mostra estudo do HSBC (H1SB34). **Exame.invest**. Publicado em 24 de agosto de 2022. Disponível em: <https://exame.com/invest/mercados/populacao-mundial-cair-2100-estudo-hsbc/>. Acesso em: 09 abr. 2023.

CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Editora Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1978/2002.

COELHO NETO, Henrique Maximiliano. “Ser mãe”. In: ALVES, Affonso Telles (ed.). **Antologia de Poetas Brasileiros**. São Paulo: Edigraf, s.d.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de Gêneros Textuais**. Editora Autêntica: São Paulo, 2008.

CRESPO, Eduardo. **Introducción a la Psicología Social**. Editorial Universitat: Madri, 1995.

DATAREPORTAL. 2021. **Digital 2021: Brazil**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>. Acesso em: 04 de julho 2022.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **O pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ENNIS, Linda Rose. Intensive Mothering: revisiting the issue today. In: ENNIS, Linda Rose (ed.). **Intensive mothering: the cultural contradiction of modern motherhood**. Demeter Press: Bradford, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

_____. **Analysing Discourse**. London: Routledge, 2003

FAIRCLOUGH, Norman; CHOULIARAKI, Lilie. **Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh University Press: Edinburgh, 1999.

FERNANDES, M. H. A mulher-elástico. In: II Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental, 2006, São Paulo. Anais Eletrônicos. PUC – SP. Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Laboratório de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, 2006.

FERREIRA, C. B. C. *Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo*. **Cadernos Pagu**. (44), janeiro-junho de 2015:199-228.

FIRESTONE, S. **A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista**. Rio de Janeiro: Labor, 1970/1976.

FREIRE, M. M. L. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, jun. 2008, p.153-171.

FREIRE COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREUD, Sigmund. O humor. (1927). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas**. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Editora UNESP: São Paulo, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.

GRIFFIN, K. Pinning Motherhood: The Construction of Mothering Identities on Pinterest. **Electronic Theses and Dissertations**. University of Central Florida, 2014.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. n. 05, 1995, pp. 07-41.

HAYS, Sharon. **Contradições Culturais da Maternidade**. Gryphus: Rio de Janeiro, 1998.

HOLLANDA, H. B. Introdução. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **O pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. **The Will to Change: man, masculinity and love**. Atria Books: Londres, Toronto, Nova Iorque e Sydney, 2004.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1984/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 05 fev. 2023.

IRIGARAY, L. **Le corps-à-corps avec la mère**. Montréal: Pleine Lune, 1981.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**. Editora Imago: Rio de Janeiro, 2008.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. Colour as a Semiotic Mode: notes for a grammar of colour. **Visual Communication**. v. 1, n. 3, pp. 343–368. 2002.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading Images: the grammar of visual design**. 2ª ed. Routledge: Londres e Nova Iorque, 1996/2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 1986/2019.

LOCATELLI, Elisabetta. Images of Breastfeeding on Instagram: self-representation, publicness, and Privacy Management. **Social Media + Society**, v. 01, n. 04, 2017.

MAIA, C. M.; GERMANO, I. M. P. Parentalidade em transformação: reflexões sobre as práticas de cuidado com os filhos a partir de vídeos no Youtube. In: BARROS, J. P. P.; ANTUNES, D. C.; MELLO, R. P. (orgs.). **Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Imprensa Universitária UFC: Fortaleza, 2020.

MAIA, C. M.; GERMANO, I. M. P. “Quarentena materna”: postagens de mães no Instagram durante o isolamento social. In: STENGEL, Márcia; KIND, Luciana; MIRANDA JR., Hélio (orgs.). **Tecnologias e Processos de Subjetivação**. Editora PUC Minas: Belo Horizonte, 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Parábola Editorial, 2015.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. n-1 Edições: São Paulo, 2018.

MCDANIEL, B. T.; COYNE, S. M.; HOLMES, E. K. New mothers and media use: Associations between blogging, social networking, and maternal well-being. **Maternal and Child Health Journal**, 16, 1509-1517. 2012. DOI: 10.1007/s10995-011-0918-2

MEDEIROS, N. “**Virtuosas e inocentes com o lyrio**”: produção de subjetividades femininas em jornais cearenses para mulheres (1875 – 1907). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, 2020.

MENDONÇA, Maria Collier. **A Maternidade na Publicidade**: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto, PUC-SP, 2014. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=17303.

MEYER, D. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**. v. 6, n. 01, p. 81–104. Niterói. 2005.

MILKIE, Melissa; WARNER, Catherine. Status Safeguarding: mothers’ work to secure children’s place in the social hierarchy. In: ENNIS, Linda Rose (ed.). **Intensive mothering**: the cultural contradiction of modern motherhood. Demeter Press: Bradford, 2014.

MIRANDA, Jonathan; TIMO, Alberto; BELO, Fábio. Crítica à Teoria da Maternidade em Winnicott: é preciso ser mulher para cuidar de crianças? **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, 2019.

NELSON, Fiona. **In the other room**. Entering the Culture of Motherhood. Halifax & Winnipeg. Fernwood, 2009.

NEYRAND, Gérard. **Soutien à la parentalité et contrôle social**. Editora Yapaka.be: Bruxelas, 2013.

NEYRAND, Gérard. **L’évolution des savoirs sur la parentalité**. Editora Yapaka.be: Bruxelas, 2016.

NOGUEIRA, Conceição. Análise(s) do Discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 2, pp. 235-242, 2008.

OLIVEIRA, Minéia Gomes. **O riso na cultura popular**: da subversão ao riso controlado. 2009. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. 2009.

O’MEARA, Victoria. Weapons of the Chic: *Instagram* influencer engagement pods as practices of resistance to *Instagram* platform labor. **Social Media + Society**, pp. 01-11, October-December, 2019.

O’REILLY, A. **Maternal Theories**: Essentials Readings. Toronto: Demeter Press, 2007.

O’REILLY, Andrea. Outlaw(ing) Motherhood: a theory and politic of maternal empowerment for the twenty-first century. In: O’REILLY, Andrea. **21st. Century Motherhood**: experience, identity, policy, agency. Columbia Press University: New York, 2010.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **A Rebelião das Massas**. Edição eletrônica: 1930.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **What gender is motherhood?** Changing yorùbá ideals of power, procreation and identity in the age of modernity. New York : Palgrave Macmillan, 2016.

PALLADINO, Hallie. The Cultural Contradictions of Fatherhood: is there an ideology of intensive fathering? In: ENNIS, Linda Rose (ed.). **Intensive mothering**: the cultural contradiction of modern motherhood. Demeter Press: Bradford, 2014.

PARKER, Ian. **Revolution in Psychology**: alienation to emancipation. Londres, Miami: Pluto Press, 2007.

RESENDE, Patrícia. **Introdução alimentar BLW**: quais as vantagens e os riscos? São Paulo – SP, 2022. Disponível em: <https://blog.alice.com.br/sua-saude/introducao-alimentar-blw/#:~:text=A%20sigla%20BLW%20se%20refere,o%20processo%20de%20introdu%C3%A7%C3%A3o%20alimentar>. Acesso em: 05 abril 2023.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica e Etnografia**: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, R. D. **O que as feministas querem**. Feminismo Literário, 2021. E-book Kindle.

ROCHA, S. P.V. “Seja você mesmo: mídia, consumo e subjetividade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. vol. XI. nº 4. - pp. 1619-1638. Fortaleza. dez/2011.

RODHEN, Fabíola; ALZUGIR, Fernanda. Desvendando sexos, produzindo gêneros e medicamentos: a promoção das descobertas científicas em torno da ocitocina. *Cadernos Pagu*, v. 48, 2016.

RODHEN, Fabíola. **A Arte de Enganar a Natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

RODHEN, Fabíola. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, p.133-152, jun. 2008.

RODRIGUES, Ariene. **De peito Aberto**: os discursos sociais sobre a maternidade produzidos pela mídia na cobertura dos mamecos no Brasil. 2017. 82 f. Monografia (Especialização em Comunicação e Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. 2017.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; GOMES, Isabel Cristina. Novas formas e parentalidade - do modelo tradicional à homoparentalidade. **Boletim de Psicologia**, v. LXII, n. 136, p. 29-36, 2012.

ROSADO-NUNES, M. J. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the "Political Economy" of Sex. In: REITER, R. R. (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. Monthly Review Press, 1975.

SANTOS, B.; GERMANO, I. M. P. Regulação do corpo feminino no almanaque de farmácia d'A Saude da Mulher. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(1). 2020.

SATO, Denise Tamaê Borges; BATISTA JR., Ribamar. Análise de Discurso das Práticas: etnografia. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes (org.); SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018

SEGATA, Jean.; RIFIOTIS, Theophilos. (orgs.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cybercultura**. Editora Letradágua: Joinville, 2016.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n.8, 2001a. p.47-60.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. v. 16. 2001b: pp.137-150.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, nº 16, vol.2, Porto Alegre, jul-dez 1990.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu: a intimidade como espetáculo**. Editora Contraponto: Rio de Janeiro, 2016. (Versão do Kindle).

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010.

TOMAZ, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galaxia**. São Paulo, n. 29, p. 155-166, jun.2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031>

TORNQUIST, Carmen. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Estudos Feministas**. v. 02, 2002.

VAN DIJK, Teun A. Prefácio – O giro discursivo. In: IÑINGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Editora Vozes: Petrópolis, 2004.

VAN DIJCK, José. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales**. Siglo Veintiuno Editores: Buenos Aires, 2016.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis**. Oxford University Press: Oxford, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo; JOVANOVIC, Danica. Multimodal dialogue on social

Media. **Social Semiotics**, v.28, n.5, p. 683-699, 2018.

VAN LEEUWEN, Theo; DJONOV, Emilia. Social Media as Semiotic Technology and Social Practice: the case of ResearchGate's design and its potential to transform social practice. **Social Semiotics**, v. 28, n. 5, pp. 641-664, 2018.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes (org.); SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. **Análise de Discurso Crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

WAIZBORT, Ricardo. Dos Genes aos Memes: a emergência do replicador cultural. **Episteme**. Porto Alegre, n. 16, p. 23-44, jan./jun. 2003.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rocco: Rio de Janeiro, 1992.

ZAFRA, R. Un cuarto propio conectado: feminismo y creación desde la esfera público-privada online. **Asparkía**, 22; 115-129; 2011.